



BCEAO

BANQUE CENTRALE DES ETATS
DE L'AFRIQUE DE L'OUEST

RELATÓRIO ANUAL 2015

VERSÃO RESUMIDA



RELATÓRIO ANUAL 2015

VERSÃO RESUMIDA

Índice :

Páginas

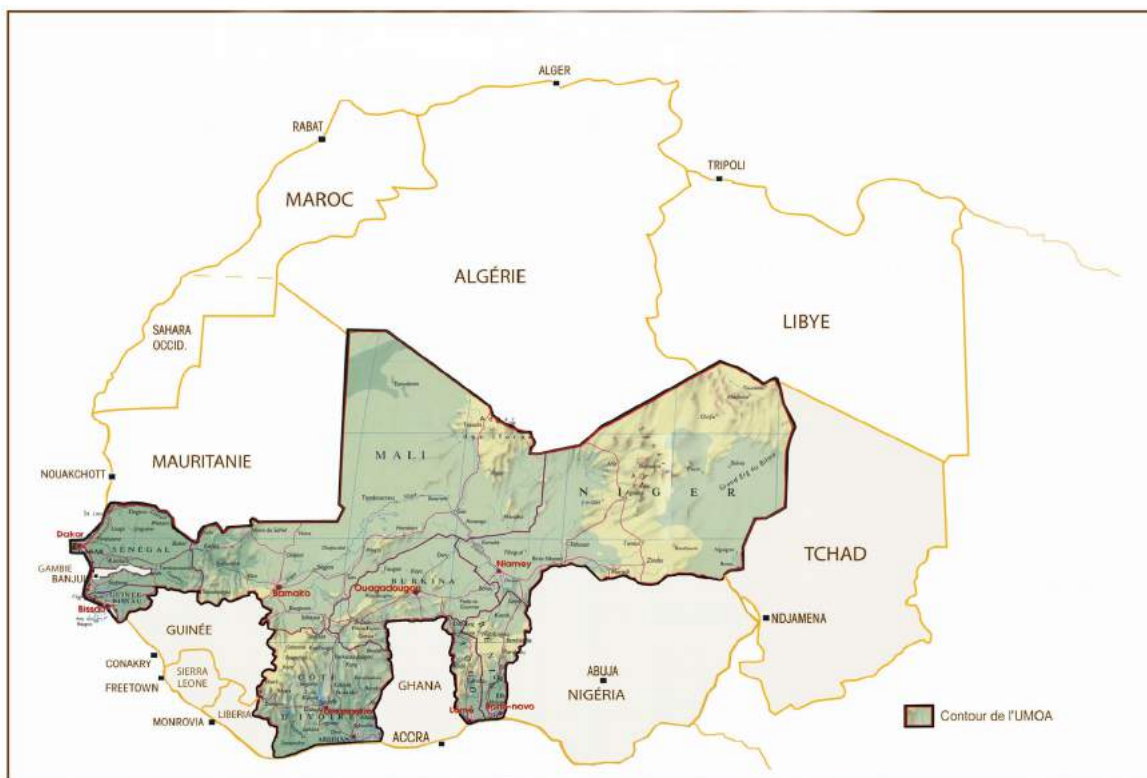
MOMENTOS IMPORTANTES DO BCEAO EM 2014	8
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E ORGANIGRAMA DO BCE	15
MENSAGEM DO GOVERNADOR	33
VISÃO GLOBAL	35
I - CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO	38
1.1 – CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO INTERNACIONAL	38
1.1.1 – Atividade económica nos grandes países industrializados	38
1.1.2 – Atividade económica nos países emergentes e em desenvolvimento	38
1.1.3 – Mercados financeiros e de matérias primas	39
1.1.4 – Medidas de política monetária e mercados de câmbios	43
1.1.5 – Empregos e inflação nos países industrializados	45
1.2 – CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO DOS ESTADOS MEMBROS DA UEMOA	45
1.2.1 – Produto Interno Bruto e evolução do setor real na UEMOA	45
1.2.2 – Evolução dos preços	47
1.2.3 – Finanças públicas e situação da dívida externa	48
1.2.3.1 – Evolução das operações financeiras dos Estados	48
1.2.3.2 – Mobilização dos recursos e situação da dívida externa	50
1.2.4 – Evolução da Balança de Pagamentos	50
II – IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA	52
2.1 – OBJETIVO DA POLÍTICA MONETÁRIA	52
2.2 – AÇÃO MONETÁRIA	52
2.2.1 – Política das taxas de juro	52
2.2.2 – Operações de open market	52
2.2.3 – Ações nos balcões permanentes de refinanciamento	53
2.2.4 – Dispositivo das reservas obrigatórias	53
2.3 – EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS	54
2.3.1 – Ativos externos líquidos	54
2.3.2 – Crédito interno	54
2.3.2.1 – Posição líquida dos Governos	54
2.3.2.2 – Créditos à economia	55

2.3.2.3– Evolução dos créditos registados na Central de riscos	57
2.3.3 – Massa monetária e base monetária	57
2.3.4 – Poupança privada mobilizada pelos bancos e caixas de poupança	58
III – EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO E FINANCEIRO E AÇÕES EM MATÉRIA DE ESTABILIDADE E INCLUSÃO FINANCEIRAS	59
3.1 – SITUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO	59
3.2 – MERCADO INTERBANCÁRIO	61
3.3 – MERCADO FINANCEIRO	62
3.3.1 – Mobilização de recursos pelos Estados	62
3.3.1.1 – Mobilização de recursos no mercado regional	62
3.3.1.1.1 – Emissões por adjudicação de títulos da dívida e obrigações	62
3.3.1.1.2 – Emissões por agrupamento no mercado financeiro regional	63
3.3.1.1.3 – Saldo de títulos da dívida pública no mercado regional	63
3.4 – AÇÕES EM MATÉRIA DE ESTABILIDADE FINANCEIRA	64
3.4.1 – Preservação da estabilidade financeira da União	64
3.4.2 – Reforço da supervisão bancária e financeira	65
3.4.3 – Promoção de Escritórios de Informação sobre o Crédito (BIC)	66
3.4.4 – Outras disposições contribuindo para a estabilidade financeira	66
3.5 – INTERVENÇÕES A FAVOR DA INCLUSÃO FINANCEIRA	67
IV – GESTÃO DE SÍMBOLOS MONETÁRIOS, DE SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO E DE RESERVAS DE CÂMBIO	68
4.1 – GESTÃO DA CIRCULAÇÃO FIDUCIÁRIA	68
4.1.1– Levantamentos e depósitos nos balcões das Agências do BCEAO	68
4.1.2 – Composição da circulação fiduciária	68
4.1.3 – Movimentos das notas externas nos balcões das Agências do BCEAO	69
4.2 – SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO	69
4.2.1 – Funcionamento dos sistemas de pagamento	69
4.2.2 – Segurança, promoção e modernização dos sistemas e meios de pagamento	70
4.3 – GESTÃO DAS RESERVAS DE CÂMBIO	71
V- QUADRO INSTITUCIONAL, ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	72
5.1 – ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	72
5.1.1 – Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UMOA	72
5.1.2 – Conselho de Ministros da UMOA	73

5.1.3 – Comité de Política Monetária do BCEAO	76
5.1.4 – Conselho de Administração do BCEAO	80
5.1.5 – Comité de Auditoria do BCEAO	81
5.2 – ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO	82
5.2.1 – Gestão dos recursos humanos	82
5.2.1.1 – Efetivo	82
5.2.1.2 – Formação	83
5.2.2 – Património imobiliário	86
5.2.3 – Sistema de informação e de comunicação	86
5.2.4 – Dispositivo de gestão dos riscos e atividades de controlo	86
5.2.5 – Dispositivo de controlo de gestão	89
5.2.6 – Sistema de gestão da qualidade do BCEAO	90
5.3 – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	91
5.3.1 – Cooperação monetária e financeira	91
5.3.1.1- Relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI)	91
5.3.1.2 – Relações com outras instituições	91
5.3.2 – Integração económica e monetária	92
ANEXOS	94
PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLÍTICA MONETÁRIA ADOTADAS PELO BCEAO EM 2015	94
LISTA DOS PRINCIPAIS DOCUMENTOS DIVULGADOS PELO BCEAO	98
LISTA DOS GRÁFICOS	
Gráfico 1: evolução dos preços do petróleo	40
Gráfico 2: evolução dos preços da goma de borracha	41
Gráfico 3: evolução dos preços do café	41
Gráfico 4: evolução dos preços do cacau	42
Gráfico 5: evolução dos preços do algodão	42
Gráfico 6: UMOA – situação monetária integrada	57
Gráfico 7: Evolução dos efetivos do BCEAO	83
LISTA DOS QUADROS	
Quadro 1: evolução das taxas médias anuais de câmbio	44
Quadro 2: evolução das taxas médias trimestrais de câmbio	44
Quadro 3: variação de preços no consumo em 2014 e 2015	48
Quadro 4: evolução das finanças públicas em 2015	49
Quadro 5: coeficientes das reservas obrigatórias aplicáveis aos bancos	54
Quadro 6: situação monetária integrada	56
Quadro 7: evolução das taxas interbancárias em 2015	61

Quadro 8: evolução dos empréstimos interbancários no seio da UMOA em 2015	62
Quadro 9: emissões no mercado dos títulos da dívida pública	63
Quadro 10: taxa média de juro dos bilhetes do tesouro	63
Quadro 11: saldo dos títulos da dívida pública em 31 de dezembro de 2015	64
Quadro 12: evolução do saldo dos títulos da dívida pública	64
Quadro 13: movimentos de notas externas nos balcões das Agências do BCEAO	69

UNIÃO MONETÁRIA OESTE AFRICANA (UMOA)



A União Monetária Oeste Africana (UMOA), criada pelo Tratado de 12 de maio de 1962 a que se substituíram o de 14 de novembro de 1973 e o de 20 de janeiro de 2007, integra os seguintes oito Estados membros:



O Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), cujo quinquagésimo terceiro exercício é relatado aqui, é o Instituto de emissão comum dos Estados membros da UMOA, encarregue nomeadamente de assegurar a gestão da sua moeda comum, o Franco da Comunidade Financeira Africana (FCFA), de suas reservas de câmbio e implementar a política monetária comum.

N.B. : - Na ausência de qualquer outra precisão, os valores indicados neste relatório são expressos em francos CFA.

MOMENTOS IMPORTANTES DO BCEAO EM 2015

O exercício concluído foi marcado, para o BCEAO, pelos seguintes eventos.

NO PLANO MONETÁRIO E FINANCEIRO

Primeira reunião do Conselho de Administração do Fundo de Garantia de Depósitos na UMOA

A 4 de junho de 2015, realizou-se em Dakar, nas instalações da Sede do BCEAO, a primeira reunião do Conselho de Administração do Fundo de Garantia de Depósitos na UMOA (FGD-UMOA), tendo em vista o início das atividades do referido Fundo. O FGD-UMOA é uma instituição comunitária, de caráter económico e financeiro, dotada de personalidade jurídica e autonomia financeira. Ele tem como missão assegurar a garantia dos depósitos dos clientes das instituições de crédito ou dos Sistemas Financeiros Descentralizados autorizados na União. O Fundo participa, portanto, na preservação da estabilidade financeira e contribui igualmente para a promoção da cultura financeira nos Estados membros da UMOA.

A reunião constituiu uma oportunidade para os Administradores do FGD-UMOA tomarem importantes decisões para que se possa iniciar as atividades do Fundo.

Participaram na reunião, além do Governador do BCEAO, Presidente do Conselho de Administração do FGD-UMOA, quatro Administradores dos quais dois representantes dos Estados membros da União e outros dois, respetivamente da Federação das Associações Profissionais dos Bancos e Instituições Financeiras da UEMOA (FAPBEF-UEMOA) e dos Sistemas Financeiros Descentralizados da União.

Seminário conjunto BCEAO/HEC-Paris de reforço das capacidades do setor bancário da UMOA

No âmbito da implementação do programa conjunto BCEAO/HEC-Paris de reforço das capacidades, o COFEB organizou ao título de 2015 uma ação de formação sobre Percurso de Gestão Geral (PMG, sigla em francês) de tipo “Excelência “. Essa formação teve lugar na Sede do BCEAO e foi realizada em duas sessões, de 21 a 24 de julho e de 15 a 22 de setembro de 2015. Estas sessões destinaram-se sobretudo aos responsáveis das instituições de crédito da UMOA.

Seminário regional sobre a emissão de obrigações islâmicas "SUKUK"

Um seminário sobre “A emissão de obrigações islâmicas SUKUK” teve lugar de 15 a 16 de junho de 2015, nas instalações da Sede do BCEAO. Este seminário foi organizado conjuntamente pelo Banco Central e o Instituto Islâmico de Pesquisa e Formação (Islamic Research and Training Institut) do Banco Islâmico de Desenvolvimento. Ele inscreve-se no âmbito da implementação do programa de promoção da finança islâmica na União e visa orientar os participantes sobre as técnicas de emissão de Sukuk, com vista ao financiamento das necessidades em infraestruturas dos Estados da UMOA.

A sessão reuniu cerca de sessenta participantes provenientes do BCEAO, do Secretariado Geral da Comissão Bancária da UMOA, dos Ministérios da Economia e das Finanças (Direções Gerais dos Impostos e do Tesouro) dos Estados membros da UMOA, Estruturas Nacionais de Promoção de Investimentos, da Agência UMOA-Títulos, do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD), do Conselho Regional da Poupança Pública e de Mercados Financeiros (CREPMF) bem como as Empresas de Gestão e Intermediação.

Seminário conjunto BCEAO/AFRITAC do Oeste sobre o lema “Supervisão macro-prudencial, riscos sistêmicos e estabilidade financeira”

No quadro da execução do seu Programa de ações de Formação Qualificante e de Reforço das Capacidades dos quadros e dirigentes das instituições de crédito da União, o BCEAO organizou, conjuntamente com AFRITAC do Oeste, um seminário sobre o tema «Supervisão macro-prudencial, riscos sistêmicos e estabilidade financeira», de 1 a 5 de junho de 2015, na Sede da Instituição. A sessão tinha como objetivo apresentar aos participantes as implicações em matéria de estabilidade financeira, o papel das Autoridades de regulação e de supervisão bem como a relação entre as políticas macro-prudenciais e a supervisão a nível microprudencial. Ele reuniu trinta e três (33) participantes provenientes de Ministérios das Finanças dos países abrangidos pelo programa da AFRITAC do Oeste, do BCEAO, do Secretariado Geral da Comissão Bancária da UMOA, dos Bancos Centrais da Mauritânia e da República de Guiné, do Conselho Regional da Poupança Pública e de Mercados Financeiros (CREPMF) e da Comissão da UEMOA.

Seminário de intercâmbio com a profissão bancária sobre os projetos de textos regulamentares para a aplicação das disposições de Basileia II e Basileia III na UMOA

Um seminário de intercâmbio sobre os projetos de textos com vista à aplicação das regras de Basileia II e Basileia III na UMOA realizou-se de 16 a 18 de dezembro de 2015, na Sede do BCEAO em Dakar. A reunião inscreve-se no âmbito dum amplo processo de consulta da profissão bancária levado a cabo pelo BCEAO sobre os projetos de dispositivos prudenciais e de decisão sobre a supervisão em base consolidada. O seminário permitiu apresentar as evoluções regulamentares previstas e recolher as observações de todas as partes envolvidas nesta reforma com vista à finalização dos referidos projetos de textos antes da sua transmissão às Autoridades do BCEAO.

Participaram nos trabalhos setenta e dois representantes provenientes do Comité Científico da Federação das Associações Profissionais de Bancos e Instituições Financeiras da UEMOA (APBEF-UEMOA), das sedes de grupos bancários cujas filiais atuam no espaço da UMOA e elementos da profissão contabilística. A reunião contou igualmente com a presença de parceiros técnicos do BCEAO (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Bank Al-Maghrib) e do Instituto Francês de Formação Especializado em Regras de Basileia (AFGES).

NO PLANO DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E DA COOPERAÇÃO MONETÁRIA,

Visita de trabalho da Diretora-Geral do FMI à Sede do BCEAO

A 30 de janeiro de 2015, a Senhora Christine LAGARDE, Diretora-Geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), realizou uma visita de trabalho à Sede do Banco Central em Dakar. Nesta ocasião, apresentou uma Conferência sobre o tema “A integração financeira ao serviço do crescimento inclusivo”.

A reunião contou com a participação de responsáveis dos Órgãos e Instituições da UEMOA bem como dos Diretores-Gerais das Instituições de crédito e de dirigentes de instituições de microcrédito do Senegal. Estavam também presentes, pesquisadores e docentes de Universidades, Centros de Pesquisa e das Grandes Escolas do Senegal, bem como os membros dos órgãos de Gestão do BCEAO.

Terceira reunião da equipa de intervenção presidencial sobre o programa de cooperação monetária da CEDEAO

Uma delegação do BCEAO participou, de 4 a 6 de fevereiro de 2015 em Niamey, na terceira reunião da equipa de intervenção presidencial sobre o programa de cooperação monetária da Comunidade Económica de Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Esta reunião visava analisar o programa de atividades do roteiro revisto relativo à moeda única da CEDEAO até 2020 e as responsabilidades confiadas às instituições regionais envolvidas no mecanismo de supervisão multilateral para a conclusão de cada atividade. Nesta ocasião, os Ministros encarregues das Finanças do espaço CEDEAO e os Governadores dos Bancos Centrais representados, analisaram as modalidades de fusão da Agência Monetária da África Ocidental (AMAO) e do Instituto Monetário da África Ocidental (IMAO) no Instituto Monetário da CEDEAO em 2018 e estudou igualmente o problema levantado pelo Conselho de convergência da Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO) sobre critérios de convergência macroeconómica revistos e adotados pela 45ª Cimeira dos Chefes de Estado e Governos, realizado em Accra a 10 de julho de 2014.

Primeira reunião do Grupo de trabalho de bancos centrais dos países francófonos sobre a inclusão financeira

Nos 5 e 6 de fevereiro de 2015, realizou-se na Sede do BCEAO em Dakar, a primeira reunião técnica do Grupo de trabalho dos Bancos Centrais dos países francófonos sobre a inclusão financeira. Este grupo de trabalho foi criado aquando da 21ª Conferência de Governadores dos Bancos Centrais dos países francófonos, realizada em Dakar de 14 a 16 de maio de 2014. A reunião que contou com a participação de representantes de treze bancos centrais permitiu aos participantes impregnar-se das iniciativas dos países do G20 em matéria de inclusão financeira, no âmbito da Parceria Global para a Inclusão Financeira (GPFI), e partilhar as suas experiências na área.

Os debates incidiram nomeadamente sobre as problemáticas da inclusão financeira, a identificação das temáticas a serem tratadas por cada banco central, a determinação das contribuições esperadas de cada um deles e a definição do calendário dos trabalhos. No termo das discussões, os participantes acordaram na elaboração de um projeto de relatório intercalar bem como de um relatório definitivo, que serão apresentados aos Governadores dos Bancos Centrais dos países francófonos, durante as suas reuniões previstas em 2015 e 2016.

Ateliê de restituição dos resultados do estudo relativo à criação da estratégia regional de inclusão financeira na UEMOA

Nos dias 6 e 7 de julho de 2015, realizou-se, na Sede do BCEAO em Dakar, um ateliê regional de restituição dos resultados do estudo relativo à criação da estratégia regional de inclusão financeira na UEMOA, organizado em parceria do Fundo de Equipamento das Nações Unidas (UNCDF). A reunião vem na sequência do ateliê de reflexão sobre a inclusão financeira organizado em abril de 2014 e as concertações nacionais sobre o relatório provisório da estratégia, organizadas de 27 a 28 de maio de 2015 nas Direções Nacionais.

O ateliê tinha como objetivos, por um lado, restituir a todos os atores, a síntese das observações provenientes destas concertações, e, por outro lado, analisar as propostas feitas pelos consultores sobre os principais pontos do relatório provisório, designadamente a visão, os objetivos e as linhas de estratégia. Contou com a participação de cerca de sessenta pessoas provenientes dos Estados membros da UEMOA, do BCEAO e de UNCDF. Participaram também no encontro, responsáveis do setor financeiro da União, peritos em inclusão financeira e doadores. Os trabalhos, realizados em sessões plenárias e em grupos, permitiram trocar ideias sobre a visão da UEMOA em matéria de inclusão financeira, os objetivos e linhas estratégicas bem como o orçamento e o quadro de acompanhamento e coordenação. Os trabalhos permitiram também, aprofundar as reflexões sobre a sinergia a garantir entre a estratégia regional de inclusão financeira e as estratégias nacionais em curso nos Estados membros.

Assinatura da Convenção-Quadro de cooperação entre BCEAO e INSEE

O Governador do BCEAO, o Senhor Tiémoko Meyliet KONE, realizou uma visita a 6 de fevereiro de 2015 uma visita de trabalho à Sede do Instituto Nacional da Estatística e de Estudos Económicos (INSEE) em Paris. Durante a sessão de trabalho que teve com o Senhor Jean-Luc TAVERNIER, Diretor-Geral da instituição, foi assinada, entre essas duas Instituições, uma Convenção-Quadro de cooperação técnica.

A cooperação com o INSEE deverá permitir ao BCEAO melhorar o seu dispositivo de análise conjuntural e estendê-lo à recolha de dados sobre a situação financeira das famílias e à procura global. Ela deverá igualmente favorecer a criação de bases de dados integrados e performantes e beneficiar os Institutos Nacionais de Estatísticas dos Estados membros da União.

Décima segunda reunião anual do Grupo de Supervisores Bancários francófonos

A décima segunda reunião anual do Grupo de Supervisores Bancários Francófonos (GSBF), presidida pelo Governador do BCEAO, Presidente da Comissão Bancária da UMOA, decorreu em Casablanca a 5 de março de 2015, nas instalações da Direção da Supervisão Bancária do Bank Al-Maghrib. A cerimónia de abertura foi presidida pelo Senhor Mamadou DIOP, Vice-Governador do BCEAO.

A reunião, que contou com a participação de cerca de vinte representantes de organismos de controlo e de Bancos Centrais, permitiu debater assuntos de interesse comum, tais como os meios de reforço da eficiência da supervisão bancária, a criação da União Bancária Europeia, a inclusão financeira e a supervisão de grupos bancários transfronteiriços.

Seguiu-se a 6 de março de 2015, um seminário apresentado por um representante do Instituto para a Estabilidade Financeira (ISFI) do Banco de Pagamentos Internacionais (BRI, sigla em francês). O seminário incidiu sobre os trabalhos recentes do Comité de Basileia, em particular a diminuição dos riscos, bem como a identificação e o tratamento dos bancos em dificuldade.

Reunião anual de cooperação entre o BCEAO e o Banco da França

Uma delegação do BCEAO, encabeçada pelo Governador, foi recebida a 21 de abril de 2015 em Paris, nas instalações do Banco de França, pelo seu Governador, Senhor Christian NOYER. O encontro foi ocasião escolhida para o BCEAO fazer o balanço sobre a implementação do Acordo de cooperação assinado a 5 de outubro de 2012 e partilhar as perspetivas da cooperação com o Banco da França para os anos 2015 e 2016.

Vigésima segunda Conferência dos Governadores de Bancos Centrais dos Países Francófonos

Uma delegação do BCEAO, encabeçada pelo Governador, participou, de 13 a 15 de maio de 2015, em Fort-de-France na Martinica na 22ª Conferência de Governadores dos Bancos Centrais dos Países Francófonos. Esta edição foi consagrada ao tema "O Banco Central e os Riscos". Ela permitiu analisar o paradoxo entre, por um lado, a aceitação do risco económico, simultaneamente causa e consequência da atonia da retoma do investimento e, por outro lado, o controlo de um eventual risco financeiro excessivo.

Participação nas Assembleias Anuais do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

Uma delegação do BCEAO encabeçada pelo Governador participou, de 25 a 29 de maio de 2015, em Abidjan, nas Assembleias Anuais do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) sobre o tema "A África e o Novo Contexto Mundial". A reunião inscreveu-se no quadro da eleição do 8º Presidente do BAD e da comemoração do 50º aniversário da Instituição. Ela permitiu igualmente analisar as operações do Banco, a título do ano 2014 e a sua carteira de financiamento destinado ao desenvolvimento em 2015. Aproveitou-se igualmente dessa reunião para refletir sobre os desafios que enfrenta a África nos setores mais importantes, tais como a mudança climática, as infraestruturas, o setor privado e a governação.

Mesa redonda dos líderes da Iniciativa Africana sobre as Políticas de Serviços Financeiros via da Telefonía Móvel (AMPI)

De 23 a 24 de julho de 2015, realizou-se em Yamoussoukro, sob a presidência do Senhor Daniel Kablan DUNCAN, Primeiro ministro da Côte d'Ivoire, uma Mesa Redonda de Líderes da Iniciativa Africana sobre as Políticas de Serviços Financeiros via a Telefonía Móvel (AMPI), na qual participou o Senhor Tiémoko Meyliet KONE, Governador do BCEAO.

A Mesa redonda incidiu sobre o tema: *“A Próxima Geração de Serviços Financeiros via Telefonía Móvel: Convergência e Desenvolvimento”* reuniu cerca de cento e cinquenta participantes, dos quais Governadores e Vice-Governadores de Bancos Centrais africanos membros da Aliança para a Inclusão Financeira (AFI). Participaram também neste encontro, representantes de Administrações públicas de Estados africanos, do setor bancário e do microcrédito, prestadores de serviços de pagamento bem como parceiros de desenvolvimento. Sublinhou-se as mudanças surgidas na indústria dos serviços financeiros digitais e os meios pelos quais a região poderá conservar a sua liderança mundial nesta área através da AMPI. Este terceiro encontro ficou marcado nomeadamente pela recondução do Governador do BCEAO à frente da instituição até fevereiro de 2016.

Visita à Sede do BCEAO do Embaixador dos Estados Unidos

Sua Excelência o Senhor James P. ZUMWALT, Embaixador dos Estados Unidos da América no Senegal e Guiné-Bissau, foi recebido em audiência, a 4 de agosto de 2015, pelo Governador do BCEAO, Senhor Tiémoko Meyliet KONE.

Sua Excelência, Senhor ZUMWALT estava acompanhado pelo Conselheiro Económico da Embaixada dos Estados Unidos e do Representante do Tesouro norte-americano, em missão de conselho junto da Agência UMOA-Títulos.

Esta visita ao Governador do BCEAO permitiu ao Embaixador dos Estados Unidos informar-se sobre a situação económica dos Estados membros da União. No termo dos debates, o Embaixador norte-americano felicitou o Banco Central pelo papel importante que desempenha no seio da UEMOA.

Cerimónia de entrega do Prémio Abdoulaye FADIGA para a promoção da pesquisa económica

O Prémio Abdoulaye FADIGA para a Promoção da Pesquisa Económica, instituído em 2008 pelo BCEAO, visa a favorecer a emergência de trabalhos de pesquisa de qualidade sobre a formulação e a implementação de políticas económicas pertinentes para o desenvolvimento dos Estados membros da UEMOA. A cada dois anos, o prémio recompensa jovens pesquisadores, cidadãos da UEMOA, cujos trabalhos possam vir a contribuir para uma nova perspectiva permitindo alargar os horizontes do conhecimento económico dos países da União.

A cerimónia oficial de entrega do Prémio Abdoulaye FADIGA para a promoção da pesquisa económica, a título do ano 2014, decorreu a 10 de setembro de 2015, na sala de Conferência da Sede do BCEAO, em Dakar. A cerimónia, patrocinada pelos Senhores Daniel Kablan DUNCAN e Mahammed Boun Abdallah DIONNE, respetivamente primeiros-ministros da Côte d'Ivoire e do Senegal, foi retransmitida por videoconferência para todos os sítios do Banco Central.

No termo da cerimónia, o Prémio Abdoulaye FADIGA 2014 foi concedido ao Senhor Yao Dossa TADENYO, de nacionalidade togolesa, doutorando em Ciências Económicas na Universidade Cheikh Anta DIOP de Dakar e autor do artigo intitulado “Choques de taxas de juros do BCEAO e evolução da inflação na Zona UMOA: Implicações para a prossecução de um objetivo de estabilidade dos preços”.

O Prémio de consolação foi atribuído aos Senhores Charlemagne Babatoundé IGUE e Mathieu Gbêmèho TRINNOU, ambos de nacionalidade beninense, co-autores do artigo intitulado “Risco de crédito bancário e política monetária na União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA)”. O Senhor IGUE é Professor Catedrático em Ciências Económicas e Decano da Faculdade de Ciências Económicas e Gestão (FASEG) da Universidade de Abomey-Calavi do Benin. O Senhor TRINNOU é Assistente de pesquisa e Doutorando no Centro de Estudos, Formação e Pesquisa em Desenvolvimento (CEFRED) da mesma Faculdade.

Na mesma ocasião, a edição 2016 do Prémio Abdoulaye FADIGA, a quinta do género, foi lançada pelo Senhor Daniel Kablan DUNCAN, primeiro-ministro da República de Côte d’Ivoire.

Nono Encontro da Célula Sub-Regional encarregue da conciliação de dados sobre o comércio intra-UEMOA

O nono encontro da Célula Sub-Regional encarregue da reconciliação dos dados sobre o comércio intra-UEMOA teve lugar na Sede do Banco Central em Dakar, nos 14 e 15 de setembro de 2015. Ele reuniu os participantes provenientes das administrações estatísticas e aduaneiras dos Estados membros da União, da Comissão da UEMOA e das Direções Nacionais do BCEAO.

O encontro visa analisar as condições para se proceder à boa análise das assimetrias observadas nas declarações estatísticas bilaterais dos Estados, com vista à conciliação dos dados intra-UEMOA sobre as trocas comerciais, os fluxos turísticos, as remessas dos trabalhadores emigrantes e os investimentos diretos estrangeiros. Os resultados indicaram que a tendência do comércio intra-UEMOA continua alta, confirmando o reforço do processo de integração económica.

Por outro lado, o encontro permitiu garantir uma convergência de opiniões sobre as modalidades de implementação da metodologia de atualização da taxa de frete por grupo de produtos e por parceiro nos Estados membros da UEMOA.

NO PLANO DA GESTÃO DO BCEAO

Reunião dos responsáveis da gestão de recursos humanos do BCEAO

A Sede do BCEAO albergou, aos 25 e 26 de junho de 2015, uma importante reunião dos responsáveis encarregues da gestão dos recursos humanos de todos os sítios do Banco Central (Sede, Direções Nacionais e Secretariado Geral da Comissão Bancária da UMOA). Esta reunião visava principalmente o reforço do quadro de colaboração entre os administradores RH, com vista à dinâmica contínua da animação da função. A reunião permitiu igualmente trocar ideias sobre os trabalhos de modernização da gestão de recursos humanos do Banco e evocar vários assuntos de interesse comum.

Seminário residencial do BCEAO em Somone

Nos dias 13 e 14 de novembro de 2015, o BCEAO realizou em Somone (Senegal), um seminário residencial para fazer o balanço da realização do projeto de modernização da gestão dos recursos humanos do Banco Central e da elaboração do Plano Estratégico 2016-2018 da Instituição. Presidido pelo Senhor Tiémoko Meyliet KONE, Governador do BCEAO, o seminário contou com a participação de todo o pessoal de Direção do Instituto de emissão.

Os participantes passaram em revista os principais progressos realizados no âmbito do projeto de modernização dos recursos humanos, com vista a permitir, entre outros objetivos, a evolução do papel de responsável de estrutura para o de responsável da gestão quotidiana, gestor que saiba incentivar a sua equipa e contribuir para o desenvolvimento de suas competências, num ambiente de trabalho convivial. Os debates incidiram nomeadamente sobre os sistemas de classificação e de remuneração, as regras de gestão de carreiras, o referencial das competências, assim como o catálogo de formações.

Por outro lado, a reunião permitiu debater em torno do balanço sobre a primeira campanha de avaliação do desempenho do pessoal, depois da reforma do sistema de avaliação. Os participantes também analisaram e estudaram o impacto e a coerência das propostas retidas a título do Plano Estratégico 2016-2018 do BCEAO.

Na sequência do seminário, a reunião de reflexão e informação sobre a modernização da gestão dos recursos humanos do Banco foi realizada a 30 de novembro de 2015. Ela reuniu os responsáveis encarregues da gestão dos recursos humanos de todos os sítios do Banco Central e dos delegados das Comissões Consultivas.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E ORGANIGRAMA DO BCEAO

COMPOSIÇÃO DA CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UMOA

em 31 de dezembro de 2015

PRESIDENTE: Sua Excelência Dr. **Boni YAYI**,
Presidente da República do Benin.

Sua Excelência Dr. **Boni YAYI**,
Presidente da República do Benin.

Sua Excelência **Roch Marc Christian KABORE**,
Presidente do Burkina Faso.

Sua Excelência Dr. **Alassane OUATTARA**,
Presidente da República da Côte d'Ivoire.

PRESIDENTE : **José Mário VAZ**,
Presidente da República da Guiné-Bissau.

Sua Excelência **Ibrahim Boubacar KEÏTA**
Presidente da República do Mali

Sua Excelência **Issoufou MAHAMADOU**,
Presidente da República do Níger.

Sua Excelência **Macky SALL**,
Presidente da República do Senegal.

Sua Excelência **Faure Essozimna GNASSINGBE**,
Presidente da República do Togo.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DA UMOA

em 31 de dezembro de 2015

PRESIDENTE: M. SAIDOU SIDIBE,

Ministro da Economia e das Finanças da República do Níger.

República do Benin

Os Senhores Komi KOUTCHE, Ministro de Estado, Encarregue da Economia, das Finanças e Programas de Desnacionalização;

Pocoun Damè KOMBIENOU, Ministro da Indústria e do Comércio.

Burkina Faso

Os Senhores Jean Gustave SANON, Ministro da Economia e das Finanças;

Bédializoun Moussa NEBIE, Ministro Delegado junto do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Regional, Encarregue da Cooperação Regional.

República da Côte d'Ivoire

A Senhora Nialé KABA, Ministra Delegado junto do Primeiro-Ministro Encarregue da Economia e das Finanças;

o Senhor Abdourahmane CISSE, Ministro Delegado junto do Primeiro-Ministro, Encarregue do Orçamento.

República da Guiné-Bissau

Os Senhores Geraldo João MARTINS, Ministro da Economia e das Finanças;

Degol MENDES, Secretário de Estado encarregue do Planeamento e Integração Regional.

República do Mali

Os Senhores Mamadou Igor DIARRA, Ministro da Economia e das Finanças;

Abdel Karim KONATE, Ministro do Comércio e da Indústria.

República do Níger

Os Senhores Saidou SIDIBE, Ministro da Economia e das Finanças;

Mohamed BOUCHA, Ministro Delegado Delegado junto do Ministro da Economia e das Finanças, encarregue do Orçamento.

República do Senegal

Os Senhores Amadou BA, Ministro da Economia, Finanças e Planeamento;

Birima MANGARA, Ministro Delegado junto do Ministro da Economia, Finanças e Planeamento, encarregue do Orçamento.

República do Togo

OS senhores Adji Otèth AYASSOR, Ministro de Estado, Ministro da Economia, das Finanças, Planificação e do Desenvolvimento;

Kossi ASSIMAÏDOU, Ministro Delegado junto do Ministro de Estado, Ministro da Economia e das Finanças, encarregue da Planificação do Desenvolvimento.

COMPOSIÇÃO DO COMITE DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BCEAO

em 31 de dezembro de 2015

PRESIDENTE: O Senhor Tiémoko Meyliet KONE

Governador do BCEAO.

**Vice-Governadores do BCEAO: o Senhor Jean-Baptiste COMPAORE,
o Senhor Mamadou DIOP.**

MEMBROS REPRESENTANDO OS ESTADOS

República do Benin

O Senhor Houéssou Yaovi HADONOU, Diretor dos Assuntos Monetários e Financeiros.

Burkina Faso

O Senhor Ousmane OUEDRAOGO, antigo Vice-Governador do BCEAO, antigo Ministro de Estado, Ministro das Finanças e do Planeamento.

República da Côte d'Ivoire

O Senhor Mama OUATTARA, Professor na Universidade Félix Houphouët-Boigny de Cocody, Diretor do Grupo de Política Económica (GPE).

República da Guiné-Bissau

O Senhor Rui Duarte FERREIRA, Conselheiro do Ministro da Economia e das Finanças, encarregue dos Assuntos Internacionais.

República do Mali

O Senhor Bangaly N'ko TRAORE, Diretor-Geral da Dívida Pública.

República do Níger

O Senhor Mahamane ANNOU MALLAM, Antigo Presidente do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre a Democracia e o Desenvolvimento Económico e Social (GERDES).

República do Senegal

O Senhor Aliou FAYE, Diretor do Centro de Estudos de Políticas para o Desenvolvimento (CEPOD).

República do Togo

O Senhor Mongo AHARH-KPESSOU, Secretário Permanente para o Acompanhamento das Políticas de Reformas e dos Programas Financeiros.

República da França

A Sr^a Françoise DRUMETZ, Diretora de Estudos Microeconómicos e Estruturais do Banco de França.

MEMBROS NOMEADOS INTUITU PERSONAE

O Senhor Lansina BAKARY, Perito Consultor, antigo Conselheiro Económico do Governador do BCEAO, Abidjan (República da Côte d'Ivoire);

O Senhor Maïna Boukar MOUSSA, Vice-Presidente do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Desenvolvimento Económico e Social (GERDES), Niamey (República do Níger);

O Senhor Adama DIAW, Professor Titular de Ciências Económicas, Diretor da Escola Dotorante das Ciências do Homem e Sociedade na Universidade Gaston Berger, Saint-Louis (República do Senegal).

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

em 31 de dezembro de 2015

PRESIDENTE: O Senhor Tiémoko Meyliet KONE

Governador do BCEAO.

República do Benin

O Senhor Job OLOU, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.

Burkina Faso

O Senhor Naby Abraham OUATTARA, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.

República da Côte d'Ivoire

Sr. Adama KONE, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.

República da Guiné-Bissau

O Senhor Wilson Espírito Santo ALVES CARDOSO, Diretor Geral do Tesouro.

República do Mali

Srª SIDIBE Zamilatou CISSE, Secretária-Geral do Ministério da Economia e das Finanças.

República do Níger

O Senhor Taher HASSANE, Secretário-Geral do Ministério da Economia e das Finanças.

República do Senegal

O Senhor Adama Racine SOW, Tesoureiro Geral, Agente Contabilístico Central da Direção Geral da Contabilidade Pública e do Tesouro.

República do Togo

O Senhor Sévon-Tépé Kodjo ADEDZE, Agente Aduaneiro e dos Impostos Indiretos (Ofício Togolês das Receitas).

República da França

O Senhor Cyril ROUSSEAU, Diretor adjunto dos Assuntos Financeiros Multilaterais e do Desenvolvimento da Direção-Geral do Tesouro.

COMPOSIÇÃO DO COMITE DE AUDITORIA DO BCEAO

em 31 de dezembro de 2015

PRESIDENTE: O Senhor Taher HASSANE,

Secretário-Geral do Ministério da Economia e das Finanças do Níger.

República do Mali

Sr^a SIDIBE Zamilatou CISSE, Secretária-Geral do Ministério da Economia e das Finanças.

República do Níger

O Senhor Taher HASSANE, Secretário-Geral do Ministério da Economia e das Finanças.

República do Senegal

O Senhor Adama Racine SOW, Tesoureiro Geral, Agente Contabilístico Central da Direção Geral da Contabilidade Pública e do Tesouro.

República do Togo

O Senhor Kodjo Sévon-Tépé ADEDZE, Agente Aduaneiro e dos Impostos Indiretos (Ofício Togolês das Receitas).

BANCO CENTRAL DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL

em 31 de dezembro de 2015

GOVERNO

GOVERNADOR:	O Senhor Tiémoko Meyliet KONE
Vice-Governador:	O Senhor Jean-Baptiste M. P. COMPAORE,
Vice-Governador:	O Senhor Mamadou DIOP,
Secretário-Geral:	O Senhor Abdoulaye SECK,
Chefe de Gabinete:	O Senhor Siriki KONE,
Conselheiro Especial do Governador:	O Senhor Oumar Tatam LY,
Conselheiros do Governador:	O Senhor Jean-Baptiste Ayayé AMAN, O Senhor João Alaje Mamadu FADIA.

CONTROLO GERAL

Auditor Geral:	O Senhor Jean-Baptiste Ayayé AMAN,
Conselheiros do Auditor Geral:	O Senhor Cheick Ahmed Tidiany DIAKITE, O Senhor Kadjema Guy GO MARO.

DIREÇÕES GERAIS

Diretor-Geral da Administração e do Património:	O Senhor Alioune Blondin BEYE,
Diretor-Geral da Economia e da Moeda:	O Senhor Ismaïla DEM,
Diretor-Geral das Operações e das Atividades Fiduciárias:	O Senhor Armand BADIEL,
Diretor-Geral da Organização e dos Systemas de Informação:	O Senhor Ahmadou Al Aminou LO,
Diretor-Geral de Recursos Humanos, da Formação e de Assuntos Jurídicos:	A Senhora Akouélé Sylviane MENSAH,
Diretor-Geral da Estabilidade e da Inclusão Financeiras:	O Senhor Ousmane SAMBA MAMADOU.

Conselheiros de Diretores-Gerais

Conselheiro do Diretor-Geral da Administração e do Património:	O Senhor Ibrahima SYLLA,
Conselheiro do Diretor-Geral da Economia e da Moeda:	O Senhor Bassambié BATIONO,
Conselheiro do Diretor-Geral da Organização e dos Systemas de Informação:	O Senhor Coulibaly HORO,
Conselheiro do Diretor-Geral dos Recursos Humanos, Formação e Assuntos Jurídicos:	O Senhor Abdoulaye TRAORE,
Conselheiro do Diretor-Geral da Estabilidade e da Inclusão Financeiras:	A Senhora Aminata FALL NIANG.

DIREÇÕES DOS SERVIÇOS CENTRAIS

Diretor do Orçamento e Abastecimentos:	O Senhor Fama Adama KEITA,
Diretor do Património:	O Senhor Hadama YBIA,

Diretor da Segurança:	A Senhora Flora MADJA ZOHOUN,
Diretor dos Serviços Gerais:	O Senhor Emmanuel Junior ASSILAMEHOO,
Diretor da Conjuntura Económica e das Análises Monetárias:	O Senhor Issa DJIBO,
Diretor dos Estudos e Pesquisa:	O Senhor Clément ADOBY,
Diretor das Estatísticas:	O Senhor Madani TOURE,
Diretor das Atividades Fiduciárias:	O Senhor Djibril CAMARA,
Diretor das Operações de Mercado:	O Senhor Habib THIAM,
Diretor dos Sistemas e dos Meios de Pagamento:	O Senhor Bwaki KWASSI,
Diretor da Contabilidade:	O Senhor Ekoué Djro GLOKPOR,
Diretor do Controlo de Gestão:	O Senhor Kora LILIOU,
Diretor da Organização e Métodos:	O Senhor Mohamed Almountaka ALFIDJA,
Diretor dos Sistemas de Informação:	O Senhor Tiéguélé Abdoul F. COULIBALY,
Diretor do Centro Oeste Africano de Formação e Estudos Bancários (COFEB):	A Senhora Aminata HAIDARA,
Diretor dos Assuntos Jurídicos:	Vago
Diretora da Gestão Administrativa e Social do Pessoal:	A Senhora Marie Evelyne SEABE,
Diretora da Gestão das Carreiras e Competências:	A Senhora Helena Maria José NOSOLINI EMBALO
Diretor das Atividades Bancárias e do Financiamento das Economias	O Senhor Antoine TRAORE,
Diretor do Microcrédito e da Inclusão Financiera:	O Senhor Patrick KODJO,
Diretor da Estabilidade Financeira:	O Senhor Thierry TOFFA,
Diretor da Inspeção e Auditorias:	O Senhor Kadjema Guy GO MARO,
Diretor da Prevenção dos Riscos:	O Senhor Diaffra HAROUNA.

REPRESENTAÇÕES

Representante Residente do Governador junto da Comissão da União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA)

O Senhor Charles Luanga KI-ZERBO,

Representante do BCEAO junto das Instituições Europeias de Cooperação:

Vago

DIREÇÕES NACIONAIS

Diretor Nacional para o Benin:	O Senhor Gbégnon Alain Michel KOMACLO,
Diretor Nacional para o Burkina Faso:	O Senhor Charles Luanga KI-ZERBO,
Diretor Nacional para a Côte d'Ivoire:	O Senhor Chalouho COULIBALY,
Diretor Nacional para a Guiné-Bissau:	O Senhor João Alaje Mamadu FADIA,
Diretor Nacional para o Mali:	O Senhor Konzo TRAORE,
Diretor Nacional para o Níger:	O Senhor Maman Laouane KARIM,
Diretora Nacional para o Senegal:	O Senhor Mamadou CAMARA,
Diretor Nacional para o Togo:	O Senhor Kossi TENOU.

SECRETARIADO GERAL DA COMISSÃO BANCÁRIA DA UMOA (CBUMOA)

Secretário-Geral:	A Senhora Séna Eida Afiwa KPOTSRA,
Secretário-Geral Adjunto:	O Senhor Amadou DIARRA.

ENDEREÇOS DOS DIFERENTES SÍTIOS DO BCEAO

SEDE SOCIAL

Avenue Abdoulaye FADIGA - Boîte Postale : n° 3108 - Dakar
Telefone: (221) 33 839 05 00 - Fax: 221, 33, 823, 93, 35, 33, 822, 61 e 09 ;
Website: <http://www.bceao.int>

BENIN

Cotonou

Avenue Jean-Paul II
01 Boîte Postale : n° 325 RP
Telefone: (229) 21 36 46 00 / 21 31 24 66 / 21 31 24 67
Fax: (229) 21 31 24 65
Correio eletrônico: .BDN@bceao.int
Diretor da Agência Principal: O Senhor Aliyou OUMOROU

Parakou

Caixa Postal: n° 201
Telefone: (229) 23 61 03 25/29
Fax: (229) 23 61 10 91
Chefe da Agência Auxiliar: O Senhor Grégoire DAGBA

BURKINA FASO

Ouagadougou

Avenue Gamal Abdel NASSER
Caixa Postal: 01 BP 356
Telefone: (226) 25 49 05 00/01 e 25 30 60 15
Fax: (226) 25 31 01 22
Correio eletrônico: .BDN@bceao.int
Diretor da Agência Principal: O Senhor Adama SANKARA

Bobo-Dioulasso

Avenue Mamadou Konaté
Caixa Postal: n° 603
Telefone: (226) 20 97 04 44
Fax: (226) 20 97 04 58
Chefe da Agência Auxiliar: O Senhor Ibrahim DIABY-KASSAMBA

COTE D'IVOIRE

Abidjan

Avenue Abdoulaye FADIGA angle Bd. Roussel

Caixa Postal: 01 1769 ABIDJAN 01

Telefone: (225) 20 20 84 00 et 20 20 85 00

Fax: (225) 20 22 00 40 e 20 22 28 52

Correio eletrônico: .BDN@bceao.int

Diretor da Agência Principal: O Senhor Yao Magloire KONAN

Abengourou

Caixa Postal: n° 905

Telefone: (225) 35 91 37 15 e 35 91 38 15

Fax: (225) 35 91 31 76

Chefe da Agência Auxiliar: O Senhor Georges DIAW

Bouaké

Caixa Postal: n° 773

Telefone: (225) 31 63 33 13 e 31 63 33 14

Fax: (225) 31 63 38 31

Chefe da Agência Auxiliar: Vago

Daloa

Caixa Postal: n° 46

Telefone: (225) 32 78 38 85

Fax: (225) 32 78 13 10

Chefe da Agência Auxiliar: O Senhor Ningou Jacques HLYH GNELBIN

Korhogo

Caixa Postal: n° 54

Telefone: (225) 36 86 01 10 e 36 86 01 11

Fax: (225) 36 86 15 30

Chefe da Agência Auxiliar: Vago

Man

Caixa Postal: n° 1017

Telefone: (225) 33 79 02 67

Fax: (225) 33 79 02 28

Chefe da Agência Auxiliar: Vago

San Pedro

Caixa Postal: n° 387

Telefone: (225) 34 71 21 84

Fax: (225) 34 71 24 48

Chefe da Agência Auxiliar: O Senhor Issouf OUATTARA

GUINE-BISSAU

Bissau

Avenida Combatentes da Liberdade da Pátria

Caixa Postal: n° 38

Telefone: (245) 325 63 25 - 321 55 48 / 321 41 73

Fax: (245) 325 63 00

Correio eletrónico: .BDN@bceao.int

Diretor da Agência Principal: O Senhor Adrião Spencer CARVALHO

MALI

Bamako

94, Avenue Moussa TRAVELE

Caixa Postal: n° 206

Telefone: (223) 20 70 02 00 / 20 22 25 41 / 20 22 54 06

Fax: (223) 20 22 47 86

Correio eletrónico: .BDN@bceao.int

Diretor da Agência Principal: O Senhor Youssouf B. COULIBALY

Mopti

Komoguel II, route de Sévaré

Caixa Postal: n° 180

Telefone: (223) 20 21 01 02

Fax: (223) 21 43 05 07

Chefe da Agência Auxiliar: O Senhor Amadou Boucari CISSE

Sikasso

Rue Mamadou TRAORE

Boîte Postale : n° 453

Telefone: (223) 21 62 00 77

Fax: (223) 21 62 08 79

Chefe da Agência Auxiliar: O Senhor Ibrahima TOURE

NIGER

Niamey

Rue de l'Uranium

Caixa Postal: n° 487

Telefone: (227) 20 72 33 30 e 20 72 33 40

Fax: (227) 20 73 47 43

Correio eletrônico: .BDN@bceao.int

Diretor da Agência Principal: O Senhor Achirou DAN MAGARIA

Maradi

Caixa Postal: n° 265

Telefone: (227) 20 41 00 96

Fax: (227) 20 41 00 45

Chefe da Agência Auxiliar: O Senhor Daouda BOUKARI

Zinder

Caixa Postal: n° 133

Telefone: (227) 20 51 00 94

Fax: (227) 20 51 07 24

Chefe da Agência Auxiliar: O Senhor Abibou MOUSSA

SENEGAL

Dakar

Boulevard du Général De Gaulle x Triangle Sud Boîte Postale:

Caixa Postal: n° 3159

Telefone: (221) 33 889 45 45

Fax: (221) 33 823 57 57

Correio eletrônico: .BDN@bceao.int

Diretor da Agência Principal: O Senhor François Etienne Déthié SENE

Kaolack

Caixa Postal: n° 79

Telefone: (221) 33 938 40 00

Fax: (221) 33 941 33 23

Chefe da Agência Auxiliar: O Senhor Babacar SENE

Ziguinchor

Caixa Postal: n° 317

Telefone: (221) 33 991 10 39 e 33 938 80 35

Fax: (221) 33 991 16 59

Chefe da Agência Auxiliar: A Senhora Awa BA CAMARA

TOGO

Lomé

Rue Abdoulaye FADIGA

Caixa Postal: n° 120

Telefone: (228) 22 21 53 84

Fax: (228) 22 21 76 02

Correio eletrónico: .BDN@bceao.int

Diretor da Agência Principal: O Senhor Kodjo SEDJRO

Kara

Caixa Postal: n° 75

Telefone: (228) 26 60 60 79

Fax: (228) 26 60 62 69

Chefe da Agência Auxiliar: O Senhor Komi Denyo KOWU

REPRESENTAÇÃO DO GOVERNADOR JUNTO DA COMISSÃO DA UEMOA

Avenue Gamal Abdel NASSER, Ouagadougou, Burkina Faso

Caixa Postal: 64 OUAGADOUGOU 01

Telefone: (226) 50 31 61 01 / 50 30 60 15 / 14

Fax: (226) 50 30 63 76

Correio eletrónico: .Z03@bceao.int

REPRESENTAÇÃO DO BCEAO JUNTO DAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS DE COOPERAÇÃO

29, rue du Colisée, 75008 Paris, France

Telefone: (33) 1 42 25 71 60

Fax: (33) 1 42 56 00 37

Correio eletrónico: bceao@paris-bceao.org

SECRETARIADO GERAL DA COMISSÃO BANCÁRIA DA UMOA (CBUMOA)

Boulevard Botreau Roussel (rue privée CRRAE-UMOA)

01 BP 7125 Abidjan - Côte d'Ivoire

Tel. : (225) 20 25 57 57

Fax: (225) 20 22 45 52

Site web : www.bceao.int

Email : .z02sg@bceao.int



Tiémoko Meyliet KONE
Governador do Banco Central
dos Estados da África Ocidental

MENSAGEM DO GOVERNADOR

A atividade económica dos Estados membros da União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) continuou em franco crescimento em 2015. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto da União situou-se, em termos reais, em 7,0% em 2015, depois de uma progressão de 6,5% em 2014, prosseguindo a boa tendência registada há quatro anos.

Este crescimento resultou do dinamismo de todos os setores económicos bem como dos investimentos públicos e privados regulares. Por sua vez, a taxa de inflação fixou-se, em média, em 1,0% em 2015 contra -0,1% no ano precedente.

Os Países da União, para conservar de modo duradouro estes desempenhos, deverão acelerar as reformas estruturais com vista a reforçar o carácter atrativo das economias e aumentar o nível e a qualidade dos investimentos. Por outro lado, necessita-se da estabilidade macroeconómica e de um setor financeiro saudável para mobilizar os recursos internos e externos indispensáveis ao financiamento da atividade económica.

Nesta perspetiva, o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) prosseguiu, em 2015, a sua política monetária complacente, velando ao mesmo tempo, para a preservação do ambiente macroeconómico estável, conducente a um crescimento forte e duradouro.

O Instituto de emissão implementou igualmente reformas importantes, nomeadamente para melhorar a eficiência da política monetária, reforçar a regulamentação e a supervisão bancárias e modernizar o setor financeiro.

Estas ações assentam-se no aumento do capital social mínimo das instituições de crédito, na aceleração da migração do dispositivo prudencial para as normas de Basileia II e III, na criação de um mecanismo de resolução das crises bancárias e na promoção dos Gabinetes de Informação sobre o Crédito (BIC, sigla em francês). Por outro lado, o Fundo de Garantia de Depósitos na UMOA (FGD- UMOA) organizou a primeira reunião do seu Conselho de Administração a 4 de junho de 2015, na Sede do BCEAO. Dotado de personalidade jurídica e duma autonomia financeira, o FGD-UMOA tem como missão assegurar a garantia dos depósitos dos clientes das Instituições de crédito e dos Sistemas Financeiros Descentralizados autorizados na União. Instou-se assim ao Fundo contribuir para a preservação da estabilidade financeira bem como para a promoção da cultura financeira nos Estados membros da UMOA.

Por outro lado, o Banco Central priorizou a criação de um dispositivo em que as instituições de crédito financiam Pequenas e Médias Empresas e Indústrias (PME/PMI). Tirado do Plano de ação para o financiamento das economias, incentivado pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo da UEMOA, o novo mecanismo foi adotado pelo Conselho de Ministros da União, reunido durante a sua sessão de 29 de setembro de 2015, em Dakar.

Esta iniciativa resulta de uma ampla concertação com todos os parceiros, nomeadamente os da profissão bancária e os atores não bancários envolvidos na promoção de PME/PMI e visa a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento de uma massa crítica eficiente de PME. O objetivo é aumentar a contribuição desta categoria de empresas para a criação de riquezas bem como a realização de objetivos de crescimento duradouro e inclusivo, que os Estados membros fixaram como metas, e reforçar a luta contra o desemprego.

Em conformidade com as suas missões, o Banco Central pretende continuar a trabalhar na criação de condições conducentes ao desenvolvimento de um ambiente financeiro saudável e ao crescimento contínuo.

**O Governador do Banco Central dos
Estados da África Ocidental,**

Presidente do Conselho de Administração

VISÃO GLOBAL

Em 2015, o contexto económico internacional caracterizou-se pelo abrandamento do ritmo previsto de progressão da atividade económica. Segundo as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicadas em abril de 2016, a taxa de crescimento da economia mundial fixou-se em 3,1% em 2015 contra 3,4% em 2014.

No seio dos Estados membros da União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA), a atividade económica continuou resiliente. As últimas estimativas estabelecidas em finais de abril de 2016 prevêm o aumento do produto interno bruto da União, em 7,0% em 2015, depois de uma progressão de 6,5% em 2014.

O crescimento económico assentou-se nomeadamente no aumento da produção da indústria manufatureira e no dinamismo do setor da "Construção Civil e Obras Públicas" (BTP, sigla em francês). Ele resultou do aumento da produção agrícola bem como da expansão dos serviços, em relação com a divulgação de novos produtos, nomeadamente nas telecomunicações e no setor bancário.

A taxa de inflação fixou-se na União, em média, em 1,0% em 2015 contra -0,1% registada no ano anterior. Esta evolução é o resultado do encarecimento dos preços dos produtos alimentares locais bem como dos materiais de construção e serviços ligados ao alojamento.

O saldo da realização das operações financeiras dos Estados membros da União em 2015 caracterizou-se pelo aumento do défice global, com base na caixa, incluindo donativos, em relação a 2014. Com efeito, o défice situou-se, porcentualmente em relação ao PIB, em 4,4% em 2015 contra 3,0% em 2014. Esta evolução é consequente à prossecução da implementação de programas de investimentos públicos, nomeadamente nas infraestruturas.

O montante global da dívida externa dos Estados membros da União, em finais de dezembro de 2015, situou-se em 13.328,1 mil milhões de francos CFA contra 11.347,2 mil milhões de FCFA em finais de dezembro de 2014, ou seja uma alta de 17,5%. Esta evolução é explicada pelo aumento dos saques sobre empréstimos que se estabeleceram em 1.947,0 mil milhões de francos CFA em 2015, em alta de 53,7% em relação a 2014.

O comércio externo a título do ano 2015 saldou-se por um défice global de 191,5 mil milhões , contra um excedente de 74,5 mil milhões em 2014. A deterioração do saldo global resulta sobretudo do recuo das entradas líquidas de capitais estrangeiros a favor dos Estados membros da União. No entanto, os efeitos desta evolução foram atenuados com o recuo do défice da balança das transações correntes, que passou de 7,2% do PIB em 2014 para 6,3% do PIB em 2015.

Em finais de dezembro de 2015, a posição externa líquida das instituições monetárias estabeleceu-se em 4.725,6 mil milhões , representando uma baixa de 115,0 mil milhões ou 2,4% em relação a dezembro de 2014. As reservas oficiais de câmbio do BCEAO aumentaram de 453,4 mil milhões mil milhões, para se situar em 7.487,0 mil milhões . A taxa de cobertura da emissão monetária do Banco Central situou-se em 80,2% contra 84,3% em dezembro de 2014.

O montante do crédito interno aumentou de 2.899,0 mil milhões ou seja 17,7%, em relação ao seu nível em finais de dezembro de 2014, para atingir 19.306,9 mil milhões em finais de dezembro de 2015. Esta evolução é consequente da degradação de 1.082,6 mil milhões do saldo devedor líquido dos Governos que se fixou em 5.798,1 mil milhões e da alta de crédito à economia, em progressão de 15,5% para situar-se em 13.508,8 mil milhões em finais de dezembro de 2015. Refletindo a evolução de suas contrapartidas, a massa monetária consolidou-se de 14,4% para estabelecer-se em 21.689,7 mil milhões .

Num contexto marcado por uma inflação baixa e incertezas em relação às perspetivas de crescimento económico na União, o BCEAO manteve inalteradas as suas taxas de juro diretoras, com vista a apoiar a atividade económica. A taxa de juro mínima de submissão nas operações regulares de concurso público de injeção de liquidez e a taxa de juro do balcão de cedência de liquidez continuam respetivamente em 2,50% e 3,50%, níveis vigentes desde 16 de setembro de 2013. O coeficiente das reservas mínimas aplicáveis aos bancos da União manteve-se igualmente no seu nível de 5,0%, fixado desde a 16 de março de 2012.

Durante o ano 2015, a rede bancária da UEMOA consolidou-se com cinco (5) unidades em relação ao ano precedente, para estabelecer-se em 137 unidades.

A atividade foi globalmente bem orientada nos mercados de capitais da União. A nível do mercado monetário, o montante acumulado dos adiantamentos nos balcões de concursos públicos de uma semana e de um mês estabeleceu-se em 2.570,0 mil milhões em finais de dezembro de 2015 contra 2.450,0 mil milhões em finais de dezembro de 2014, ou seja uma alta de 120,0 mil milhões (+4,9%) dum ano para outro. No mercado regional da dívida pública, o montante global dos títulos estimou-se em 6.511,8 mil milhões ou 12,5% do PIB em finais de dezembro de 2015 contra 5.068,8 mil milhões ou 10,5% do PIB um ano antes.

No plano da gestão dos símbolos monetários, os levantamentos e os depósitos efetuados nos balcões do Banco Central, durante o ano de 2015, envolveram um total de 4.819,8 mil milhões de notas e moedas, contra 4.389,2 mil milhões de unidades durante o ano fiscal 2014, ou seja uma alta de 9,8%. Comparada a 2014, permaneceu quase estável em 97,1%, a parte de notas na circulação fiduciária.

A nível da cooperação internacional, as operações efetuadas pelo Banco Central com o FMI, para a conta dos Estados membros da UMOA, saldaram-se, durante o ano 2015, pelas entradas líquidas de recursos de 62,3 milhões de DSE contra 126,4 milhões de DSE, no ano anterior. Os encargos suportados pelo BCEAO em 2015, no quadro das operações com o FMI, cifraram-se em 0,4 milhões de DSE (350,7 milhões de FCFA), contra 0,8 milhões de DSE (578,4 milhões de FCFA) no ano precedente.

No plano do funcionamento do Banco Central, durante o ano fiscal 2015, os Órgãos da União realizaram os seus encontros, em conformidade com as disposições do Tratado de 20 de janeiro de 2007 constituindo a União Monetária Oeste Africana e os Estatutos do Banco Central dos Estados da África Ocidental. A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo realizou a sua 8ª Sessão Ordinária, a 19 de janeiro de 2015 em Cotonou, na República do Benin. O Conselho de Ministros realizou quatro sessões ordinárias e duas sessões extraordinárias. O Comité de Política Monetária do BCEAO realizou quatro reuniões ordinárias. O Conselho de Administração do BCEAO realizou duas sessões ordinárias e uma sessão extraordinária.

Durante o ano 2015, o Banco Central procedeu à elaboração de um Plano Estratégico que cobre o período 2016-2018, apoiando-se na abordagem metodológica de planificação inspirando-se das melhores práticas na matéria. Esta nova abordagem permitiu, com base na identificação das implicações internas e externas, num horizonte de cerca de dez anos, definir as principais linhas e os objetivos estratégicos a realizar durante os próximos três anos.

No âmbito do reforço da governação do seu sistema de informação, o BCEAO iniciou ações, para se conformar às normas PCIDSS (Payment Card Industry Data Security) de segurança da indústria de cartões de pagamento e ao referencial ITIL (Information Technology Infrastructure Library), das melhores práticas de gestão dos serviços informáticos. Por outro lado, iniciou-se a construção, para o alinhamento da governação e da gestão do sistema de informação do Banco, com o referencial designado Control Objectives for Information and related Technology, que constitui das melhores práticas na matéria.

Além disso, foram prosseguidos os trabalhos de reforço do dispositivo de controlo interno e de gestão dos riscos do Banco Central, a fim de os alinhar com padrões internacionais na matéria. Assim, a reestruturação da gestão dos riscos do BCEAO resultou na implementação de um novo quadro metodológico denominado “Abordagem de Controlo de Riscos (DMAR, sigla em francês)”. O dispositivo reestruturado, desdobrado em todos os sítios do Banco em 2014, entrou na sua fase operacional com a elaboração da cartografia dos riscos consolidada e a criação do quadro de governação.

A 31 de dezembro de 2015, o efetivo global do pessoal do Banco Central, incluindo todos as categorias, estabeleceu-se em 3.545 agentes contra 3.571 em finais de dezembro de 2014. Este efetivo é composto por 3.497 agentes em atividade nos sítios do BCEAO e 48 agentes em posição de comissão de serviço ou de disponibilidade.

I - CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

1.1 - CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO INTERNACIONAL

Durante o ano 2015, o contexto económico e financeiro internacional foi marcado pela volatilidade dos mercados financeiros e a baixa dos preços das matérias primas básicas, o que levou a um ritmo de progressão da atividade económica menos constante do que o previsto. O crescimento continuou a diminuir nos países emergentes e em desenvolvimento, enquanto os países avançados registavam uma recuperação moderada. Globalmente, de acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), em abril de 2016, a taxa de crescimento da economia mundial fixou-se em 3,1% em 2015 contra 3,4% em 2014.

1.1.1 - Atividade económica nos países industrializados

Nos países industrializados, o crescimento económico aumentou ligeiramente, sustentado pelas políticas monetárias acomodáticas dos Bancos Centrais, o melhoramento das condições financeiras e a baixa dos preços do petróleo. Segundo o FMI, a taxa de crescimento nestas economias é estimada em 1,9% em 2015, contra 1,8% em 2014. Nos Estados Unidos, o produto interno bruto progrediu 2,4% em 2015, em relação a 2014, explicada pelo dinamismo da procura interna privada. No Japão, depois de um recuo de 0,1% em 2014, o crescimento da economia registou novamente uma alta em 2015, fixando-se em 0,5%, sob o efeito das políticas de flexibilização monetária e orçamental bem como a retoma dos investimentos que permitiram relançar as atividades das empresas e a procura interna. Na Zona euro, o ritmo de evolução da atividade económica continuou dinâmico, passando de 0,9% em 2014 para 1,6% em 2015, em ligação com a forte procura interna e externa, resultante da baixa dos preços de petróleo, do aumento do investimento privado, da manutenção da política monetária acomodática pelo Banco Central Europeu (BCE), bem como da desvalorização do euro.

1.1.2 - Atividade económica nos países emergentes e em desenvolvimento

Nos países emergentes e em desenvolvimento, o crescimento económico desacelerou em 2015. Tendo como causa o abrandamento da economia chinesa, a volatilidade dos mercados financeiros, as tensões geopolíticas contínuas e o impacto negativo da baixa dos preços das matérias-primas para os países exportadores. Segundo as estimativas do FMI, o Produto Interno Bruto das economias emergentes e em desenvolvimento aumentou de 4,0% em 2015, contra 4,6% no ano anterior. A economia chinesa registou uma baixa, evoluindo num ritmo de 6,9% ao ano, ou seja no seu nível mais baixo desde 2009, depois de 7,3% em 2014, sob o efeito da procura interna e internacional fraca, das perturbações dos mercados bolsistas e da estagnação persistente do setor imobiliário. Por sua vez, o Brasil e a Rússia registaram uma diminuição do ritmo de expansão da sua economia, devido nomeadamente à queda dos preços das matérias-primas de base, das tensões sociais e geopolíticas. Em 2015, a atividade económica registou um recuo no Brasil e na Rússia de 3,8% e 3,7% respetivamente, depois de progredir de 0,1% e 0,6% em 2014. No entanto, as dificuldades dos países emergentes foram de alguma forma atenuada pelo dinamismo da economia indiana, sustentada pelo bom desempenho do investimento e o baixo nível dos custos de produção graças à baixa dos preços das matérias-primas. O crescimento fixou-se em 7,3% em 2015, valor estável em relação ao nível de 2014.

Na África subsariana, o crescimento abrandou para se estabelecer em 3,4% em 2015, depois de 5,0% em 2014, sob a ação da baixa dos preços dos produtos de base que influenciou as grandes economias da região, nomeadamente a África do Sul, Angola e a Nigéria. O crescimento da economia sul-africana fixou-se em 1,3% em 2015, contra 1,5% em 2014. Sobretudo, a atividade económica sofreu com o impacto negativo das greves no setor mineiro, da falta de infraestruturas, em particular, no fornecimento de eletricidade, e da situação política e social tensa no país. Na Nigéria, o crescimento do Produto Interno Bruto abrandou fixando-se em 2,7% em 2015, depois de 6,3% no ano anterior. As dificuldades do setor petrolífero, perturbado pela queda dos preços de petróleo no mercado internacional, justificam, globalmente, este abrandamento.

1.1.3 - Mercados financeiros e de matérias-primas

Durante o ano 2015, os principais mercados bolsistas evoluíram de modo diferente. No primeiro semestre 2015, os índices bolsistas registaram altas, sob a ação da contínua recuperação da economia nos países avançados. Em contrapartida, o segundo semestre do ano caracterizou-se por uma volatilidade dos mercados financeiros, ligada às evoluções desfavoráveis da economia chinesa e do mercado das matérias-primas. Em média, em 2015, os principais índices da bolsa de Nova Iorque, nos Estados Unidos, o Dow Jones e o Nasdaq, consolidaram-se, respetivamente de 4,9% e 13,0% em relação ao ano passado. No Japão, o índice Nikkei progrediu de 23,9%, passando de 15.470,2 pontos em 2014 para 19.163,3 pontos em 2015. Na Zona euro, o índice EuroStoxx 50 ganhou 300,4 pontos em relação ao seu nível de 2014 para se estabelecer em 3.445,7 pontos em 2015. Pelo contrário, no Reino Unido, o índice Footsie 100 recuou de 1,05 em 2015 para fixar-se em 6.614,8 pontos.

A nível dos mercados bolsistas africanos, os principais índices registaram evoluções diferentes de acordo com a orientação da atividade económica nos principais setores. Deste modo, os índices das bolsas de Lagos e de Accra abrandaram respetivamente de 21,5% e 5,7%. Por outro lado, o principal índice da África do Sul, o FTSE/JSE All Share, da bolsa de Joanesburgo, bonificou-se em 5,4%, apesar da situação conturbada no setor mineiro e das dificuldades no fornecimento de energia elétrica. Na Zona UEMOA, os índices BRVM10 e BRVM Compósito, que eram respetivamente de 267,53 pontos e 258,08 pontos em finais de 2014, bonificaram-se em 8,54 pontos e 17,17 pontos para se estabelecerem em 290,38 e 303,93 pontos em finais de dezembro de 2015.

Tratando-se dos produtos energéticos, os seus preços, na maioria dos casos, registaram uma baixa, devido à fraca procura mundial em relação ao abrandamento do crescimento nos países emergentes, em particular na China, e da valorização do dólar. Os índices calculados pelo FMI indicam, em variação homóloga, um recuo dos preços de produtos energéticos de 44,8%, dos de produtos industriais de 19,5% e os de produtos alimentares de 17,2%.

Ressaltou-se a baixa mais importante a nível do preço do petróleo. Com efeito, em 2015, o preço médio do petróleo Brent estabeleceu-se em média em 53 dólares /barril, contra cerca de 100 dólares em 2014, ou seja um recuo de 47%. Esta baixa dos preços é ligada principalmente ao excesso da oferta de crude no mercado devido nomeadamente ao afluxo do petróleo de xisto proveniente dos Estados Unidos, num contexto de abrandamento da economia mundial e do abandono do sistema de quota regulador de produção pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). As preocupações relativas à procura chinesa, à valorização do dólar face às principais moedas internacionais e perspectivas de um regresso do petróleo iraniano nos mercados internacionais, na sequência da suspensão das sanções ocidentais, acentuaram a baixa dos preços em finais do ano 2015 em que o preço do Brent passou para abaixo de 40 dólares.

Do mesmo modo, os preços mundiais das principais matérias-primas exportadas pela União evoluíram em baixa numa base anual, salvo os do cacau e do caju que registaram altas. As baixas mais importantes abrangeram o óleo de palma (-24,3%), o algodão (-15,0%), o café robusto (-12,8%) e o ouro (-8,4%).

A queda dos preços do óleo de palma é atribuída principalmente à baixa procura mundial bem como à abundância da produção na Ásia do Sudeste, nomeadamente na Malásia. Contribuiu também para a queda dos preços do petróleo, que torna menos lucrativa a produção de bicarbonetos cujo óleo de palma constitui uma das matérias-primas.

Os preços do algodão foram afetados pelo aumento da produção e dos *stocks* mundiais num contexto de abrandamento da procura mundial, sobretudo a proveniente da China.

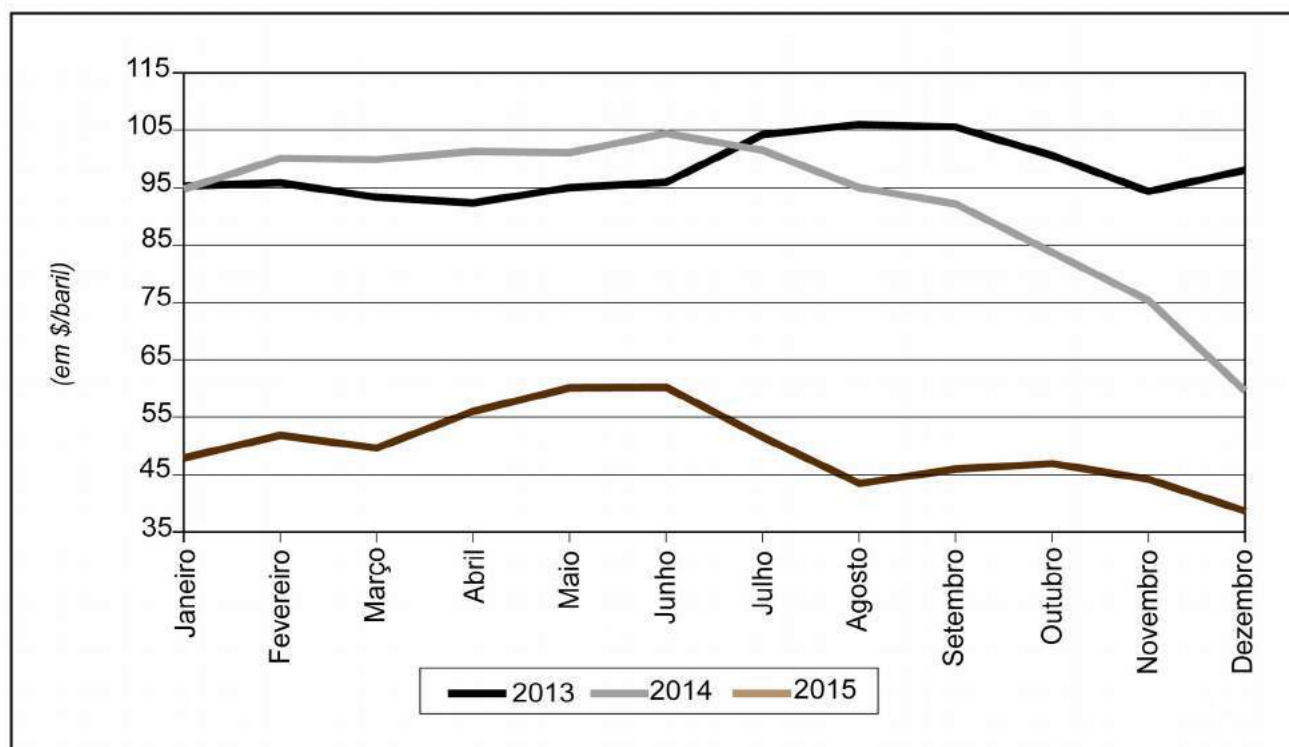
A baixa dos preços do café robusta explica-se sobretudo pelo abrandamento da procura mundial face às perspetivas melhores da oferta, nomeadamente provenientes do Brasil e da Colômbia. Por outro lado, a desvalorização do real brasileiro face ao dólar exerceu pressão sobre os preços, levando os produtores brasileiros a venderem os seus *stocks*, com vista a receber mais reais em vender café no estrangeiro em dólar, aumentando assim a oferta mundial.

Os preços do ouro baixaram, devido principalmente à valorização do dólar que lhe é indexadamente desfavorável, minando a atratividade do metal amarelo para os investidores. Os preços do ouro foram também afetados pela baixa da procura proveniente da Índia e da China, principais clientes a nível mundial.

Pelo contrário, o aumento dos preços do cacau revela o dinamismo da procura, nomeadamente a ligada ao acréscimo do consumo do chocolate em Ásia. Esta tendência ascendente foi consolidada pela baixa da produção no Ghana, segundo produtor mundial, bem como pelos receios sobre as colheitas da Malásia e da Indonésia, devido às condições meteorológicas desfavoráveis.

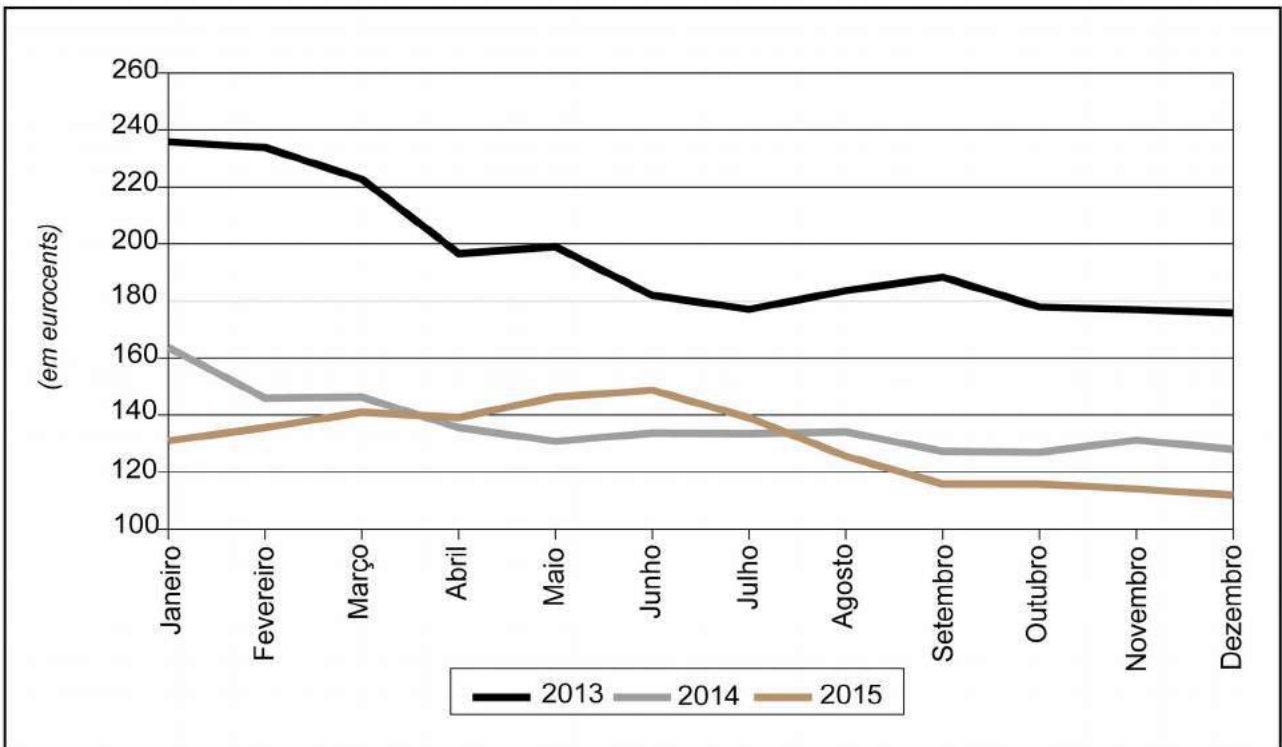
Por sua vez, o aumento de preços da castanha de caju explicam-se pela importante procura mundial, nomeadamente a proveniente da Ásia, Europa e Estados Unidos

Gráfico 1: Evolução dos preços de petróleo (NYMEX)



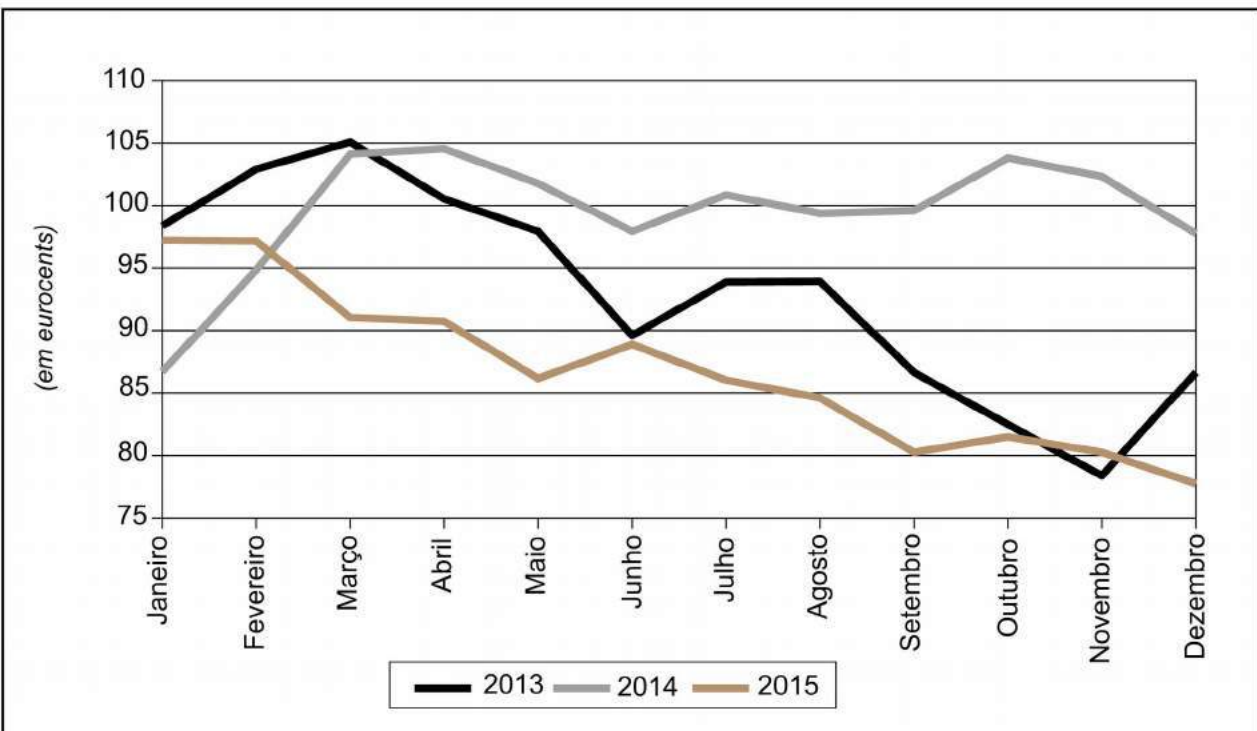
Fontes: Reuters, BCEAO.

Gráfico 2: evolução dos preços da borracha



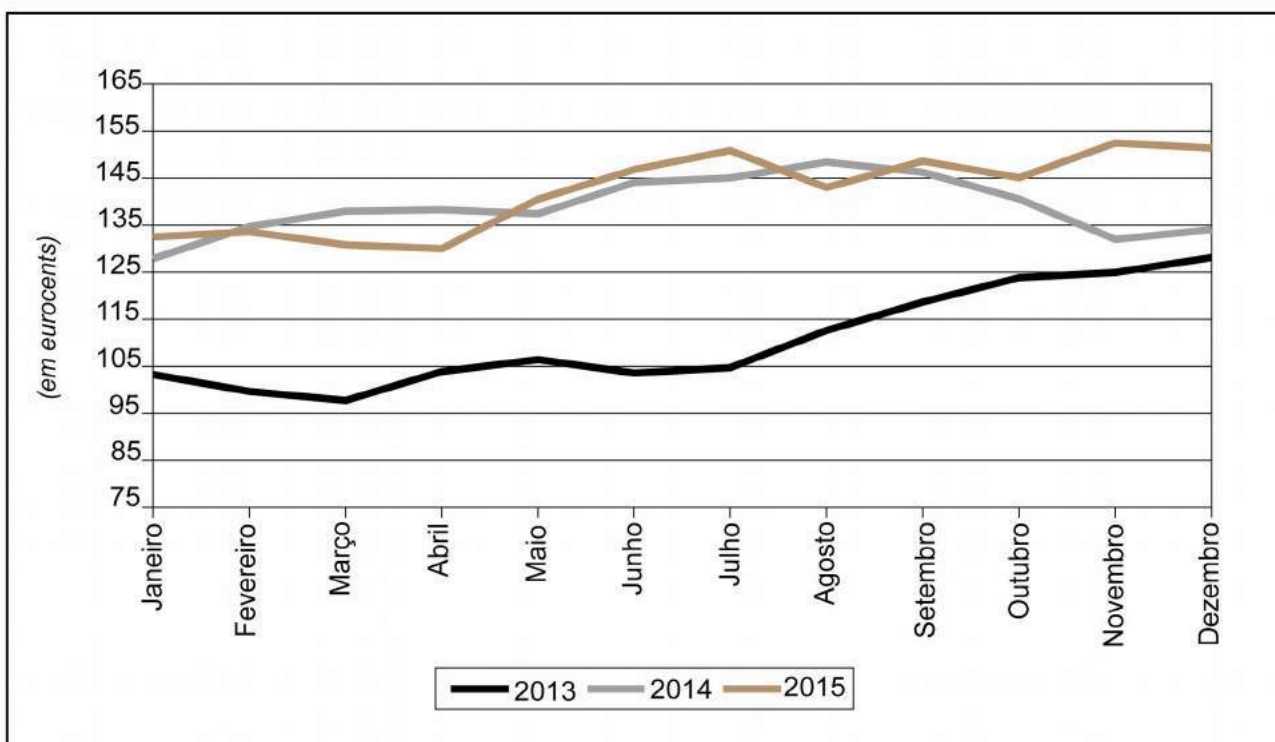
Fontes: Reuters, BCEAO.

Gráfico 3: evolução dos preços do café



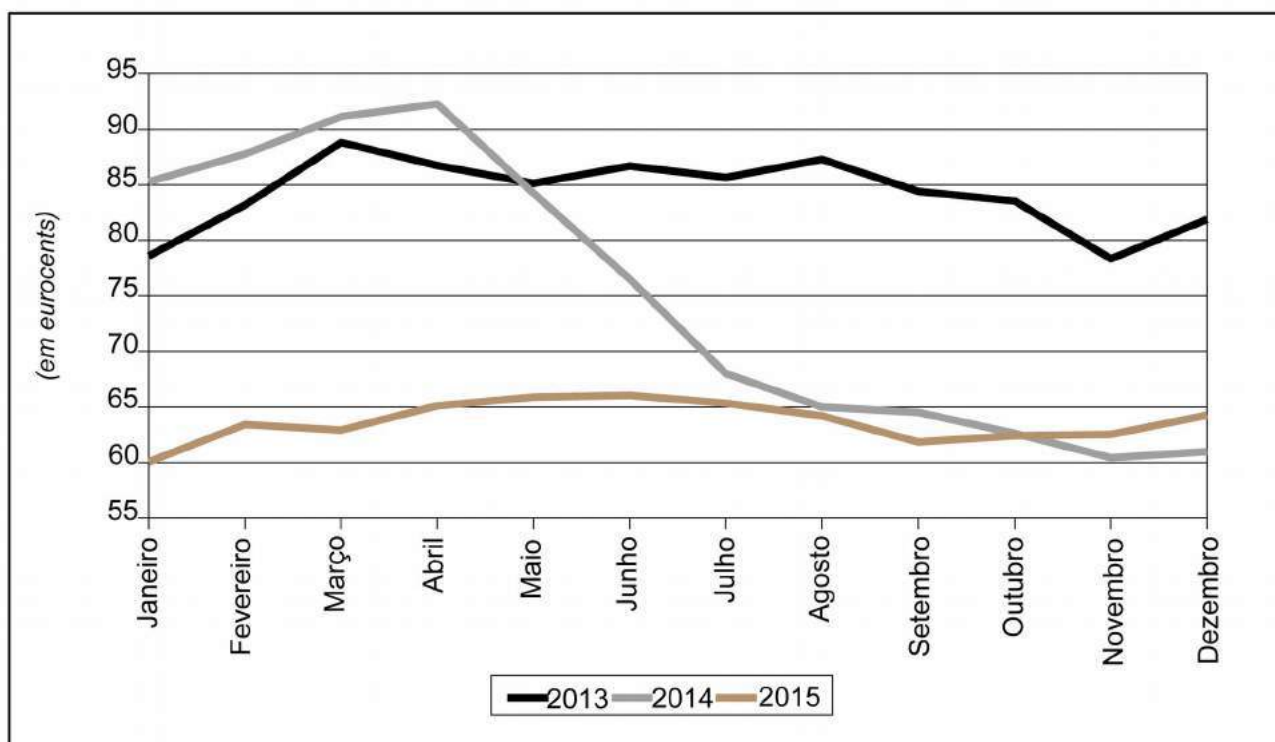
Fontes: Reuters, BCEAO.

Gráfico 4: evolução dos preços do cacau



Fontes: Reuters, BCEAO.

Gráfico 5: evolução dos preços do algodão



Fontes: Reuters, BCEAO.

1.1.4 - Medidas de política monetária e mercados de câmbios

No Plano da política monetária, a baixa contínua da inflação levou os Bancos Centrais dos principais países industrializados a conservar ou reforçar a orientação acomodatória de suas políticas monetárias, com exceção da FED que iniciou o aumento gradual da restritividade da sua política monetária em finais do ano.

O Banco Central Europeu (BCE) manteve inalteradas as suas taxas diretoras durante o ano 2015 e iniciou a execução do seu programa de *quantitative easing* (facilitação quantitativa^o para tentar relançar a atividade económica e lutar contra o risco de deflação na Zona Euro. Neste aspecto, decidiu aumentar as suas compras de ativos para as obrigações de Tesouro das agências e instituições europeias. Este programa de recompra de ativos públicos e privados no mercado secundário arrancou a 9 de março de 2015 e incidirá sobre um montante de 60 mil milhões mil milhões de euros mensais até o mês de março de 2017, ou seja um valor total de cerca de 1.500 mil milhões mil milhões de euros. Por outro lado, o BCE decidiu, a 3 de dezembro de 2015, baixar a sua taxa de juro dos depósitos de 10 pontos base para -0,30%, contra -0,20% anteriormente. Para além disso, comprometeu-se a estender a gama de ativos que pretende recomprar para evitar a extinção do mercado.

No contexto da retoma resiliente da atividade económica norte-americana, da subida da inflação e da baixa taxa de desemprego, a Reserva Federal dos Estados Unidos (FED) mudou a orientação da sua política monetária no final do ano. A FED aumentou, a 16 de dezembro de 2015, de 25 pontos base, o intervalo de variação programado das taxas de fundos federais ou “*Fed Funds*” entre 0,25% e 0,50%, pela primeira vez desde quase 10 anos. O Banco Central norte-americano sublinhou que esta alta de taxa apenas é a primeira fase de um aumento gradual da restritividade de sua política monetária, de que continuação da evolução inflacionista condicionou.

O Banco do Japão (BJ) manteve inalteradas as suas taxas diretoras e o seu dispositivo de facilitação quantitativa com vista a aumentar a base monetária de 80.000 mil milhões mil milhões de ienes anuais, ou seja cerca de 600,0 mil milhões mil milhões de euros, através de um importante programa de recompra de ativos. Por outro lado, o BoJ conservou a banda de flutuação de sua principal taxa diretora entre 0,00% e 0,10%.

No seio dos países emergentes, a maioria dos Bancos Centrais modificaram a orientação da sua política monetária, para lutar contra a persistência das tensões inflacionistas e geopolíticas bem como as importantes desvalorizações monetárias. O Banco Central da Índia (Reserve Bank of India) continuou a sua política de flexibilização monetária iniciada em janeiro de 2015, reduzindo a sua principal taxa diretora de 50,0 pontos base para 6,75% no período, num contexto de baixa inflação e de risco de abrandamento do crescimento. Para relançar a sua economia em recessão, o Banco Central da Rússia baixou igualmente a sua taxa diretora de 11,50% para 11,00%, a 31 de julho de 2015. Na China, num contexto de baixa inflação e de atividades, o Banco Central procedeu, várias vezes, à baixa das suas principais taxas diretoras, à desvalorização da sua moeda e à redução das suas taxas de reservas mínimas aplicáveis aos bancos, para estimular o empréstimo e apoiar a economia. A taxa de empréstimo a um ano e a taxa de juro dos depósitos a um ano foram reduzidas de um quarto de ponto, respetivamente para 4,35% e 1,50%. A taxa de Reservas mínimas imposta aos principais bancos do país foi reduzida de 50,0 pontos base, para 17,50%. Em agosto de 2015, as Autoridades monetárias chinesas procederam a três desvalorizações sucessivas do yuan que perdeu 3,6% do seu valor em relação ao dólar.

Pelo contrário, no Brasil, o Banco Central prosseguiu a restritividade de sua política monetária para conter a inflação e apoiar a sua divisa, apesar da recessão económica que se vive no país há mais de um ano. Deste modo, a taxa de juro diretora aumentou de meio ponto, para 14,25%, o seu mais alto nível há nove anos. Na África do Sul, o Banco Central elevou, a 19 de novembro de 2015, a sua taxa diretora de 25 pontos base, para 6,25%, com vista a conter a queda do rand.

Quadro 1: evolução das taxas médias anuais de câmbio (FCFA por unidade monetária)

	Unidade monetária	2014	2015	Variação (%)
Direito de Saque Especial	(1 DSE)	750,7451	820,1188	9,24
Dólar americano	(1 USD)	493,6307	591,1520	19,76
Franco suíço	(1 CHF)	540,0490	614,4077	13,77
Libra esterlina	(1 GBP)	813,4219	903,5117	11,08
Iene japonês	(1 JPY)	4,6728	4,8848	4,54
Dalasi gambiano	(1 DALASI)	12,0124	13,8656	15,43
Cedi ganense	(1 CEDI)	171,1236	159,3542	-6,88
Franco guineense	(1 FNG)	0,0704	0,0792	12,45
Dólar liberiano	(1 DÓLAR)	5,8112	6,5522	12,75
Naira nigeriana	(1 NAIRA)	3,1568	3,0742	-2,62
Leone de Serra-Leoa	(1 LEONE)	0,1096	0,1171	6,77

Fontes: BdF, AMAO, FMI, BCEAO.

Quadro 2: evolução das taxas médias trimestrais de câmbio (FCFA por unidade monetária)

A NO 2 0 1 4	Unidade monetária	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Direito de Saque Especial	(1 DTS)	737,9265	739,3047	753,7720	771,9772
Dólar americano	(1 USD)	478,8939	478,3701	494,9872	525,1017
Franco suíço	(1 CHF)	536,1170	538,0519	541,4569	544,6489
Libra esterlina	(1 GBP)	792,3781	804,9869	826,3158	831,2372
Iene japonês	(1 JPY)	4,6600	4,6845	4,7623	4,5878
Dalasi gambiano	(1 DALASI)	12,3451	12,1748	11,6786	11,8733
Cedi ganense	(1 CEDI)	197,6344	167,4782	160,0238	164,0669
Franco quineense	(1 FNG)	0,0685	0,0684	0,0708	0,0742
Dólar liberiano	(1 DÓLAR)	5,7670	5,4723	5,7927	6,2674
Naira nigeriana	(1 NAIRA)	3,0849	3,0799	3,1848	3,2863
Leone de Serra-Leoa	(1 LEONE)	0,1100	0,1096	0,1100	0,1090
A NO 2 0 1 5	Unidade monetária	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Direito de Saque Especial	(1 DTS)	821,1003	829,2365	827,1184	803,0201
Dólar americano	(1 USD)	582,0554	593,7695	589,9601	599,0840
Franco suíço	(1 CHF)	611,7860	630,2229	611,4819	604,7173
Libra esterlina	(1 GBP)	882,0974	909,6196	914,3107	908,7375
Iene japonês	(1 JPY)	4,8883	4,8901	4,8273	4,9346
Dalasi gambiano	(1 DALASI)	12,1858	13,9551	14,8767	14,8052
Cedi ganense	(1 CEDI)	171,9493	150,1421	158,8986	157,9289
Franco guineense	(1 FNG)	0,0802	0,0804	0,0785	0,0777
Dólar liberiano	(1 DÓLAR)	5,7940	7,0088	6,7563	6,7933
Naira nigeriana	(1 NAIRA)	3,2459	3,0230	3,0044	3,0355
Leone de Serra-Leoa	(1 LEONE)	0,1187	0,1223	0,1177	0,1102

Fontes: BdF, AMAO, FMI, BCEAO.

A nível dos países vizinhos da UEMOA, o Banco Central do Ghana aumentou, a 16 de novembro de 2015, a sua principal taxa diretora de 100,0 pontos base para 26,0%, o seu nível mais alto há 12 anos. Para estimular o crescimento, em ligeira recuperação no terceiro trimestre 2015, o Banco Central da Nigéria (BCN) baixou, a 24 de novembro de 2015, de 200,0 pontos base a sua taxa diretora para 11,0% e reduziu de 500,0 pontos base o coeficiente das reservas mínimas aplicável aos bancos em 20,0%.

Nos mercados de câmbios, a moeda europeia desvalorizou-se face às principais divisas, nomeadamente no segundo semestre do ano 2015, em ligação com a consolidação das medidas tomadas pelo BCE de flexibilizar a política monetária, e o início da normalização da política monetária da FED. O valor do euro estabeleceu-se em 1,0862 dólar em finais de dezembro de 2015 contra 1,2098 dólar no ano anterior, ou seja uma variação de 11,4%. O valor da moeda única europeia recuou igualmente em relação ao iene japonês, franco suíço, yuan e libra esterlina, respetivamente, de 10,9%, 10,5%, 6,3% e 5,4%.

No mercado oeste-africano, a moeda dos países da Zona UEMOA valorizou-se em relação ao cedi ganense (+7,4%) e à naira nigeriana (+2,7%). No entanto o franco CFA recuou face ao dalasi gambiano (-13,4%), ao dólar liberiano (-11,3%), ao franco guineense (-11,1%) e ao leone da Serra Leoa (-6,3%). Em média, durante o ano 2015, 1.000 FCFA se trocavam contra 6,3 cedís ganeenses, 72,1 dalasis gambianos, 8.542,7 leones de Serra-leoa, 152,6 dólares liberianos, 12.629,5 francos guineenses e 325,3 nairas nigerianas.

1.1.5 - Empregos e inflação nos países industrializados

A procura do emprego baixou globalmente em 2015 nos países industrializados. Nos Estados Unidos, a taxa de desemprego diminuiu para se fixar em 5% em dezembro de 2015 contra 5,6% a 31 de dezembro de 2014. Na Zona euro, estabeleceu-se em 10,4% a 31 de dezembro de 2015 contra 11,3% um ano mais cedo. Do mesmo modo, no Japão, a taxa de desemprego teve uma queda de 0,1 ponto percentual durante o mesmo período, passando para 3,3% em dezembro de 2015.

A inflação global continuou a sua tendência baixista durante o ano 2015, sob o efeito nomeadamente da baixa dos preços do petróleo. Nos países industrializados, a taxa de inflação fixou-se em 0,3% em 2015, contra 1,4% em 2014, abaixo das metas definidas pelos bancos centrais. A nível dos países emergentes e em desenvolvimento, estabeleceu-se em média em 4,7% em 2015 depois de 5,4% em 2014.

1.2 - EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA DOS ESTADOS MEMBROS DA UEMOA

A atividade económica no seio da União continuou resiliente, apesar das dificuldades da conjuntura internacional, com a persistência do abrandamento nos grandes países emergentes, nomeadamente na China, no Brasil e na Rússia. No plano interno, beneficiou da melhoria do contexto sociopolítico.

1.2.1 - Produto Interno Bruto e evolução do setor real na UEMOA

As últimas estimativas estabelecidas, em finais de abril de 2016, previam um aumento do Produto Interno Bruto da União, em volume, de 7,0% em 2015, após uma performance de 6,5% em 2014.

O crescimento económico da UEMOA foi incentivado pelo aumento da produção manufatureira, apoiada pelo acréscimo da oferta energética, e o dinamismo do setor “Construção Civil e Obras Públicas” (BTP), a prossecução dos investimentos públicos e privados na maioria dos Estados membros da União. Ele resultou igualmente do aumento da produção agrícola durante a campanha 2015/2016 e do impulso da atividade dos serviços, em virtude da vulgarização de novos produtos, nomeadamente na área das telecomunicações e do desenvolvimento do “*mobile banking*”.

O setor terciário foi o principal motor do crescimento com uma contribuição de 3,9% explicado pelo dinamismo das atividades comerciais, de comunicação e de serviços. É seguido pelo setor secundário com uma contribuição de 1,7%, ou seja 0,9 ponto a mais do que em 2014, a favor do mesmo ritmo constante dos investimentos nas BTP e da recuperação das atividades nas indústrias extrativas. A contribuição do setor primário para a expansão económica fixou-se em 1,4% .

Relativamente à **produção agrícola**, graças à boa repartição no espaço e no tempo das chuvas na região, exceto ao norte do Benin e do Togo, o atraso do início da campanha 2015/2016 quase não afetou o nível das colheitas. As últimas estimativas dos serviços oficiais disponíveis sobre as colheitas mostraram resultados globalmente satisfatórios a nível regional.

Com efeito, a **produção alimentícia** da União aumentou de 6,9%, em relação à campanha anterior. Este acréscimo incidiu sobretudo sobre os cereais (+11,2%) e, a nível menos importante, sobre outras culturas (+8,1%) incluindo os tubérculos (+2,0%). As altas mais importantes foram registadas no Senegal (+71,7%), na Guiné-Bissau (+31,8%), no Mali (+15,3%), no Níger (+14,8%) e na Côte d’Ivoire (+8,9%). No Benin, Togo e Burkina Faso, a produção alimentícia recuou respetivamente de 8,6%, 4,3% e 3,5%.

Em relação às **culturas de rendimento**, as recentes estimativas indicam um aumento de produções em relação às realizações da campanha agrícola 2014/2015 para todas as especulações, com exceção do algodão, cujas colheitas passaram de 2.198.983 toneladas na campanha 2014/2015 para 2.062.093 toneladas na campanha seguinte. Esta evolução resulta principalmente da baixa verificada no Burkina Faso (-18,3%) e no Benin (-22,9%), respetivamente, primeiro e quarto produtores no seio da União, devido à pluviometria desfavorável nas zonas de cultura.

A produção do **amendoim** registou um aumento de 26,8% para se situar em 2.609.785 toneladas, induzida principalmente pelas boas colheitas no Senegal (+67,6%), no Níger (+14,9%), no Burkina Faso (+9,1%) e no Mali (+3,9%), principais países produtores da União. A produção do café registou um aumento de 16,6%, em linha, nomeadamente, com a prossecução das ações governamentais a favor da fileira e da pluviometria satisfatória.

A colheita do **cacau** estimou-se em 1.769.429 toneladas, em alta de 4,9% em relação à campanha 2014/2015. Esta consolidação está essencialmente ligada com os efeitos positivos das ações de redinamização da fileira, iniciadas pelas Autoridades ivoirienses há quase cinco anos.

Em comparação à campanha agrícola 2014/2015, as produções da **castanha de caju** e da **borracha** tiveram acréscimos respetivamente de 9,9% e 0,8%, para estabelecer-se em 1.073.606 toneladas e 320.000 toneladas durante a campanha 2015/2016.

A **produção mineira** na União foi globalmente satisfatória. O índice da produção do setor “atividades extrativas” progrediu em 2015 em relação a 2014, graças principalmente retoma das atividades na Côte d’Ivoire.

A extração de ouro registou uma alta de 4,0%, situando-se em 104.2 toneladas em 2015, sob o efeito do acréscimo da produção em todos os países produtores da União. No Burkina Faso, a quantidade de minério produzido foi estimado em 36, 4 toneladas em 2015, ou seja um acréscimo de 0,2% em relação a 2014. Na Côte d'Ivoire, 20,1 toneladas de ouro foram extraídas em 2015, ou seja um aumento de 15,7% em relação a 2014. A produção maliana de ouro fixou-se em 46,5 toneladas, uma progressão de 1,4% em relação ao ano anterior. No Níger, as quantidades produzidas elevaram-se a 1,2 tonelada em 2015, ou seja 79,2% a mais do que em 2014.

A produção de **fósforos** na União, elevou-se em 2.156.194 toneladas em 2015, uma progressão de 15,9% em relação a 2014. Esta alta refere-se aos resultados das medidas tomadas pelos dois principais produtores, designadamente o Senegal e o Togo para redinamizar a fileira. Nestes países, as quantidades extraídas aumentaram respetivamente em 33,7% e 3,7% para se situarem em 1.006.000 toneladas e 1.150.194 toneladas respectivamente.

Por outro lado, 4.115,2 toneladas de **urânio** foram produzidas em 2015 contra 3.991,7 em 2014, ou seja um aumento de 3,1%.

Por sua vez, a produção do **crude** aumentou globalmente em 1,6% na União. Na Côte d'Ivoire, as estatísticas disponíveis revelam um aumento de 15,7% da produção que se estimou em 7.347,0 milhares de barris. No Níger, a produção do petróleo registou uma baixa de 12,7%, estabelecendo-se em 5.459,0 milhares de barris em 2015, em virtude das perturbações verificadas nos centros de extração.

1.2.2 - Evolução dos preços

Durante o ano 2015, a inflação orientou-se em alta, permanecendo ao mesmo tempo dentro dos limites compatíveis com a estabilidade dos preços. A taxa de inflação em média na União estabeleceu-se em 1,0% em 2015 contra uma realização de -0,1% no ano anterior. A melhoria do nível geral dos preços no consumo em 2015 atribui-se em particular aos produtos alimentícios locais, nomeadamente os legumes, os cereais, os tubérculos e os produtos de pesca. Assim, no Benin e no Togo, os preços dos cereais aumentaram, sob o efeito da baixa da produção destes produtos durante a última campanha agrícola. Em 2015, a evolução do nível geral dos preços dependeu também do encarecimento dos materiais de construção, em particular o cimento, nomeadamente na Côte d'Ivoire, devido ao acréscimo da procura de novos alojamentos.

Apesar da tendência em alta acima referida, a progressão do nível geral dos preços foi mantida dentro dos limites compatíveis com o objetivo de estabilidade dos preços. Esta situação reflete a ausência de tensão sobre os preços internos dos combustíveis. Com efeito, na maioria dos países da União, os preços dos hidrocarbonetos foram revistos em baixa, nomeadamente durante o segundo semestre de 2015, após o recuo dos preços internacionais do petróleo. Em finais do ano 2015, a média dos preços dos combustíveis conheceu uma baixa global de 9,0% em variação anual.

A inflação subjacente calculada, ao excluir os preços mais voláteis, teve igualmente tendência crescente passando da média anual de 0,4% em 2014 para 0,6% em 2015. Esta alta reflete o encarecimento dos serviços.

Em 2015, o diferencial da taxa de inflação entre a UEMOA e o conjunto dos seus principais parceiros permaneceu favorável à Zona. Este diferencial situou-se em 1,4 pontos percentuais em relação ao conjunto dos parceiros da União. Em relação ao Ghana e a Nigéria, o diferencial da taxa de inflação estabeleceu-se respetivamente em 16,1 e 8,0 pontos percentuais. Em contrapartida, observou-se para com a Zona euro uma diferencial desfavorável de 1,0 ponto percentual.

Quadro 3: variação de preços no consumo em 2014 e 2015				
	2014		2015	
	Média anual	Variação homóloga em finais de dezembro	Média anual	Variação homóloga em finais de dezembro
Benin	-1,1	-0,7	0,3	2,3
Burkina	-0,3	-0,2	1,0	1,3
Côte d'Ivoire	0,5	0,9	1,2	1,3
Guiné-Bissau	-1,0	-0,1	1,5	2,4
Mali	0,9	1,1	1,4	1,0
Níger	-0,9	-0,6	1,0	2,2
Senegal	1,1	-0,8	0,1	0,4
Togo	0,2	1,8	1,8	1,6
UEMOA:	-0,1	0,3	1,0	1,3

Fontes: Institutos Nacionais da Estatística dos Estados.

1.2.3 - Finanças públicas e situação da dívida externa

1.2.3.1 - Evolução das operações financeiras dos Estados

Em 2015, o perfil das finanças públicas dos Estados membros da União caracterizou-se pela prossecução da implementação dos programas de investimentos públicos nas infraestruturas, com vista a criar as condições para um crescimento sustentável. Neste contexto, as operações financeiras dos Estados saldaram-se em défites orçamentais agravado em relação ao ano 2014. O défice global, base de compromissos, incluindo donativos, fixou-se em 2.185,1 mil milhões em finais de dezembro de 2015, contra 1.590,9 mil milhões no ano anterior. Em percentagem do PIB, este défice situou-se em 4,1% em 2015 contra 3,2% em 2014.

Em relação às receitas orçamentais, as arrecadações fixaram-se em 10.203,1 mil milhões (19,1% do PIB) em finais de dezembro de 2015, ou seja uma alta de 830,3 mil milhões ou 12,6% em relação ao ano precedente. Registou-se uma progressão em todos os países da União. As mais significativas altas das receitas orçamentais, de um ano para outro, foram observadas na Côte d'Ivoire (+21,2%), no Mali (+20,4%), no Togo (+10,4%) e no Senegal (+7,2%). O Benin, a Guiné-Bissau e o Níger registaram incrementos de 5,0%, 3,8% e 5,1% respectivamente. No Burkina Faso, as receitas recuaram de 1,6%.

Apesar desta melhoria na arrecadação de receitas, a taxa de pressão fiscal continua baixa. Passou de 16,1% em 2014 para 16,4% em 2015, permanecendo abaixo do objetivo comunitário de 20% no mínimo visado para o horizonte de 2019.

As receitas não orçamentais situaram-se em 1.217,0 mil milhões em 2015, contra 917,8 mil milhões um ano antes.

Por sua vez, os donativos orçamentais fixaram-se em 1.283,5 mil milhões em finais de 2015, em alta de 4,1% em relação ao final de dezembro de 2014. Os apoios ao orçamento representaram 36,3% do total dos donativos.

Tratando-se das despesas e empréstimos líquidos, elas aumentaram de 14,0%, passando de 11.991,0 mil milhões (24,3% do PIB) em finais de dezembro de 2014 para 13.671,6 mil milhões em finais de dezembro de 2015 (25,5% do PIB). Esta evolução das despesas públicas reflete o ritmo de progressão das despesas correntes e o acréscimo significativo das despesas de investimento durante o ano. As despesas correntes registaram uma alta de 13,1% em 2015 para se fixarem em 8.490,3 mil milhões, em estreita relação com o aumento dos ordenados e salários (+11,3%), dos subsídios e transferências (+9,4%) bem como de encargos com juros (+32,1%).

Por sua vez, as despesas em capital fixaram-se em 4.786,7 mil milhões em finais de dezembro de 2015, ou seja um aumento de 520,1 mil milhões, devido a prossecução da implementação dos programas de investimentos públicos na área das infraestruturas. Em relação porcentual com PIB, situa-se em 8,9% em 2015, contra 8,7% em 2014. As despesas em capital financiadas - com recursos internos representaram 60,3% em 2015 contra 59,0% em 2014.

Por país, os esforços de investimento mais importantes foram registados no Níger (21,7% do PIB em 2015 contra 21,3% em 2014), no Togo (11,7% do PIB em 2015 contra 9,4% em 2014), no Senegal (11,3% do PIB em 2015 contra 11,9% em 2014), no Benin (7,5% do PIB em 2015, contra 5,3% em 2014) e no Mali (7,3% do PIB em 2015 contra 6,5% em 2014). O Burkina Faso, a Côte d'Ivoire e a Guiné-Bissau registaram, respetivamente, uma taxa de investimento de 6,9%, 6,6% e 6,2% do PIB em 2015 contra 8,8%, 5,9% e 7,6% comparativamente como ano anterior.

Em relação a estas evoluções, o défice global de tesouraria, incluindo donativos em finais de dezembro de 2015, agravou-se, passando de 881,0 mil milhões para se fixar em 2.363,5 mil milhões, ou seja 4,4% do PIB contra um défice de 1.482,5 mil milhões ou 3,0% do PIB no período homólogo do ano anterior. Este défice foi financiado, em termos líquidos, aproximadamente em 71,5% por recursos externos, ou seja 1.689,5 mil milhões, e de 28,5% através de recursos internos, ou seja 674,0 mil milhões.

Quadro 4: Evolução das finanças públicas em 2015

	Dezembro 2014	Dezembro 2015	Margem financeira	
			(Em mil milhões FCFA)	(em %)
	(1)	(2)		
Receitas totais	9 062,3	10 203,1	1 140,8	12,6
Incluindo recitas fiscais	7 924,2	8 754,5	830,3	10,5
Receitas não fiscais	917,8	1 217,0	299,2	32,6
Donativos	1 337,9	1 283,5	-54,4	-4,1
Despesas totais e empréstimos líquidos	11 991,0	13 671,6	1 680,6	14,0
Incluindo despesas correntes	7 508,3	8 490,3	982,1	13,1
Massa salarial	3 126,1	3 479,5	353,4	11,3
Transferências e subsídios	1 816,0	1 987,1	171,0	9,4
Juros sobre a dívida	497,2	657,1	159,9	32,1
Despesas em capital	4 266,6	4 786,7	520,1	12,2
Outras despesas	239,0	363,3	124,3	52,0
Empréstimos líquidos	-22,8	31,2	54,1	-236,8
Saldo global, base compromissos, incluindo donativos	-1 590,9	-2 185,0	-594,2	37,4
(em % do PIB)	-3,2	-4,1		
Saldo global, base caixa, incluindo donativos	-1 482,5	-2 363,5	-881,0	59,4
(em % do PIB)	-3,0	-4,4		

Fontes: Serviços nacionais, BCEAO.

1.2.3.2 - Mobilização dos recursos e situação da dívida externa

Em 2015, apenas a Côte d'Ivoire interveio nos mercados internacionais visando a mobilização de recursos, através das emissões de *euro bonds*, num montante de 1.000 milhões de dólares norte-americanos por um período de 13 anos (cerca de 579,0 mil milhões de FCFA à taxa de câmbio do dólar na data de 24 de fevereiro de 2015). A operação registou no encerramento, valores que totalizaram mais de 4.000 milhões de dólares americanos.

A taxa de juro nominal sobressaiu-se em 6,375 em 2015 contra 5,375% no que toca a emissão de euro-obrigações efetuadas em 2014. O preço das obrigações estabeleceu-se em 97,955%, ou seja uma taxa de rendimento de 6,625% por emissão. A taxa de rendimento em finais de dezembro de 2015 sobressaiu-se em 7,561%.

Com base nas últimas estatísticas disponíveis, o montante global da **dívida externa** dos Estados membros da União, em finais de dezembro de 2015, situou-se em 13.328,1 mil milhões de francos CFA contra 11.347,2 mil milhões de francos CFA em finais de dezembro de 2014, ou seja uma aumento de 17,5%. Esta evolução é atribuída ao aumento dos saques sobre empréstimos que se estabeleceram em 1.947,0 mil milhões de francos CFA em 2015, representando uma variação de 53,7% em relação a 2014.

O rácio do montante da dívida externa sobre o PIB situa-se em 24,9% em 2015 contra 23,0% um ano mais cedo. Por país, estabeleceu-se em 20,8% contra 18,2% em 2014 no Benin, 24,6% contra 22,8% no Burkina Faso, 20,1% contra 19,6% na Côte d'Ivoire, 32,2% contra 34,5% na Guiné-Bissau, 22,7% contra 20,9% no Mali, 26,6% contra 18,6% no Níger, 39,5% contra 38,0% no Senegal e 25,5% contra 21,2% no Togo. Nenhum país da União cumulou atrasos no pagamento da sua dívida externa.

Assim, a luz da Iniciativa Países Pobres Altamente Endividados (PPTE, sigla em francês) e da Redução da Dívida Multilateral (IADM, sigla em francês), a análise da dívida dos países da União revela uma melhoria do perfil dos indicadores de endividamento. A actualização das análises de viabilidade da dívida efetuadas na maioria dos países indica um risco de insolvabilidade baixo ou moderado. No entanto, ao longo dos anos, os rácios da dívida tendem a aumentar para alguns países.

Em perspectiva, os Estados devem prosseguir com as reformas estruturais para aumentar o seu potencial de crescimento e implementar as estratégias de endividamento público compatíveis com a preservação da sustentabilidade à médio e longo prazos da dívida pública.

1.2.4 - Evolução da balança de pagamentos

O comércio externo da União a título do ano 2015 saldou-se num défice global de 191,5 mil milhões, contra um excedente de 74,5 mil milhões em 2014. A deterioração do saldo global resulta essencialmente do recuo das entradas líquidas de capitais estrangeiros a favor dos Estados membros da União. No entanto, os efeitos desta evolução foram atenuados com o recuo do défice da balança de transações correntes.

O défice da conta corrente, excluindo donativos, situou-se em 6,3% do PIB em 2015, contra 7,2% no ano precedente, ou seja uma redução de 0,9 pontos percentuais, em relação sobretudo com a atenuação do défice da balança de pagamento dos bens e a alta do excedente do saldo de rendimento secundário (excluindo transferências oficiais). Esta evolução foi atenuada pelo aumento do défice dos serviços e da conta do rendimento primário.

O défice da balança de bens atenuou-se em cerca de 25,8%, sob o efeito da progressão das exportações (+5,7%) que se registaram mais importante do que a das importações (+2,6%).

O aumento das exportações resulta essencialmente do acréscimo do volume e dos preços em francos CFA nos mercados internacionais de produtos, tais como, a castanha de caju (+63,3%), o café (+39,4%), o cacau (+25,7%), o algodão (+14,9%) e o ouro (+14,1%). O efeito preço favorável foi consolidado pela valorização do dólar em relação ao euro. No entanto, a dinâmica das exportações abrandou com a tendência em baixa das receitas provenientes das vendas de petróleo (-22,3%), do (-1,1%) e da madeira (-4,8%), em relação principalmente com o recuo dos preços internacionais destes produtos e a cessação da comercialização do urânio pelas principais empresas exportadoras durante o primeiro trimestre de 2015.

Atribui-se ao aumento de importações de bens em 2015 (+2,6%), sobretudo, ao abastecimento em produtos alimentares (+5,1%) e outros bens de consumo corrente (+8,7%), bem como aos bens de equipamento e intermédios (+8,6%). A prossecução das obras de construção de infraestruturas no âmbito da implementação dos planos nacionais de desenvolvimento leva ao acréscimo das aquisições de bens intermediários e equipamentos. No entanto, o ritmo de progressão das importações baixou ligeiramente com o recuo da fatura petrolífera (-17,8%), em virtude da baixa de cerca 30,0% do preço do barril do crude.

O défice da balança dos serviços agravou-se (+8,7%), devido principalmente ao peso das faturas a título da carga (+6,1%) e de outras prestações de serviços (estudos, engenharia), prestados nomeadamente às empresas mineiras e petrolíferas.

O défice da conta do rendimento primário agravou-se de 5,7%, sob o efeito da alta dos pagamentos de taxas de juro da dívida externa. A evolução do saldo desta conta foi atenuada pela baixa dos depósitos de dividendos aos acionistas estrangeiros das principais empresas exportadoras da União (ouro, urânio e petróleo), em relação nomeadamente com o recuo dos benefícios das empresas exportadoras de produtos mineiros em 2014.

Por sua vez, o excedente da conta de rendimento secundário aumentou em 7,1% em 2015, sob o efeito da alta das ajudas orçamentais (+9,4%) e das remessas dos migrantes (+11,1%).

O excedente da conta de capital situou-se em 1.261,1 mil milhões, contra uma realização de 1.161,5 mil milhões um ano antes, devido principalmente à alta dos donativos-projetos no âmbito do financiamento dos projetos de construção de infraestruturas públicas.

As entradas líquidas de capitais estrangeiros a título da conta financeira situaram-se em 2.156,6 mil milhões em 2015, representando uma baixa de 9,5% em relação a 2014. Esta evolução traduz sobretudo o recuo dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) e de "outros investimentos", os fluxos líquidos de investimentos de carteira que registaram uma baixa. A baixa dos fluxos líquidos de IDE é ligada nomeadamente ao imobilismo dos investidores nos setores mineiro e petrolífero face às perspetivas pouco favoráveis de evolução dos preços destas matérias-primas. A baixa dos fluxos líquidos a título dos "outros investimentos" justifica-se nomeadamente pela redução dos passivos líquidos a título dos créditos comerciais contraídos em 2014, no âmbito do financiamento do défice dos bens e serviços. Por sua vez, a alta dos fluxos líquidos de investimentos de carteira, resulta essencialmente da emissão durante o ano 2015 de *euro bonds* pelo Estado da Côte d'Ivoire.

II - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA

2.1 - OBJETIVOS DA POLÍTICA MONETÁRIA

Desde a vigência da reforma Institucional, a 1º de abril de 2010, o objetivo principal imputado à política monetária do Banco Central é a estabilidade dos preços. Neste quadro, definiu-se o objectivo operacional de estabilidade dos preços à uma taxa de inflação anual da União, numa margem de mais ou menos um ponto percentual (1%) em torno de um valor central de 2% no horizonte de 24 meses. Receam-se riscos potenciais sobre a estabilidade dos preços e o crescimento, durante o exercício de enquadramento macroeconómico que permite fornecer aos membros do Comité de Política Monetária marcos sobre a futura evolução das economias da União.

2.2 - AÇÃO MONETÁRIA

A ação monetária do Banco Central durante o ano 2015 apoiou-se principalmente na utilização dos instrumentos indiretos de regulação da liquidez bancária nomeadamente a taxa diretora, as operações de refinanciamento e o dispositivo das reservas mínimas.

2.2.1 - Política das taxas de juro

Num contexto marcado por uma inflação baixa e incertezas em relação às perspetivas de crescimento económico, o BCEAO manteve inalteradas as suas taxas de juros diretoras, com vista a apoiar a atividade económica. A taxa de juro mínima de submissão nas operações regulares de concurso público de injeção de liquidez e a taxa de juro do balcão de cedência de liquidez continuam respetivamente fixadas em 2,50% e 3,50%, níveis vigentes desde 16 de setembro de 2013.

2.2.2 - Operações de open market

O BCEAO prosseguiu durante o ano de 2015, as suas operações de injeção de liquidez nos balcões de concursos públicos de uma semana e de um mês. Nestes dois balcões, os montantes colocados em adjudicação evoluíram ao ritmo das previsões das necessidades de liquidez dos bancos da União.

No balcão semanal dos concursos públicos, os montantes colocados em adjudicação durante o ano 2015 passaram de 1.600 mil milhões em janeiro de 2015 para 1.730,0 mil milhões em dezembro de 2015, ou seja uma progressão de 8,1% contra 39,0% em 2014. Globalmente, esse aumento foi observado a partir do segundo trimestre de 2015, com montantes passando de 1.250,0 mil milhões em abril para 1.730,0 mil milhões à partir de 27 de outubro de 2015. Em média semanal, os adiantamentos concedidos pelo Banco Central no balcão semanal fixaram-se em 1.466,9 mil milhões .

No balcão mensal dos concursos públicos, os montantes colocados em adjudicação passaram de 950,0 mil milhões em janeiro de 2015 para 975,0 mil milhões em finais de abril de 2015, o seu mais alto nível do ano, antes de inscrever-se numa tendência baixista para se estabelecer em 840,0 mil milhões em finais de dezembro de 2015. A progressão durante o ano 2015 é de 8,4% contra 41,7% no ano precedente. Nesta categoria, os pedidos realizados situaram-se em média mensal em 865,4 mil milhões contra 693,0 mil milhões em 2014.

A análise das evoluções das taxas de juros nos dois balcões dos concursos públicos mostra uma tendência em alta na evolução global.

No balcão semanal, a taxa marginal evoluiu de modo contínuo durante os primeiros nove meses do ano, num intervalo entre 2,5000% e 2,5307%. A partir de outubro de 2015, a taxa registou aumentos contínuos para se situar em 2,6900% em finais de dezembro de 2015. Por sua vez, a taxa marginal das adjudicações no balcão mensal flutuou entre 2,5010% e 2,5911%, durante o ano 2015.

No total, o montante cumulado dos adiantamentos nos balcões de concursos públicos de uma semana e de um mês estabeleceu-se em 2.570,0 mil milhões em finais de dezembro de 2015 contra 2.450,0 mil milhões em finais de dezembro de 2014, ou seja uma alta de 120,0 mil milhões (+4,9%) de um ano para outro.

As obrigações emitidas pelos Tesouros dos oito países da União representaram os principais ativos apresentados pelas instituições de crédito como apoio às operações de refinanciamento. Por outro lado, nenhuma operação de retomada de liquidez foi realizada pelo Banco Central desde janeiro de 2002.

2.2.3 - Ações nos balcões permanentes de refinanciamento

As operações de cedência de liquidez pelo Instituto de Emissão, por iniciativa dos bancos, que totalizavam 113,6 mil milhões em finais de dezembro de 2014, contabilizaram 720,9 mil milhões em finais de dezembro de 2015, em virtude do aumento dos pedidos do último trimestre de 2015. Com efeito, os valores no quarto trimestre de 2015 situaram-se na média semanal em 149,0 mil milhões contra 33,8 mil milhões durante os primeiros nove meses do ano 2015. Este aumento justifica-se pelo fato de se manter em 1.730,0 mil milhões as ofertas de liquidez nos balcões de concursos públicos, o que leva os bancos a recorrer mais ao balcão de cedência de liquidez.

Tratando-se do balcão especial de refinanciamento¹, o montante das operações registadas durante o período em análise estabeleceu-se em 74,7 mil milhões em finais de dezembro de 2015 contra 60,6 mil milhões em finais de dezembro de 2014.

2.2.4 - Dispositivo das reservas obrigatórias

O coeficiente das reservas mínimas aplicáveis aos bancos da UEMOA situou-se em 5,0%, nível vigente desde a 16 de março de 2012. Em 2015, o défice médio de constituição de reservas mínimas fixou-se em 8,6 mil milhões contra 8,7 mil milhões em 2014 e abrangeu em média sete (7) bancos por período de constituição das referidas reservas.

1. Criou-se o balcão especial de refinanciamento por Decisão n°24/2013/CPM que modifica e completa a Decisão n°397/12/2010 relativa às regras, instrumentos e procedimentos de implementação da política da moeda e do crédito do Banco Central dos Estados da África Ocidental. É o balcão em que as instituições de crédito admissíveis ao refinanciamento podem solicitar adiantamentos das maturidades de três a doze meses. Estes adiantamentos são associados a títulos da dívida pública ou privados que têm um prazo residual entre cinco e vinte anos no máximo. Este balcão entrou em vigor em janeiro de 2014 e registou as suas primeiras operações em julho de 2014.

Quadro 5: coeficientes das reservas obrigatórias aplicáveis aos bancos													
	até 98 16 nov. 1998	16 nov. a 15 Dez. 1998	16 Dez. 1998 a 15 de abril de 2000	16 de abril a 15 de agosto 2000	16 de agosto a 15 de setem. 2000	16 de setem. 00 a 15 de abril 2002	16 de abril 02 a 15 de março 2004	16 de março 04 a 15 de junho 2005	16 de junho 05 a 15 de junho 2009	16 de junho 09 a 15 de maio 2010	16 de maio 15 Dez. 2010	16 Dez. 10 a 15 de março 2012	Desde a 16 de março 2012
<i>(em percentagem)</i>													
Benin	9,0	9,0	3,0	3,0	9,0	9,0	9,0	13,0	15,0	9,0	7,0	7,0	5,0
Burkina	9,0	9,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	7,0	7,0	7,0	7,0	5,0
Côte d'Ivoire	9,0	1,5	1,5	3,0	3,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	7,0	5,0
Guiné-Bissau	5,0	5,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	5,0	7,0	5,0
Mali	9,0	9,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	9,0	9,0	7,0	7,0	7,0	5,0
Níger	5,0	5,0	1,5	3,0	5,0	5,0	5,0	5,0	9,0	7,0	7,0	7,0	5,0
Senegal	5,0	1,5	1,5	3,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0	7,0	7,0	7,0	5,0
Togo	9,0	3,0	1,5	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	5,0	7,0	5,0

Fonte: BCEAO.

2.3 - EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS

A situação monetária da União em finais de dezembro de 2015, caracterizou-se pelo acréscimo da massa monetária, resultante da progressão do crédito interno. A baixa da posição externa líquida das instituições monetárias exerceu um impacto moderador.

2.3.1 - Ativos em divisas líquidos

Os ativos em divisas líquidos das instituições monetárias recuaram em 115,0 mil milhões, ou seja de 2,4%, em finais de dezembro de 2015 para fixar-se em 4.725,6 mil milhões no final o ano 2015. Esta evolução resulta do refluxo de 338,1 mil milhões da posição externa líquida dos bancos que não puderam compensar a alta de 223,1 mil milhões dos do Banco Central.

As reservas oficiais de câmbio do BCEAO aumentaram de 453,4 mil milhões, para situar-se em 7.487,0 mil milhões em finais de dezembro de 2015. Resulta desses dados uma taxa de cobertura da emissão monetária do Banco Central de 80,2% contra 84,3% em dezembro de 2014. Por sua vez, os passivos do Instituto de emissão relativos ao estrangeiro inscreveram-se em alta de 230,4 mil milhões, estabelecendo-se em 2.055,5 mil milhões.

2.3.2 - Crédito interno

O montante do crédito interno teve um aumento de 2.899,0 mil milhões ou seja 17,7%, em relação a finais de dezembro de 2014, para atingir 19.306,9 mil milhões em finais de dezembro de 2015. Esta evolução é consequência do efeito combinado da alta dos empréstimos bancários ao setor privado e dos créditos líquidos das instituições monetárias sobre os Estados.

2.3.2.1 - Posição líquida dos Governos

A posição líquida devedora dos Governos para com o sistema bancário estabeleceu-se em 5.798,1 mil milhões à 31 de dezembro de 2015, uma deterioração de 1.082,5 mil milhões em relação a finais de dezembro de 2014. Esta evolução é o resultado sobretudo do acréscimo das dívidas dos Estados para com os bancos (1.477,0 mil milhões), devido à alta de emissões líquidas de títulos da dívida pública (+1.443,9 mil milhões em 2015).

2.3.2.2 - Créditos à economia

O montante dos créditos à economia aumentou de 1.816,4 mil milhões ou 15,5%, para situar-se em 13.508,8 mil milhões, em finais de dezembro de 2015, resultante do acréscimo de 1.747,3 mil milhões das verbas tradicionais e de 69,1 mil milhões de créditos de campanha. A alta das verbas tradicionais resulta principalmente dos empréstimos concedidos às empresas dos setores da energia, da agro-indústria, das telecomunicações, dos transportes, das minas, do comércio geral e dos serviços. Esta progressão dos empréstimos bancários ao setor privado segue-se ao aumento de 922,1 mil milhões, ou seja 18,6% dos créditos de médio e longo prazos e de 894,3 mil milhões, isto é 13,3% dos créditos a curto prazo.

No **Benin**, o montante dos créditos ao setor privado, no final do ano 2015, diminuiu de 19,8 mil milhões ou seja em 1,8%, para sobressair em 1.064,5 mil milhões. Atribui-se a esta evolução ao esgotamento dos créditos de campanha (-41,6 mil milhões) cujo impacto foi atenuado pela expansão das verbas tradicionais (21,9 mil milhões). A alta das verbas tradicionais resultaria principalmente da concessão de empréstimos a favor das empresas que evoluem nos setores da agroindústria, da distribuição de produtos petrolíferos, da energia, da construção e obras públicas (BTP), do comércio geral e dos serviços. Os créditos de curto prazo baixaram de 5,7 mil milhões, enquanto os de médio e longo prazo aumentaram de 13,9 mil milhões.

No **Burkina**, o montante dos créditos à economia estabeleceu-se em 1.897,5 mil milhões, registando uma alta de 9,2% em relação a dezembro de 2014, em ligação com a progressão de 171,7 mil milhões ou 10,2% das verbas tradicionais, os créditos de campanha baixaram de 12,7 mil milhões. A evolução das verbas tradicionais deve-se à criação de novos empréstimos bancários a favor das empresas mineiras e algodeiras, bem como aos créditos concedidos às empresas que evoluem nos sectores dos hidrocarbonetos, da construção e obras públicas, da agro-indústria e do comércio geral. Os créditos de curto prazo baixaram de 10,1 mil milhões, enquanto os de médio e longo prazo aumentaram de 169,2 mil milhões.

Na Côte d'Ivoire, o montante dos créditos à economia estabeleceu-se em 4.466,6 mil milhões em finais de dezembro de 2015, em alta de 29,6% em relação ao seu nível de 3.446,7 bilhões realizados em finais de dezembro de 2014. Este aumento de empréstimos bancários ao setor privado é consequente da alta de 906,1 mil milhões ou 28,6% das verbas tradicionais e de 113,9 mil milhões ou seja 41,3% dos créditos de campanha. A evolução das verbas tradicionais deve-se à criação de novos empréstimos bancários a favor das empresas que atuam nos setores da agroindústria, da construção e obras públicas, das telecomunicações, dos hidrocarbonetos e dos transportes. Os créditos de curto prazo e os de médio e longo prazo aumentaram respectivamente de 584,8 mil milhões e de 435,1 mil milhões.

Na **Guiné-Bissau**, o montante dos créditos à economia estabeleceu-se em 62,6 mil milhões em finais de dezembro de 2015, em alta de 1,5 mil milhões durante doze meses, devido sobretudo à alta de 1,9 mil milhões (3,0%) das verbas tradicionais. As novas disposições dos empréstimos bancários beneficiaram sobretudo as empresas que atuam na comercialização da castanha de caju. Os créditos de curto prazo consolidaram-se de 4,8 mil milhões, enquanto os de médio e longo prazo sofreram um recuo de 3,3 mil milhões.

No **Mali**, o montante dos créditos à economia aumentou de 289,4 mil milhões ou seja 19,9%, para se posicionar em 1.747,5 mil milhões, na sequência nomeadamente da alta de 288,4 mil milhões isto é, 19,8% das verbas tradicionais concedidas às empresas que atuam nas áreas dos hidrocarbonetos, dos transportes, da agro-indústria e das minas. Os créditos de campanha progrediram igualmente de 1,0 mil milhões. Os empréstimos de curto prazo e os de médio e longo prazo aumentaram respectivamente de 148,5 mil milhões e de 140,9 mil milhões.

No **Níger**, o montante dos créditos à economia situou-se em 649,1 mil milhões, em alta de 75,5 mil milhões ou seja 13,2% em relativamente ao seu nível de dezembro de 2014. Esta evolução resulta principalmente dos adiantamentos de tesouraria concedidos nomeadamente às empresas petrolíferas, às empresas que atuam nas áreas de telecomunicações, da energia, dos transportes e dos serviços. Os créditos de curto prazo e os de médio e longo prazo aumentaram respectivamente de 49,1 mil milhões ou 16,4% e de 26,4 mil milhões ou 9,6%.

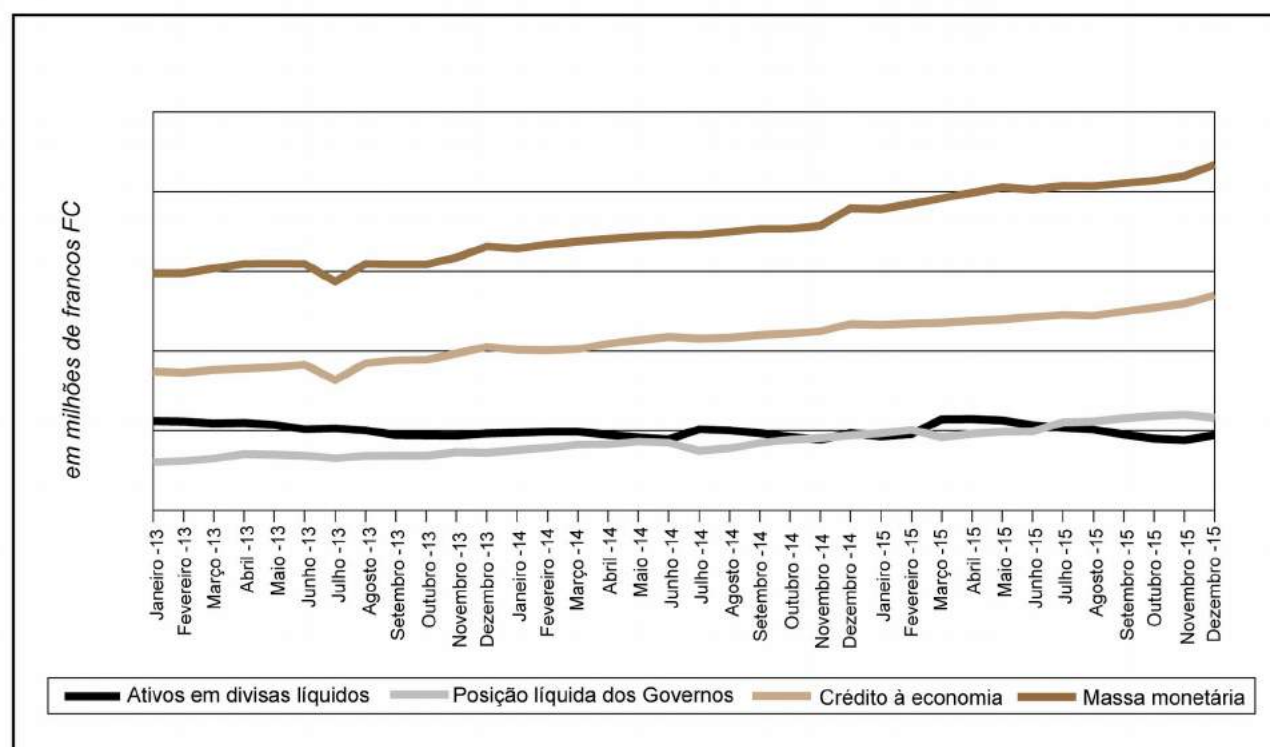
No **Senegal**, os créditos à economia aumentaram de 6,5% no período de um ano para estabelecer-se em 2.735,1 mil milhões em finais de dezembro de 2015. Esta alta é associada ao aumento das verbas tradicionais que progrediram de 159,1 mil milhões e dos créditos de campanha (+8,3 mil milhões). A evolução das verbas tradicionais explica-se principalmente pelo aumento da disponibilização de empréstimos bancários a favor de atores do sector privado que atuam nos sectores dos hidrocarbonetos, da agro-indústria, das indústrias manufactureiras, do comércio geral e dos serviços. O acréscimo dos créditos deve-se pelo aumento de 123,5 mil milhões dos créditos de curto prazo e de 43,8 mil milhões dos de médio e longo prazo.

No Togo, o montante dos créditos à economia progrediu de 123,4 mil milhões para estabelecer-se em 886,0 mil milhões em finais de dezembro de 2015. Esta evolução está ligada sobretudo à progressão de 123,3 mil milhões ou 16,2% das verbas tradicionais. Os créditos de curto prazo e os de médio e longo prazos aumentaram respetivamente de 27,4 mil milhões e de 96,0 mil milhões, no essencial em relação com a alta das verbas tradicionais concedidas às empresas que atuam no setor da distribuição de produtos petrolíferos, do transporte, do comércio e da indústria química ligada aos fosfatos.

Quadro 6: UMOA – situação monetária integrada					
				Variação em 2015	
	2013	2014	2015	Absoluta	Em %
Ativos em divisas líquidos	4 830,2	4 840,6	4 725,6	-115,0	-2,4
Banco Central	4 950,4	5 208,4	5 431,5	223,1	4,3
Bancos	-120,2	-367,8	-705,9	-338,1	91,9
Crédito interno	13 883,0	16 407,9	19 306,9	2 899,0	17,7
Situação líquida dos Governos	3 614,2	4 715,6	5 798,1	1 082,5	23,0
Créditos à economia	10 268,8	11 692,4	13 508,8	1 816,4	15,5
ATIVO = PASSIVO	18 713,1	21 248,5	24 032,5	2 784,0	13,1
Massa monetária	16 568,1	18 958,3	21 689,7	2 731,4	14,4
Circulação fiduciária	4 235,0	4 666,5	5 226,7	560,2	12,0
Depósitos no Banco	12 206,7	14 125,7	16 267,2	2 141,5	15,2
Depósitos em CNE e CCP	126,4	166,1	195,7	29,6	17,9
Outros cargos líquidos	2 145,0	2 290,2	2 342,8	52,6	2,3

Fonte: BCEAO.

Gráfico 6: UMOA – Situação monetária integrada



Fontes: BCEAO.

2.3.2.3 - Evolução dos créditos recenseados na Central de riscos

A título da centralização dos riscos bancários, o montante global de créditos recenseados na central de riscos estabeleceu-se em 10.548,6 mil milhões em finais de dezembro de 2015 contra 8.957,2 mil milhões a 31 de dezembro de 2014, ou seja um um acréscimo de 1.591,4 mil milhões (17,8%). Neste período, os créditos a curto prazo progrediram em 19,0% mil milhões, e os créditos de médio e longo prazos de 15,1%.

O acréscimo do montante global dos créditos recenseados em 2015 na Central de riscos resulta nomeadamente da alta dos empréstimos consentidos aos setores “Comércio a grosso” (+661,8 mil milhões), “Indústrias manufatureiras” (+228,0 mil milhões), “Construção civil e obras públicas” (+191,5 mil milhões), “Transportes e comunicações” (+144,8 mil milhões), “Agricultura, silvicultura e pescas” (+61,1 mil milhões) bem como no setor “Eletricidade, gás e água” (+45,7 mil milhões).

2.3.3 - Massa monetária e base monetária

Em relação à evolução das contrapartidas, a **massa monetária** consolidou-se em 2.731,4 mil milhões ou 14,4%, para se estabelecer em 21.689,7 mil milhões em finais de dezembro de 2015. Este reforço refletiu-se na consolidação dos depósitos nos bancos de 2.141,5 mil milhões ou 15,2% e o aumento da circulação fiduciária de 560,3 mil milhões ou 12,0%.

Comparativamente a seu nível em finais de dezembro de 2014, a **base monetária** reforçou-se de 13,6%, situando-se em 8.072,9 mil milhões em 31 de dezembro de 2015, sob o efeito principalmente do aumento de 729,4 mil milhões dos empréstimos do Banco Central às instituições de crédito e da baixa de 51,2 mil milhões dos depósitos dos Estados no Banco Central.

2.3.4 - Poupança privada mobilizada pelos bancos e caixas de poupança

A poupança mobilizada pelo sistema bancário no seio dos países da União teve uma progressão de 7.008,4 mil milhões a 31 de dezembro de 2015, um acréscimo de 825,9 mil milhões ou 13,4% em relação ao nível registado em finais de dezembro de 2014. Atribui-se essencialmente esta evolução aos depósitos a prazo e às contas especiais que aumentaram respetivamente de 485,1 mil milhões ou 14,6% e de 316,5 mil milhões ou 11,6%.

III - EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO E FINANCEIRO E AÇÕES EM MATÉRIA DE ESTABILIDADE E INCLUSÃO FINANCEIRAS

3.1 - SITUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO

Durante o ano 2015, a **rede bancária** da UEMOA aumentou em numero de cinco (5) bancos em relação ao ano precedente. O número de instituições de crédito acreditadas fixou-se em 137 unidades em 31 de dezembro de 2015.

A título das atividades, entre dezembro de 2014 à dezembro de 2015, a evolução do sistema bancário da União caracterizou-se por um aumento dos recursos e empregos em 17,0% e em 18,6% respetivamente. Os recursos das instituições de crédito estabeleceram-se em 22.242,3 mil milhões em finais de dezembro de 2015 contra 19.008,2 mil milhões em finais de dezembro de 2014, registando, deste modo, uma progressão de 3.234,1 mil milhões. Esta evolução deve-se principalmente ao aumento de 2.812,1 mil milhões (+17,6%) dos depósitos e empréstimos em 141,2 mil milhões (+11,6%) de diversos recursos e em 280,9 mil milhões (+15,6%) dos fundos próprios líquidos.

O emprego de recursos aumentou 3.690,3 mil milhões (+18,6%). Esta evolução resulta sobretudo do aumento dos créditos (+1.908,7 mil milhões ; +14,7%) e de outras aplicações (+1.781,6 mil milhões ; +25,9%).

Os créditos de curto prazo progrediram em 876,5 mil milhões (+13,1%), e os créditos de médio e longo prazo em 929,1 mil milhões (+17,3%). Do mesmo modo, os créditos em mora tiveram um aumento de 77,8 mil milhões (+9,7%) e as operações de locação financeira e assimilados de 25,3 mil milhões (+19,6%).

Relativamente às outras aplicações, os títulos de investimento e as imobilizações financeiras aumentaram respectivamente em 1.142,5 mil milhões (+24,6%) e de 298,0 mil milhões (+43,4%) para se situarem em 5.783,4 mil milhões e 985,2 mil milhões .

O défice da tesouraria dos bancos e de instituições financeiras teve um decréscimo de 456,2 mil milhões, para se situar em 1.336,8 mil milhões em finais de dezembro de 2015, em virtude do aumento das aplicações em relação aos recursos. Esta situação induziu durante o período em análise, um maior recurso das instituições de crédito aos apoios monetários do Instituto de emissão.

A qualidade da carteira dos bancos e instituições financeiras de carácter bancário da União melhorou a 31 de dezembro de 2015 em relação ao ano anterior. Com efeito, as taxas brutas e líquidas de degradação da carteira tiveram progressão de, respetivamente, 14,4% e 5,9% contra 15,0% e 6,2% em dezembro de 2014.

No plano prudencial, com base nas informações disponíveis a 30 de setembro de 2015, os fundos próprios efetivos acumulados pelo conjunto do sistema bancário da UMOA situaram-se em 1.270,8 mil milhões, dos quais 1.205,2 mil milhões para os bancos. Os riscos ponderados foram estimados em 14.125,3 mil milhões, dos quais 99,0% suportados pelos bancos. Daí resulta um rácio médio "fundos próprios efetivos sobre riscos" para todo o sistema bancário de 9,0%, para uma norma mínima fixada em 8,0%, em baixa de 0,66 pontos percentuais em relação ao registado em finais de dezembro de 2014. Este rácio situa-se em 8,62% para os bancos e 47,04% para as instituições financeiras. Cerca de 73% das instituições de crédito cumpriram este rácio.

Por outro lado, a 30 de setembro de 2015, 76% dos bancos e instituições financeiras de caráter bancário cumpriram a norma de liquidez, contra 75% em finais de dezembro de 2014, uma progressão de 1,0 ponto percentual.

No total, no plano prudencial, a situação do sistema bancário da União à luz da norma de solvabilidade registou uma ligeira deterioração em finais de setembro de 2015, relativamente ao aumento dos riscos ponderados mais rápido do que o do capital próprio.

No **setor de microcrédito**, o dinamismo registado durante os últimos anos, prosseguiu em 2015, apesar do recuo do número de Sistemas Financeiros Descentralizados em dezassete (17) unidades que se fixou em seiscentos e setenta e nove (679) em finais de dezembro de 2015 contra seiscentos e noventa e seis (696) em finais de dezembro de 2014. Com efeito, o acesso das populações aos serviços financeiros oferecidos pelos SFD aumentou de 10,4% durante o período em análise. Assim, o número de beneficiários das prestações destas instituições situou-se em 15,7 milhões, em finais de dezembro de 2015, contra 14,2 milhões um ano antes.

No plano da intermediação financeira, ressava-se uma alta concomitante dos depósitos e créditos concedidos. Os depósitos recolhidos pelos SFD da União aumentaram em 14,2%, para se situarem em 975,7 mil milhões de FCFA em finais de dezembro de 2015 contra 855,7 mil milhões de FCFA em finais de dezembro de 2014. Eles representavam 6,2% dos depósitos recebidos pelas instituições de crédito. Por sua vez, os montantes de créditos progrediram de 11,8%, para fixar-se em 934,2 mil milhões de FCFA no mesmo período. Eles constituíram 6,9% dos empréstimos concedidos pelas instituições de crédito da União.

Durante o período em análise, a qualidade da carteira dos SFD da União melhorou ligeiramente. A taxa bruta de degradação da carteira, medida pelo rácio dos créditos em mora sobre o montante de créditos concedidos, fixou-se em 6,1% em finais de dezembro de 2015 contra 6,2%, um ano antes, para uma norma geralmente admitida de 3,0% no setor.

Em 2015, o Banco Central prosseguiu, ao lado das Autoridades competentes, as ações que visam o saneamento do setor do microcrédito. Assim, além do seguimento das autorizações de funcionamento e de retiradas de autorizações, ele contribuiu para a prossecução da execução de medidas previstas no Plano de Ação para a Preservação e a Consolidação da Viabilidade do Setor do Microcrédito (PAPCVSM), adotado pelo Conselho de Ministros, em dezembro de 2012. Procedeu, neste sentido, à avaliação intercalar, que mostrou, em finais de dezembro de 2015, uma melhoria relativa da viabilidade financeira dos SFD e da qualidade de sua carteira, num contexto globalmente caracterizado pelo acompanhamento rigoroso das instituições em dificuldade.

Neste quadro da melhoria da informação financeira do setor do microcrédito, o Banco Central produziu, a 2 de novembro de 2015, a “Solução Informática Centralizada de Acompanhamento dos SFD” (SICS-SFD). Este aplicativo modular e seguro de gestão da informação financeira e de base de dados documentais visa, entre outros, a recolha de informações financeiras e não financeiras dos SFD, o tratamento dos dados, nomeadamente para o cálculo dos indicadores financeiros e não financeiros bem como a consulta das informações financeiras e não financeiras das instituições financeiras descentralizadas. Ele facilitará o controlo à distância dos SFD, compatível com as novas normas de reporting, e permitirá às instituições de microcrédito e às Autoridades de supervisão assegurar uma maior celeridade na produção e no tratamento das informações relativas ao setor.

3.2 - MERCADO INTERBANCÁRIO

A evolução do mercado interbancário da UMOA foi marcada pelo ligeiro recuo do volume de troca de numerário e a alta da taxa de juro média ponderada das operações de uma semana.

O volume médio das transações cifrou-se em 107,2 mil milhões de FCFA em 2015, contra 109,0 mil milhões de FCFA em 2014. As operações cobriram maturidades de um (1) dia a doze (12) meses. Os compartimentos à uma e à duas semanas foram mais activos, representando respetivamente 39,9% e 31,2% do volume médio das transações contra 50% e 25% em 2014. Estes balcões acumularam em média empréstimos num montante de 42,8 mil milhões e 33,5 mil milhões em 2015 contra 54,0 mil milhões e 26,8 mil milhões em 2014.

No que concerne ao valor médio das injeções de liquidez, o volume das transações interbancárias baixou em 4,5% em 2015 contra 5,8% em 2014.

Tratando-se de taxas de juro, evoluíram em alta. No compartimento principal à uma semana, a taxa de juros média ponderada, situou-se em 3,68% em 2015 contra 3,35% em 2014.

Todas as praças da União participaram na animação do mercado interbancário. A praça de Abidjan foi a mais ativa (44,4%), em termos de ofertas de recursos, seguidas das de Cotonou (13,0%) e de Ouagadougou (10,7%). As principais praças beneficiárias foram as de Dakar (36,7%), de Ouagadougou (13,3%) e de Lomé (12,9%).

Quadro 7: evolução das taxas interbancárias em 2015 (média ponderada em percentagem).								
	1 dia	1 semana	2 semanas	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	12 meses
Janeiro	3,48	3,53	5,06	5,21	5,24	4,91		3,80
Fevereiro	4,08	3,42	5,06	5,31	4,43	3,80		3,78
Março	3,83	3,63	4,99	5,25	5,15			
Abril	3,88	4,13	4,99	5,19	5,10	5,00		4,28
Mai	3,69	4,21	4,99	4,83	5,41			
Junho	3,87	3,87	5,02	5,12	4,47			
Julho	3,49	4,32	5,09	4,87	4,72	4,53		
Agosto	3,89	3,82	5,11	4,99	3,99	4,00		
Setembro	3,02	3,53	4,95	4,93	5,22			
Outubro	3,61	3,64	4,91	4,33	4,81	4,35		
Novembro	4,16	3,22	4,74	5,04	3,75			6,00
Dezembro	3,65	3,58	4,70	3,80	4,33	5,50		3,81
Média	3,74	3,68	4,95	4,79	4,50	4,73		4,54

Fonte: BCEAO.

Quadro 8: evolução dos empréstimos interbancários no seio da UMOA em 2015 (em milhões de FCFA)

	Montantes médios		Valor médio dos empréstimos	Intervalos das taxas (em %)	Duração dos empréstimos
	Total	Incluindo UMOA			
Janeiro	105 695	75 115	272 426	2,50 a 6,00	1 dia a 12 meses
Fevereiro	111 550	87 288	306 913	2,50 a 5,75	1 dia a 6 meses
Março	101 854	79 513	300 654	2,53 a 6,45	1 dia a 12 meses
Abril	103 511	84 611	260 693	2,55 a 6,00	1 dia a 12 meses
Maiο	95 950	69 450	282 890	2,60 a 6,00	1 dia a 6 meses
Junho	76 045	50 770	291 391	2,50 a 6,00	1 dia a 3 meses
Julho	90 655	63 596	307 931	2,50 a 5,75	1 dia a 6 meses
Agosto	100 515	65 509	300 302	2,50 a 5,75	1 dia a 6 meses
Setembro	102 528	78 896	342 781	2,50 a 7,00	1 dia a 3 meses
Outubro	136 413	109 511	363 096	2,50 a 7,00	1 dia a 6 meses
Novembro	117 853	86 741	339 771	2,50 a 6,50	1 dia a 12 meses
Dezembro	144 367	112 725	360 116	2,50 a 6,00	1 dia a 12 meses
Média	107 245	80 310	310 747		

Fonte: BCEAO.

3.3 - MERCADO FINANCEIRO

3.3.1 - Mobilização de recursos pelos Estados

3.3.1.1 - Mobilização de recursos no mercado regional

O mercado regional da dívida pública permaneceu a principal fonte de financiamento interno dos Estados durante o ano 2015. As emissões líquidas dos títulos da dívida pública situaram-se em 1.443,9 mil milhões, contra 1.324,9 mil milhões em 2014. As emissões brutas atingiram 3.304,3 mil milhões, dos quais 1.127,3 mil milhões de bilhetes do Tesouro e 2.177,0 mil milhões de obrigações².

3.3.1.1.1 - Emissões por adjudicação de títulos da dívida e obrigações

Durante o ano, trinta e quatro (34) emissões de bilhetes do Tesouro foram realizadas num montante total de 1.127,3 mil milhões, contra 1.466,7 mil milhões no ano transacto. Solicitou-se mais as maturidades de 12 e vinte e quatro (24) meses com vinte e cinco (25) emissões num valor global de 808,9 mil milhões, ou seja 71,8% do valor total dos bilhetes emitidos.

2. Este montante inclui os 150 biliões de obrigações islamitas "Sukuk" emitidos pelo Tesouro da Côte d'Ivoire.

Durante o ano 2015, as taxas no compartimento dos bilhetes do Tesouro recuaram globalmente. A taxa de juro média ponderada situaram-se em 4,93% durante o período em análise contra 5,29% no ano anterior. Os recuos mais significativos foram registados a nível dos vencimentos no compartimento a 6 meses (-29 pontos base) e de 24 meses (-65 pontos base).

Em 2015, as emissões por adjudicação no compartimento das obrigações do Tesouro estabeleceram-se em 1.636,50 mil milhões, um aumento de 587,5 mil milhões em relação ao ano de 2014. Os Estados optaram de preferência pelas maturidades de 3 a 5 anos em que montantes respetivos de 428,8 mil milhões e 713,5 mil milhões foram mobilizados, representando no total 69,8% do volume total das emissões de obrigações por adjudicação.

Quadro 9: Operações do mercado dos títulos públicos e privados											
	2013	2014				Total	2015				Total
		T1	T2	T3	T4		T1	T2	T3	T4	
Promissórias	1 411,5	399,0	457,2	304,4	306,0	1 466,7	447,7	259,8	185,9	234,0	1 127,3
Obrigações	860,9	306,0	316,4	305,3	676,1	1 603,8	221,9	568,8	403,3	983,0	2 177,0
Por adjudicação	455,8	306,0	255,4	205,3	282,3	1 049,0	221,9	435,5	403,3	575,8	1 636,5
Por agrupamento	405,2	-	61,0	100,0	393,8	554,8	-	133,3	-	407,2	540,5
Total	2 272,4	705,0	773,6	609,7	982,1	3 070,5	669,6	828,6	589,2	1 227,0	3 304,3

Fonte: BCEAO.

3.3.1.1.2 - Emissões por agrupamento no mercado financeiro regional

As emissões por agrupamento no compartimento das obrigações do Tesouro fixaram-se em 540,5 mil milhões em 2015, um decréscimo de 14,3 mil milhões em relação a 2014. Os Estados optaram de preferência pela maturidade de 10 anos em que um montante de 233,5 mil milhões foi mobilizado, ou seja 43,2% do volume total das emissões de obrigações por agrupamento. Estas emissões por agrupamento foram realizadas pela Côte d'Ivoire (440,3 mil milhões dos quais 150,0 mil milhões a título das obrigações islâmicas "Sukuk" e o Senegal (100,2 mil milhões).

Quadro 10: taxas de juro média de bilhetes do Tesouro (em percentagem)											
	2014					Ano	2015				Ano
	T1	T2	T3	T4	T1		T2	T3	T4		
3 meses	4,48	3,91	-	-	4,29	4,92	-	-	-	4,92	
6 meses	4,41	4,79	4,48	5,51	4,92	5,11	4,59	4,32	4,59	4,63	
9 meses	-	4,81	-	-	4,81	-	-	-	-	-	
12 meses	4,90	5,53	5,97	5,56	5,29	5,36	5,07	4,30	4,69	5,06	
24 meses	5,40	5,60	5,74	6,08	5,67	5,27	5,04	4,65	4,72	5,02	
Taxas	4,87	5,19	5,24	5,61	5,29	5,27	4,93	4,43	4,67	4,93	

Fonte: BCEAO.

3.3.1.1.3 - Saldo de títulos da dívida pública no mercado regional

O montante global dos títulos da dívida pública foi estimado em 6.511,8 mil milhões ou seja 12,5% do PIB em finais dezembro de 2015, contra 5.068,8 mil milhões ou 10,5% do PIB um ano antes. A estrutura deste montante continua a ser dominada pelas obrigações que representam 79,7% do total.

O montante de títulos da dívida pública aumentou 1.400 mil milhões, de um ano para outro, em resultado da maior procura do compartimento alongado do mercado regional pelos Estados da União, com vista a financiar os seus projetos de investimentos, nomeadamente na área das infraestruturas.

Quadro 11: Montante dos títulos da dívida pública a 31 de dezembro de 2015 (*) (em mil milhões de FCFA)				
	Bilhetes	Obrigações	Total	Parte relativa por país (%)
Benin	231,7	624,8	856,5	13,2
Burkina	119,9	348,0	467,9	7,2
Côte d'Ivoire	261,6	2 327,7	2 589,3	39,8
Guiné-Bissau	26,0	0,0	26,0	0,4
Mali	242,8	347,7	590,5	9,1
Níger	78,5	238,5	317,0	4,9
Senegal	199,7	950,4	1 150,1	17,7
Togo	159,0	356,4	515,4	7,9
UEMOA:	1 319,2	5 193,5	6 512,7	100,0

(*) Estes valores dizem respeito apenas às emissões no mercado financeiro regional.

Fonte: BCEAO.

Quadro 12: evolução do montante dos títulos da dívida pública (em mil milhões de FCFA)						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015(*)
Montante	1 946,9	2 601,7	3 023,9	3 743,9	5 068,8	6 512,7
<i>(em % do PIB)</i>	<i>5,6</i>	<i>7,1</i>	<i>7,5</i>	<i>8,3</i>	<i>10,5</i>	<i>12,5</i>
Parte relativa (em %)						
- bilhetes	51,8	36,7	39,0	36,3	30,5	20,3
- obrigações	48,2	63,3	61,0	63,7	69,5	79,7

Fonte: BCEAO.

3.4 - AÇÕES EM MATÉRIA DE ESTABILIDADE FINANCEIRA

As ações realizadas em 2015 pelo BCEAO em matéria de estabilidade financeira visaram globalmente:

- a preservação da estabilidade financeira da União;
- o reforço da supervisão bancária e financeira;
- a promoção do Bureau d'Information sur Crédit (BIC);
- outras disposições que contribuem para a estabilidade financeira.

3.4.1 - Preservação da estabilidade financeira da União

Os trabalhos realizados em 2015 dizem respeito à criação dos órgãos de governação do Fundo de Garantia de Depósitos na UMOA (FGD-UMOA). Neste aspecto, o Conselho de Administração realizou a sua primeira reunião a 4 de junho de 2015, durante a qual, procedeu à adoção dos seus textos internos bem como à designação do Diretor do FGD-UMOA que tomou posse a 3 de agosto de 2015.

Por outro lado, o Banco Central iniciou um conjunto de ações com vista a melhorar o dispositivo de resolução das crises bancárias no seio da União, à luz das melhores práticas decretadas no plano internacional. Neste título, no termo da análise das propostas formuladas pelo BCEAO durante uma sessão do Conselho de Ministros que teve lugar entre 2 e 3 de julho de 2015 em Bissau, este órgão comunitário aprovou, por Decisão nº 025 de 2 de julho de 2015, a criação do mecanismo de resolução das crises bancárias da União. Este mecanismo é regido por uma Autoridade e um Fundo de resolução. Neste aspecto, o Conselho manditou o Governador do BCEAO para propôr as modalidades práticas de organização e funcionamento do dispositivo.

Por outro lado, com vista a dinamizar o mercado de títulos da dívida pública, o Governador do BCEAO com a contribuição da Agência UMOA-Títulos faz entrar em vigor a Instrução nº 011-09-2015 de 11 de setembro de 2015 relativa aos procedimentos de leilão de títulos de dívida e obrigações do Tesouro nos Estados membros da União; assim como a Instrução nº 012-09-2015 de 11 de setembro de 2015 relativa ao registo e à circulação dos títulos de dívida e obrigações do Tesouro emitidos através da adjudicação.

3.4.2 - Reforço da supervisão bancária e financeira

As ações realizadas neste âmbito abrangeram a melhoria da regulamentação financeira da União bem como a elaboração e a implementação de instrumentos de supervisão bancária e financeira.

A título da melhoria da regulamentação financeira, o BCEAO elaborou um projeto de texto regulamentar relativo à supervisão em base consolidado de grupos bancários que atuam na Zona. O texto introduz as noções de companhias financeiras e instituições de crédito de empresas-mãe no quadro jurídico da União e fixa as modalidades de sua sujeição à supervisão em base consolidada pela Comissão Bancária da UMOA.

O BCEAO prosseguiu igualmente o seu projeto de implementação dos acordos de Basileia II e Basileia III na UMOA. Neste aspecto, finalizou-se um projeto de novo dispositivo prudencial aplicável às instituições de crédito e às companhias financeiras. O novo quadro prudencial transpõe os três pilares das disposições de Basileia acima referidas, tendo em conta as especificidades das economias e do setor bancário da União. O texto também tem em conta o acompanhamento de grandes riscos e do efeito de alavanca no seio das instituições de crédito da União.

Por outro lado, foram concluídos os trabalhos relativos à revisão do Plano Contabilístico Bancário da UMOA (PCB). O novo Referencial Contabilístico das Instituições de crédito abrange as novas atividades das instituições sujeitas bem como as evoluções regulamentares pertinentes. Com base numa abordagem participativa, associando as profissões bancárias e contabilísticas reunidas no seio dos Comitês Nacionais PCB, as reformas deverão permitir ao setor bancário dotar-se de um dispositivo de reporting renovado, de acordo com as necessidades das instituições sujeitas bem como de Autoridades monetárias e de supervisão. Neste aspecto, foi elaborada uma proposta de estratégia de transição do sistema contabilístico bancário para as normas internacionais de informação financeira (IFRS).

No que diz respeito ao reforço dos instrumentos de controlo, o Banco Central começou por elaborar uma metodologia de identificação dos estabelecimentos bancários de importância sistémica, com vista a melhorar o quadro de controlo baseado nos riscos. Com efeito, trata-se de instituições cuja debilidade poderá causar maior impacto negativo no sistema financeiro globalmente e nas economias da União.

No âmbito da avaliação da resiliência do sistema bancário da UMOA relativamente a choques graves que podem acontecer, o BCEAO procedeu, em dezembro de 2015, a um teste de resistência (stress test) do referido setor. Os resultados obtidos no termo do ano fiscal, levado a cabo conjuntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI), indicam globalmente que o setor bancário é resiliente apesar de alguns pontos de vulnerabilidade relativos, nomeadamente, à concentração de carteira de crédito.

Por último, o Banco Central participou nos trabalhos da 8ª e 9ª sessões ordinárias do Comité de Estabilidade Financeira na UMOA (CSFUMOA), realizadas respetivamente aos 28 de maio e 3 de dezembro de 2015. Nestes encontros, o Comité ressaltou os principais riscos que devem ser objeto de controlo particular por parte dos órgãos e instituições de regulação do sistema financeiro e dos Estados membros da União.

Por outro lado, o BCEAO participou na 79ª, 80ª, 81ª e 82ª sessões ordinárias da Comissão Regional de Controlo de Seguros (CRCA) da Conferência Interafricana de Mercados de Seguros (CIMA), realizadas respetivamente em maio de 2015 em Brazzaville, em julho de 2015 em Yamoussokro, em outubro de 2015 em Niamey e em dezembro de 2015 em Libreville. Participou igualmente nos trabalhos da primeira e segunda sessões ordinárias da Comissão de Supervisão da Previdência Social (CIPRES) que tiveram lugar em maio e novembro de 2015, em Lomé.

3.4.3 - Promoção de Escritórios de Informação sobre o Crédito (BIC sigla em francês)

O Banco Central prosseguiu a execução do projeto relativo à promoção dos Escritórios de Informação sobre o Crédito (BIC) na UEMOA, com vista a reduzir as assimetrias de informação entre os bancos e os seus clientes, sendo o BIC a garantir a disponibilização de informações económicas e financeiras dos clientes.

Desde o seu lançamento no início do ano 2013, o projeto progrediu no plano institucional e organizacional. Assim, o Conselho de Ministros da União aprovou, durante a sua sessão de 28 de junho de 2013, o projeto de Lei Uniforme relativo à regulamentação do “Bureau d’Information sur Crédit” e recomenda aos Estados membros de integrá-lo na sua ordem jurídica nacional o mais tardar até 31 dezembro de 2013. Até agora, cinco Estados membros da União procederam à transposição dessa Lei Uniforme na sua ordem jurídica interna.

Para permitir o início efetivo das atividades do BIC, dez (10) instruções de aplicação da Lei Uniforme foram decretadas pelo Governador do BCEAO em 2015. Essas instruções dizem respeito, nomeadamente, à constituição dos dossiês de pedido de autorização e de instalação, às modalidades e prazos de transmissão aos BIC de informações sobre o crédito, aos dispositivos de segurança dos Sistemas de Informação destas instituições, bem como ao tratamento das reclamações dos clientes. Todos estes textos foram largamente divulgados nomeadamente junto das instituições abrangidos.

3.4.4 - Outras disposições que contribuíram para a estabilidade financeira

Com vista a reforçar o dispositivo de prevenção e de luta contra o crime financeiro, sob a iniciativa do BCEAO, o Conselho de Ministros da União, na sua sessão de 2 de julho de 2015 em Bissau, aprovou a Decisão nº 26 do 02/07/2015/CM/UMOA relativa à adoção do projeto de Lei Uniforme relativa à luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo nos Estados membros da UMOA. Esta regulamentação foi elaborada com vista a uniformizar o dispositivo existente relativamente com os novos padrões internacionais instituídas pelo Grupo de Ação Financeira (GAFI) e corrigir as dificuldades de aplicação constatadas. A sua integração efetiva na ordem jurídica interna dos Estados membros da União vai consolidar a preservação da integridade e da estabilidade do seu sistema financeiro bem como a segurança e a paz na União.

Por outro lado, à luz das dificuldades que enfrentam as instituições abrangidas, no que toca ao cálculo da Taxa Efetiva Global (T.E.G.) dos empréstimos, o BCEAO disponibilizou, a dez de agosto de 2015, para as instituições de crédito, os sistemas financeiros descentralizados, e os serviços financeiros dos Correios, um modelo-tipo de maquete de cálculo da taxa e um manual do utilizador. O objetivo visado é favorecer uma compreensão comum e uma aplicação harmonizada das disposições relativas à definição e repressão da usura na União, por todas as instituições que lhe estão sujeitas.

No âmbito da promoção da concorrência bancária e transparência na tarifação dos produtos e serviços bancários e com vista a reforçar a proteção dos clientes das instituições de crédito, o Governador do BCEAO assinou, a 8 de maio de 2015, a Instrução nº 004-05-2015 que estabelece os parâmetros de uma apresentação harmonizada de preços dos produtos e serviços bancários oferecidos pelas instituições de crédito aos seus clientes.

Por outro lado, o desenvolvimento da transferência rápida de fundos nos Estados membros da União e o aumento do número de atores envolvidos nesta atividade levaram as Autoridades do Banco Central a iniciarem ações visando a prevenir, e até conter os riscos associados. Neste sentido, foi assinada pelo Governador do BCEAO a Instrução nº 013-11-2015 de 10 de novembro de 2015 relativa às modalidades da atividade de transferência de dinheiro e a qualidade de sub-agente no seio da UMOA.

3.5 - INTERVENÇÕES A FAVOR DA INCLUSÃO FINANCEIRA

No âmbito do reforço da inclusão financeira e do acesso das populações aos serviços financeiros, o BCEAO prosseguiu com as ações visando à criação da Estratégia Regional de Inclusão Financeira (SRIF) na UEMOA, bem como as suas atividades no Grupo de trabalho dos Bancos Centrais dos países francófonos sobre a inclusão financeira. Prosseguiu igualmente os trabalhos para implementar de um dispositivo estatístico de seguimento da inclusão financeira na UEMOA.

Tratando-se da SRIF, o BCEAO organizou concertações nacionais, de 27 a 29 de maio de 2015, com os principais atores, para analisar o relatório provisório sobre a situação da inclusão financeira na UEMOA e as propostas para a sua dinamização. Estas concertações foram seguidas de um ateliê regional de restituição dos trabalhos, entre 6 e 7 de julho de 2015. Estes trabalhos permitiram aprofundar o relatório provisório e elaborar um documento-quadro de política e estratégia regional de inclusão financeira na UEMOA, associado de um plano de ações e orçamento para o seu financiamento. Este documento-quadro deverá ser submetido às diferentes instâncias de validação da União para adoção durante o ano 2016.

O Instituto de emissão adotou igualmente, a partir do mês de abril de 2015, um novo dispositivo estatístico, abrangendo quatro (4) novos indicadores para o conceito. Estes indicadores fixam a sete (7) o número total de instrumentos que passarão a ser seguidos para avaliar os níveis da inclusão financeira na UEMOA. Estes indicadores reúnem três das quatro dimensões da inclusão financeira, designadamente o acesso, a utilização e a qualidade, que são perceptíveis através da acessibilidade-preço dos serviços financeiros.

Por outro lado, o Instituto de emissão prosseguiu com os trabalhos do Grupo de trabalho dos Bancos Centrais dos países francófonos sobre a inclusão financeira. A primeira reunião do Grupo de trabalho foi realizada em fevereiro de 2015 em Dakar e permitiu debater a problemática da inclusão financeira, identificar as temáticas a tratar pelos diferentes bancos centrais e definir o calendário de trabalho. Um relatório intercalar foi elaborado e submetido aos Governadores destas instituições, durante a sua reunião em maio de 2015 em Martinica.

IV - GESTÃO DE SÍMBOLOS MONETÁRIOS, DE SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO E DE RESERVAS DE CÂMBIO

4.1 - GESTÃO DA CIRCULAÇÃO FIDUCIÁRIA

As operações efetuadas nos balcões do Banco Central foram marcadas, durante o ano de 2015, por um excedente de levantamentos dos signos monetários em relação aos depósitos realizados. Comparada ao ano 2014, a parte das notas na circulação fiduciária manteve-se quase estável em 97,1%.

4.1.1 - Levantamentos e depósitos nos balcões das Agências do BCEAO

As transações nos balcões do Banco Central, durante o ano de 2015, envolveram um total de 4.819,8 milhões de notas e moedas, contra 4.389,2 milhões de unidades durante o ano fiscal 2014, ou seja uma alta de 9,8%.

Os **levantamentos** de notas durante o período em análise fixaram-se em 2.385,8 milhões de vinhetas (15.786,5 mil milhões de FCFA), contra 2.158,5 milhões de vinhetas em 2014 (14.259,0 mil milhões de FCFA), ou seja um acréscimo de 10,5% em volume e de 10,7% em valor.

Os levantamentos mais importantes foram registados na Côte d'Ivoire (30,1%), no Burkina Faso (16,0%), no Benin (14,9%) e no Mali (12,9%).

Os levantamentos de moedas decresceram em 10,9 % em 2015, passando de 141,8 milhões de unidades para 126,3 milhões de unidades de um ano para outro. As saídas de moedas estabeleceram-se em 7,6 mil milhões de FCFA em 2015 contra 7,4 mil milhões de FCFA em 2014, ou seja uma alta anual de 2,7%.

Os **depósitos** de notas nos balcões do Banco Central envolveram 2.295,3 milhões de unidades (15.174,1 mil milhões de FCFA) em 2015, contra 2.072,7 milhões de notas (13.788,1 mil milhões de FCFA) em 2014, um aumento de 11,4% em termos de volume e de 10,1% em valores. As entradas mais importantes em termos de valores foram observadas na Côte d'Ivoire (24,1%), no Burkina Faso (17,5%), no Benin (16,1%) e no Senegal (13,2%).

Relativamente às moedas, os depósitos efetuados nos balcões do Banco Central passaram de 16,1 milhões de unidades em 2014 para 12,4 milhões de unidades em 2015, representando um recuo em volume de 22,8% sobretudo devido à baixa de depósitos de moedas de 500 FCFA nos balcões. Em valores, os depósitos de moedas cifram-se em 4.329,6 milhões de FCFA em 2015 contra 6.105,6 milhões de FCFA no ano precedente.

4.1.2 - Composição da circulação fiduciária

Em finais de dezembro de 2015, a circulação fiduciária estabeleceu-se em 5.863,0 mil milhões de FCFA contra 5.247,8 mil milhões de FCFA um ano mais cedo, significando um incremento de 11,7%. As notas de elevado valor facial constituíram 88,6% da circulação das notas a 31 de dezembro de 2015 contra 87,6% no período homólogo do ano 2014.

4.1.3 - Movimentos de notas externas nos balcões das Agências do BCEAO

Durante o exercício de 2015, os movimentos de notas externas³ resultantes das operações de triagem foram estimadas em 1.766,0 mil milhões de FCFA contra 1.815,9 mil milhões de FCFA no exercício precedente uma redução de 2,8%.

As notas externas foram constituídas, principalmente, pelas notas emitidas pelas Agências da Côte d'Ivoire (25,0%), do Togo (21,5%), do Benin (15,9%) e do Burkina Faso (15,3%).

As Agências do Togo, do Benin, do Burkina Faso e da Côte d'Ivoire registaram, nos seus balcões, montantes importantes de notas externas, cabendo-lhes as partes respetivas de 29,7%, 29,0%, 14,5% e 11,1%.

Quadro 13 - Movimentos de notas externas nos balcões das Agências do BCEAO (em mil milhões de FCFA)									
	Ano Fiscal 2014			Ano Fiscal 2015*			Variação		
	(1)			(2)			(3)=(2)-(1)		
	Entradas	Saídas	Saldos	Entradas	Saídas	Saldos	Entradas	Saídas	Saldos
Benin	372,7	290,9	81,8	512,1	280,6	231,5	139,3	-10,3	149,6
Burkina	163,5	342,6	-179,1	256,6	270,2	-13,6	93,1	-72,4	165,5
Côte d'Ivoire	172,6	542,7	-370,1	195,8	441,5	-245,6	23,2	-101,2	124,5
Guiné-Bissau	26,3	30,6	-4,3	25,7	27,0	-1,3	-0,6	-3,7	3,0
Mali	239,9	196,6	43,3	105,8	113,1	-7,4	-134,1	-83,5	-50,6
Niger	115,3	146,7	-31,4	87,8	182,0	-94,2	-27,4	35,4	-62,8
Senegal	107,8	124,6	-16,8	57,8	71,1	-13,3	-50,0	-53,5	3,5
Togo	617,8	141,1	476,7	524,4	380,4	144,0	-93,4	239,3	-332,8
UMOA	1 815,9	1 815,9	0,0	1 766,0	1 766,0	0,0	-50,0	-50,0	0,0

Fonte: BCEAO.

4.2 - SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO

A 31 de dezembro de 2015, o balanço do funcionamento dos sistemas de pagamento da UEMOA foi globalmente satisfatório com aumentos constatados nos principais indicadores de atividades.

4.2.1 - Funcionamento dos sistemas de pagamento

O Sistema de Transferência Automatizada e de Pagamento na UEMOA (STAR-UEMOA) integra em finais de dezembro de 2015, 115 participantes graças à entrada em produção de oito (8) novos participantes, dos quais o Tesouro Público da Côte d'Ivoire.

Em 2015, 682.895 operações foram pagas através do STAR-UEMOA num montante de 306.751 mil milhões de FCFA, um aumento de 18,96 % em valores e de 8,49 % em volume de transações em relação ao ano 2014.

Esta evolução positiva das operações, durante o ano 2015, deve-se à progressão do número de participantes bem como pelo aumento do volume de intervenções do Banco Central no mercado monetário através do Sistema Automatizado de Gestão dos Títulos e da Liquidez da União Monetária Oeste Africana (SAGETIL-UMOA).

3. Trata-se de notas que resultam da triagem nas Agências de um dado Estado e que não são emitidas por ele.

Estabelecendo em 42,56% do volume global das operações tratadas no STAR-UEMOA, o comércio inter-países no seio da UEMOA envolveu 290.613 operações num valor de 22.938 mil milhões de FCFA em 2015. A evolução favorável de 10,27 % em volume e de 15,25 % em valores das operações inter-países confirma a intensificação das trocas financeiras entre os países da UEMOA.

Em finais de dezembro de 2015, o Sistema Interbancário de Compensação Automatizado da UEMOA (SICA- UEMOA) integra 126 participantes entre os quais, os Bancos, as Direções Nacionais do BCEAO bem como os Tesouros Públicos do Benin, do Burkina Faso, do Mali e do Senegal. Em 2015, a atividade de SICA-UEMOA foi marcada por aumentos respetivos de 8,73% do volume do comércio e de 14,35% do seu valor em relação a 2014. O volume do comércio estabeleceu-se em 12.229.406 operações num montante de 42.568 mil milhões de FCFA.

Este aumento do valor das operações é atribuído ao acréscimo importante da atividade económica na Côte d'Ivoire (+19,40%), no Mali (+18,97%), no Senegal (+10%) e a nível sub-regional (+50,18%). O comércio inter-países constituiu 1% do valor global das transações da União.

Relativamente à repartição dos instrumentos de pagamento tratados no sistema de tele-compensação, a parte relativa de transferências continua a progredir em detrimento dos cheques. Assim, em 2015, as transferências representaram cerca de 31,7% do comércio, contra cerca de 67% para os cheques. Recorda-se que a parte que representavam esses instrumentos, eram respectivamente 29% e 70% em 2014. Em valores, o cheque representou 85,6% do comércio em 2015.

4.2.2 - Segurança, promoção e modernização dos sistemas e meios de pagamento

Criado a 30 de junho de 2014, o Fundo de Garantia do Pagamento de saldos de compensação tem como objetivo fundamental cobrir os riscos de incumprimento financeiro dos participantes durante o pagamento dos saldos de compensação, em conformidade com as normas internacionais em matéria de gestão de riscos financeiros nos sistemas de pagamento.

Durante o ano em análise, setenta (70) empréstimos do Fundo de Garantia do Pagamento dos saldos de compensação, estimados em mais de 65 mil milhões de FCFA foram realizados, representando um importante aumento de 268,42% em volume em relação ao ano 2014.

Em finais de 2015, o valor médio dos adiantamentos fixou-se em cerca de 930 milhões de FCFA por dia contra 260 mil milhões de FCFA em 2014. No total, as intervenções do Fundo de Garantia permitiram pagar, em 2015, mais de 142,8 mil milhões de FCFA de saldos devedores na compensação.

No quadro do controlo dos riscos operacionais e financeiros induzidos pelo funcionamento dos sistemas SICA-UEMOA e STAR-UEMOA, as seguintes ações de melhoria foram realizadas pelo BCEAO na sua qualidade de gerente dos sistemas STAR-UEMOA e SICA-UEMOA:

- O lançamento do projeto de remodelação da aplicação SICA-UEMOA que deverá permitir nomeadamente a redução do custo de manutenção, o controlo dos riscos operacionais e técnicos induzidos pela obsolescência dos servidores do sistema de telecompensação instalados em cada Agência Principal do BCEAO, bem como aumento de produtividade e de eficiência;
- a automatização das intervenções do Fundo de Garantia para melhorar os prazos e reduzir os riscos operacionais;
- a elaboração e a implementação de um plano de ações com vista a melhorar o funcionamento da rede de acesso ligando os participantes ao BCEAO;

- a organização de uma sessão de formação destinada aos participantes nos sistemas de pagamento para reforçar as suas capacidades dotando-os a tratar com mais eficiência, as operações em STAR-UEMOA e SICA-UEMOA.

Por outro lado, o Banco Central prosseguiu, durante o ano 2015, o seguimento da implementação dos planos de ações para a participação ativa dos Tesouros Públicos Nacionais (TPN) nos sistemas de pagamento. Neste sentido, foram registados progressos a nível de todos os países, nomeadamente na Côte d'Ivoire, onde o Tesouro Público é diretamente ligado ao STAR-UEMOA desde novembro de 2015. Os Tesouros Públicos do Benin, do Burkina Faso, da Côte d'Ivoire e do Mali participam ativamente no SICA-UEMOA.

Tratando-se da supervisão dos sistemas e meios de pagamento, o ano 2015 foi marcado pelo reforço do quadro regulamentar que rege as atividades de emissão da moeda eletrónica. Neste aspecto, convém sublinhar a entrada em vigor, a 21 de maio de 2015, da Instrução nº 008-05-2015 do Governador do BCEAO que rege as condições e modalidades de funcionamento das atividades de agentes emissores da moeda eletrónica nos Estados membros da União Monetária Oeste Africana (UMO).

Por outro lado, para reforçar o seguimento do setor da moeda eletrónica, o Banco Central adotou um quadro renovado de supervisão e de vigilância desse setor de atividades de modo a preservar a segurança e a eficiência dos serviços de pagamentos eletrónicos e a assegurar a proteção dos utentes.

No âmbito da supervisão da monetária interbancária regional, o Conselho de Ministros da União adoptou a Decisão nº 31 de 29 de setembro de 2015 relativa à compensação e pagamento das operações realizadas na UEMOA. Esta Decisão torna obrigatória a compensação e o pagamento em francos CFA das transações monetárias realizadas entre os emissores e os compradores baseados num ou vários Estados membros da UEMOA em vez de utilizar divisas. Ela visa nomeadamente uma preservação das reservas de câmbio da União. Exige também que qualquer operador ou gestor do sistema ou mecanismo de compensação, que desejar instalar-se num ou vários Estados membros da UEMOA, deve solicitar a autorização prévia do Banco Central para o efeito.

4.3 - GESTÃO DAS RESERVAS DE CÂMBIO

A gestão das reservas de câmbio caracterizou-se pela prossecução da política de diversificação dos suportes de investimentos dos ativos em divisas distraídos da Conta de Operações, no estrito cumprimento dos princípios e práticas de prudência admitidos de modo comum, em particular as Diretivas do FMI na matéria.

Em média, os ativos em divisas fixaram-se em 9,52 mil milhões de euros durante o ano 2015. A 31 de dezembro de 2015, as reservas de câmbio do BCEAO depositadas na Conta de operações representavam 55,0% do total das reservas contra 54,7% em finais do ano de 2014.

Por sua vez, os ativos em dívidas distraídas da conta de operações foram detidos sob forma de ativos monetários e obrigacionistas repartidos entre um capital de investimento, uma carteira de liquidez e fundos colocados sob gestão delegada junto de instituições financeiras internacionais.

No total, a política de gestão das reservas de câmbio, implementada pelo BCEAO durante o exercício 2015, foi regida por imperativos de segurança, de liquidez e de rendimento.

V - QUADRO INSTITUCIONAL, ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

5.1 - ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Durante o exercício 2015, os Órgãos da União realizaram os seus encontros, em conformidade com as disposições do Tratado de 20 de janeiro de 2007 que instituiu a União Monetária Oeste Africana e os Estatutos do Banco Central dos Estados da África Ocidental.

5.1.1 - A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UMOA

A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União organizou, durante o ano 2015, a sua 18ª Sessão Ordinária, a 19 de janeiro de 2015 em Cotonou, na República do Benin, sob a Presidência da Sua Excelência Dr. Boni YAYI, Presidente da República do Benin. Estiveram presentes:

- Para a República do Benin, a Sua Excelência Dr. Boni YAYI, Presidente;
- Para o Burkina Faso, a Sua Excelência o Senhor Monsieur Michel KAFANDO, Presidente da República ;
- Para a República da Côte d'Ivoire, a Sua Excelência Dr. Alassane OUATTARA, Presidente;
- Para a República da Guiné-Bissau, a Sua Excelência o Senhor José Mário VAZ, Presidente;
- Para a República do Mali, o Senhor Mamadou Igor DIARRA, Ministro da Economia e das Finanças;
- Para a República do Níger, a Sua Excelência o Senhor Brigi RAFINI, primeiro-ministro;
- Para a República do Senegal, a sua Excelência o Senhor Macky SALL, Presidente da República;
- Para a República do Togo, a Sua Excelência o Senhor Faure Essozimna GNASSINGBE, Presidente da República.

Participaram nos trabalhos desta sessão, os membros do Conselho de Ministros Estatutários da UEMOA presidido pelo Senhor Gilles BAILLET, Ministro das Finanças da República do Níger, bem como:

- Senhor Cheikhe Hadjibou SOUMARE, Presidente da Comissão da UEMOA;
- Senhor Tiémoko Meyliet KONE, Governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO);
- Senhor Christian ADOVELANDE, Presidente do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD);
- Senhor Jeremias António da Cruz PEREIRA, Presidente do Conselho Regional da Poupança Pública e dos Mercados Financeiros CREPMF).

Os Chefes de Estado e de Governo congratularam-se com os resultados da “Conferência dos Investidores” realizada em Dubai, a 9 de setembro de 2014, e instaram os Órgãos e Instituições da União a capitalizarem a experiência para fazer da sub-região, um espaço atrativo para os investidores, nomeadamente os dos países emergentes. Incentivaram também os Órgãos e Instituições da União a intensificarem as ações com vista a mobilizar recursos para o financiamento dos projetos de integração.

Por outro lado, a Conferência congratulou-se com as ações levadas a cabo para a consolidação da inclusão financeira e a racionalização dos custos dos serviços bancários no seio da União. Tomou nota do início do Plano Estratégico 2014-2021 do mercado financeiro regional e incentivou os Órgãos e Instituições a envidarem esforços no sentido de consolidar o mercado.

No âmbito do reforço do dispositivo de supervisão multilateral das políticas macroeconómicas, a Conferência adotou o Ato Adicional relativo ao Pacto de Convergência, Estabilidade, Crescimento e Solidariedade entre os Estados membros da União. O Pacto define novas condições de convergência das economias da União. Nesta base, a Conferência adotou uma declaração intitulada: *“Preservar o nível do tecto de endividamento velando pela qualidade e sustentabilidade da dívida pública no seio da UEMOA”*.

Por outro lado, a Conferência manifestou a sua satisfação ao Presidente da Comissão da UEMOA, ao Governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental, ao Presidente do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento, ao Presidente do Conselho Regional da Poupança Pública e dos Mercados Financeiros, bem como ao pessoal de todos os Órgãos e Instituições da UEMOA, pelos resultados obtidos na implementação dos programas e projetos comunitários.

5.1.2 - Conselho de Ministros

Durante o exercício 2015, a composição do Conselho registou as seguintes modificações:

- **para a República do Benin**, o Senhor Pocoun Damè KOMBIENOU, Ministro da Indústria e Comércio, foi nomeado membro do Conselho de Ministro da União, a partir de 29 de junho de 2015, em substituição do Senhor Marcel de SOUZA;
- **para a República da Côte d'Ivoire**, o Senhor Abdourahmane CISSE, Ministro Delegado junto do Primeiro-Ministro encarregue do Orçamento, foi designado membro do Conselho de Ministro da União, a partir de 25 de setembro de 2015, em substituição do Senhor Ally COULIBALY;
- **para a República do Mali**, o Senhor Mamadou Igor DIARRA, Ministro da Economia e Finanças, foi nomeado membro do Conselho de Ministros da União, a contar de 10 de janeiro de 2015, em substituição da Senhora BOUARE Fily SISSOKO;
- **Para a República do Níger**, o Senhor Saidou SIDIBE, Ministro da Economia e Finanças, foi nomeado membro do Conselho de Ministros da União, a contar de 4 de junho de 2015, em substituição do Senhor Gilles BAILLET;

O Senhor Mohamed BOUCHA, Ministro Delegado junto do Ministro da Economia e das Finanças, Encarregue do Orçamento, foi nomeado membro do Conselho de Ministros da União, a contar de 17 de novembro de 2015, em substituição do Senhor Amadou Boubacar CISSE;

- **Para a República do Togo**, o Senhor Kossi ASSIMAÏDOU, Ministro Delegado junto do Ministro de Estado encarregue da Economia e Finanças, encarregue da Planificação do Desenvolvimento, foi designado membro do Conselho de Ministros da União, a contar do 1 de julho de 2015, em substituição do Mawussi Djossou SEMODJI.

Durante o ano de 2015, o Conselho de Ministros realizou quatro (04) sessões ordinárias, respetivamente a 30 de março de 2015 na Sede do BCEAO em Dakar, sob a presidência do Senhor Gilles BAILLET, Ministro das Finanças da República do Níger, o seu Presidente estatutário; a 2 de julho de 2015 na Agência Principal do BCEAO em Bissau, a 29 de setembro de 2015 na Sede do BCEAO em Dakar e a 17 de dezembro de 2015 na Agência Principal do BCEAO em Niamey, sob a presidência do Senhor Saidou SIDIBE, Ministro da Economia e Finanças da República do Níger, o seu Presidente Estatutário.

O Conselho realizou igualmente duas sessões extraordinárias, a 16 de janeiro de 2015 e a 26 de novembro de 2015 na Agência Principal do BCEAO em Cotonou, em prelúdio respetivamente das 18ª e 19ª sessões ordinárias da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União.

Durante essas sessões, os Ministros analisaram a conjuntura internacional bem como a atividade económica nos Estados membros da UEMOA.

Durante a sua sessão ordinária de 30 de março de 2015, os Ministros sublinharam a necessidade de prosseguir os esforços **com vista a** consolidar a gestão das finanças públicas, através do aprofundamento das reformas em curso, em particular em matéria de despesas, para aumentar a sua eficiência e eficácia. Neste sentido, incentivaram os Estados a envidarem os esforços para garantir uma mobilização acrescida das receitas fiscais de modo a aumentar a sua margem orçamental visando a realização dos investimentos portadores de crescimento. Exortaram igualmente os Estados membros a prosseguirem os esforços de acompanhamento do setor privado a fim de permitir-lhe desempenhar um papel maior no financiamento dos investimentos.

Por outro lado, os Ministros foram informados do balanço da primeira fase de aumento do capital das instituições de crédito da UMOA. Com vista a reforçar a solidez do setor bancário da União, o Conselho de Ministros decidiu lançar a segunda fase durante a qual os bancos deverão aumentar o seu capital social mínimo de 5,0 mil milhões para 10,0 mil milhões e as instituições financeiras de 1,0 bilião para 3,0 mil milhões, no mais tardar até 1 de julho de 2017.

Por outro lado, o Conselho aprovou as contas do BCEAO para o ano fiscal 2014 e procedeu à afetação do resultado financeiro conexo.

Em conclusão, os Ministros foram informados da situação de andamento do projeto de promoção dos Bureau d'Information sur Crédit (BIC) na UMOA. Neste aspecto, recomendaram aos Estados que ainda não o fizeram, a adoção diligente da Lei Uniforme relativa à regulamentação dos BIC, visando permitir o início das suas atividades nos prazos previstos.

Durante a sua sessão ordinária de 2 de julho de 2015, o Conselho de Ministros analisou os fatores de riscos suscetíveis de conter a realização dos objetivos de crescimento. Neste aspecto, os Ministros sublinharam a necessidade de melhorar a mobilização dos recursos internos, para aumentar as margens orçamentais dos Estados, para consolidar as infraestruturas básicas. Por outro lado, ressaltaram a importância de se consolidar a eficiência da despesa pública e a qualidade dos investimentos. Os Ministros concordaram, por outro lado, sobre a necessidade para os países da União reunirem os seus esforços para melhorar a resiliência das economias, num contexto internacional incerto marcado pelos eventuais impactos da crise na Zona euro e o abrandamento esperado nos países emergentes.

Exortaram igualmente os Estados membros a prosseguirem os esforços com vista a melhorar o ambiente dos negócios para estimular os investimentos privados e atrair os investidores estrangeiros nos setores produtivos.

Os Ministros analisaram e adotaram, por outro lado, o projeto de Diretiva relativa à luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo nos Estados membros da UMOA, bem como o projeto de lei uniforme previsto neste sentido. Estes textos integram as inovações que vão permitir conformar o dispositivo existente com as novas normas internacionais estabelecidas pelo Grupo de Ação Financeira (GAFI) em fevereiro de 2013 e corrigir as falhas e dificuldades observadas pelos atores na implementação das regulamentações vigentes.

O Conselho de Ministros decidiu, no termo da análise das propostas formuladas pelo Banco Central, criar um mecanismo de resolução das crises bancárias na UEMOA. Neste aspecto, o Conselho mandou o Governador do BCEAO a fim de propôr as modalidades práticas, de organização e funcionamento do dispositivo que deve permitir nomeadamente, corrigir de modo eficiente as falhas das instituições bancárias de importância sistémica.

O Conselho, por outro lado, procedeu à designação dos controladores externos do BCEAO para os anos fiscais de 2015 a 2017.

Os Ministros foram informados das decisões da reunião do Comité de Política Monetária realizada a 3 de junho de 2015 e da composição do referido Comité no termo da renovação do mandato dos seus membros.

Durante a sua sessão ordinária de 29 de setembro de 2015, o Conselho de Ministros instou os Estados membros a envidarem os seus esforços de saneamento das finanças públicas, não apenas para restabelecer o défice orçamental a 3,0% do PIB em 2019, como previsto no Pacto de convergência, de estabilidade, de crescimento e de solidariedade entre os Estados membros da UEMOA, mas também, dotar-se de margens orçamentais que permitam prevenir eventuais choques exógenos. Os Ministros recomendaram, por outro lado, aos Estados prosseguirem a implementação das medidas visando a melhoria do ambiente dos negócios e a atratividade das economias da União para criar as condições visando o desenvolvimento harmonioso do investimento privado. Para o efeito, o Conselho instou os Estados membros que ainda não o fizeram, de tudo fazer para integrar na sua ordem jurídica interna, o conjunto dos textos comunitários adotados com vista a criação do Bureau d'Information sur Crédit (BIC).

O Conselho analisou e adotou igualmente uma Decisão relativa à compensação e pagamento em franco CFA de todas as transações monetárias envolvendo um emissor e um comprador instalados na UMOA.

Os Ministros, por outro lado, autorizaram a adesão do Banco Central à Aliança para a Inclusão Financeira (AFI) e incentivaram os Estados a participarem nela, em qualidade de membros sócios. O objetivo da AFI é oferecer uma plataforma de intercâmbio aos seus membros para partilhar as suas experiências e desenvolver políticas apropriadas em matéria de um sistema financeiro inclusivo.

Finalmente, sob proposta do Banco Central, o Conselho adotou um dispositivo de apoio ao financiamento das PME/PMI na União. O objetivo deste dispositivo é criar uma massa crítica de pequenas e médias empresas bem-sucedidas, com vista a aumentar a contribuição desta categoria de empresas para a criação de riqueza e luta contra o desemprego.

Por outro lado, tendo em conta a necessidade de adaptar a organização funcional do Secretariado Geral da Comissão Bancária à evolução de suas atividades de supervisão, o Conselho decidiu modificar o Artigo 9 do Anexo à Convenção que rege a Comissão Bancária de 6 de abril de 2007.

Durante a sua sessão ordinária de 17 de dezembro de 2015, o Conselho incentivou os Estados membros a prosseguirem os esforços de consolidação da qualidade dos investimentos públicos velando, ao mesmo tempo, pela implementação das políticas de endividamento apropriadas que preservam a sustentabilidade da dívida. Os Ministros exortaram os Estados a aumentarem a mobilização dos recursos internos, nomeadamente fiscais, para financiar o desenvolvimento e estimular a transformação económica. Recomendaram igualmente o envidamento dos esforços desdobrados pelos Estados e o Banco Central com vista a melhorar o repatriamento das receitas de exportação da União.

Em aplicação das disposições do artigo 11 do Tratado da União Monetária Oeste Africana, o Conselho designou o Ministro encarregue das Finanças da República do Senegal, enquanto Presidente do Conselho de Ministros da União para o período 2016-2017. Exprimiu igualmente os seus agradecimentos ao Ministro das Finanças da República do Mali pelo trabalho cumprido à frente do Conselho durante os últimos dois anos.

5.1.3 - Comité de Política Monetária do BCEAO

Durante o exercício em análise, a composição do Conselho registou as seguintes modificações:

- **para a República da Côte d'Ivoire**, o Senhor Mama OUATTARA, Professor na Universidade Félix Houphouët-Boigny de Cocody, Diretor do Grupo de Política Económica (GPE), foi designado membro do Comité, a partir de 1 de junho de 2015, em substituição do Senhor Kanvaly DIOMANDE;

- **para a República do Senegal**, o Senhor Aliou FAYE, Diretor do Centro de Estudos de Políticas para o Desenvolvimento (CEPOD) foi nomeado membro do Comité, a contar de 1 de junho 2015, em substituição da Senhora Gnounka DIOUF;

- **para os membros intuitu personæ:**

- O Senhor Lansina BAKARY, Perito Consultor, antigo Conselheiro Económico do Governador do BCEAO foi nomeado membro intuitu personæ do Comité, a partir do 1 junho de 2015;

- O Senhor Maïna Boukar MOUSSA, Vice-Presidente do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Desenvolvimento Económico e Social (GERDES) foi nomeado membro intuitu personæ do Comité, a contar de 1 de junho de 2015;

- O Senhor Adama DIAW, Professor Titular de Ciências Económicas, Diretor da Escola Doutorante das Ciências do Homem e Sociedade na Universidade Gaston Berger, Saint-Louis, Foi nomeado membro intuitu personæ do Comité, a contar do 1 de junho de 2015;

- O Senhor Kossi ASSIMAÏDOU, antigo Administrador do FMI, representando o Grupo África II, nomeado membro intuitu personæ do Comité, a partir do 1 junho de 2015; demitiu-se a 3 de julho de 2015, em virtude da sua nomeação ao cargo de Ministro junto do Ministro de Estado, Ministro da Economia e Finanças, encarregue da Planificação do Desenvolvimento da República do Togo.

Durante o ano 2015, o Comité da Política Monetário do BCEAO realizou quatro (04) reuniões ordinárias, sob a presidência do Senhor Tiémoko Meyliet KONE, Governador do Banco Central, o seu Presidente estatutário, respectivamente aos 4 de março, 03 de junho, 09 de setembro e 02 de dezembro na Sede do BCEAO em Dakar.

Durante a sua sessão de 4 de março de 2015, o Comité procedeu à análise dos fatores de risco que podem influir sobre as perspetivas da União, a médio prazo, em matéria de estabilidade dos preços e de crescimento económico.

No plano internacional, o Comité ressaltou a persistência da fragilidade da recuperação económica na maioria dos países industrializados e o abrandamento do crescimento nos principais países emergentes. Segundo as perspetivas económicas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a taxa de crescimento da economia mundial para 2014 estima-se em 3,3%, ou seja um nível idêntico ao de 2013. O Comité sublinhou igualmente a tendência baixista dos preços mundiais da maioria das matérias-primas, incluindo as exportadas pelos países da União.

Analisando a situação interna da União, o Comité observou igualmente que no quarto trimestre de 2014, manteve-se uma constante atividade económica. Durante o ano 2014, o Produto Interno Bruto da União progrediu de 6,6% contra 5,9% em 2013. Este desempenho económico atribuiu-se à consolidação da produção agrícola, ao bom comportamento do setor industrial e dos serviços mercantis, graças nomeadamente ao dinamismo do setor “Construção Civil e Obras Públicas”.

A União registou uma taxa de inflação de 0,3% em variação anual em finais de dezembro de 2014. Esta evolução é ligada ao encarecimento dos serviços de distribuição de água e eletricidade em alguns países da União, atenuado pela baixa dos preços dos produtos alimentares. No horizonte de 24 meses, prevê-se uma taxa de inflação, em variação anual, de 1,7%, de acordo com o objetivo de estabilidade dos preços prosseguido pelo Banco Central. Os riscos ascendentes e descendentes para as projeções são tidos equilibrados.

No que diz respeito às condições monetárias, o Comité ressaltou uma acalmia das taxas no compartimento de uma semana do mercado interbancário, em que a taxa média ponderada se estabeleceu em 3,35% no quarto trimestre depois de ter atingido 3,43% no terceiro trimestre de 2014.

No termo destas análises, o Comité de Política Monetária decidiu manter inalterada a taxa de juro mínima de submissão nas operações de concursos públicos de injeção de liquidez e a taxa de juro do balcão da cedência de liquidez respectivamente em 2,50% e 3,50%, níveis vigentes desde a 16 de setembro de 2013. O coeficiente das reservas obrigatórias aplicável aos bancos da União continua no seu nível de 5% em vigor desde 16 de março de 2012.

Durante a sua sessão de 3 de junho de 2015, o Comité ressaltou, no plano internacional, que se prosseguiu a consolidação da recuperação económica no primeiro trimestre de 2015 num ritmo moderado, sob o efeito contrastado do bom comportamento da atividade em alguns países avançados e do abrandamento do crescimento nos principais países emergentes. De acordo com as recentes previsões do Fundo Monetário Internacional, as perspetivas económicas mundiais do ano de 2015 devem fixar-se em 3,5% contra 3,4% em 2014. O Comité sublinhou igualmente que a tendência baixista dos preços mundiais de algumas matérias-primas não mais se sentiu a partir de janeiro de 2015. Pelo contrário, os preços mundiais do petróleo, afetados pela abundância da oferta, tiveram baixa no primeiro trimestre de 2015.

Analisando a situação económica da União, os membros do Comité ressaltaram a progressão do Produto Interno Bruto no primeiro trimestre de 2015, num ritmo de 6,2%, apoiado nomeadamente pela vitalidade do setor de serviços. Prevê-se um reforço da tendência. Assim, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto da União é previsto para 6,7% para o ano 2015, contra 6,5% em 2014, sob o efeito do bom comportamento da atividade no setor industrial e nos serviços .

Relativamente aos preços, o Comité constatou uma ligeira alta no ritmo da sua evolução. Em variação anual, a taxa de inflação da União passou de 0,3% em finais de dezembro de 2014 para 0,5% em finais de março de 2015, em virtude do encarecimento dos produtos alimentares, dos materiais de construção e dos serviços ligados ao alojamento em alguns países. No horizonte de 24 meses, prevê-se uma taxa de inflação, em variação anual, de 1,8%, de acordo com o objetivo de estabilidade dos preços a médio prazo prosseguido pelo Banco Central. Por outro lado, o Comité julgou equilibrados os riscos ascendentes e os riscos descendentes para estas projeções.

O Comité sublinhou que as condições monetárias atenuaram-se ligeiramente na União durante o primeiro trimestre de 2015, depois da apreciação da taxa de juro no compartimento de uma semana do mercado interbancário reduzida pela desvalorização da taxa de câmbio efetiva real.

Analisando a situação das finanças públicas, o Comité sublinhou a persistência dos défices públicos a níveis elevados, em ligação com a importância dos investimentos nas infraestruturas em curso na maioria dos Estados. Os membros do Comité de Política monetária recomendaram, neste aspecto, um reequilíbrio das finanças pública a médio prazo, em conformidade com as disposições do pacto de convergência, de estabilidade, de crescimento e de solidariedade adotado na União em janeiro de 2015.

No termo das análises, o Comité de Política Monetária decidiu manter inalterada a taxa de juro mínima de submissão nas operações de concursos públicos de injeção de liquidez e a taxa de juro do balcão da cedência de liquidez respetivamente em 2,50% e 3,50%, níveis vigentes desde a 16 de setembro de 2013. O coeficiente das reservas obrigatórias aplicável aos bancos da União continua no seu nível de 5%, níveis em vigor desde 16 de março de 2012.

Durante a sua sessão de 9 de setembro de 2015, o Comité ressaltou, no plano internacional, que a economia mundial continuou marcada pela fraqueza da retoma da atividade nos países avançados e pela persistência do abrandamento do crescimento nos principais países emergentes. Neste contexto, as previsões macroeconómicas divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em julho de 2015, situam a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial em 3,3% em 2015 contra 3,4% em 2014. O Comité salientou igualmente a evolução contrastada dos preços mundiais das matérias-primas no segundo trimestre de 2015. Observou, nomeadamente que os preços mundiais do crude, que se inscreviam numa tendência baixista desde 2014, registaram uma ligeira alta no segundo trimestre de 2015 antes de registar durante o mês de agosto um recuo, em relação com os receios de um abrandamento importante do crescimento chinês e do seu impacto sobre a economia mundial. A evolução dos preços das matérias-primas exportadas pela União ficou marcada, sobretudo, pela alta dos preços do cacau, do algodão, da castanha de caju e da borracha e o recuo dos preços do café, do ouro bem como dos óleos de palme e palmiste.

Analisando a situação económica da União, os membros do Comité ressaltaram a progressão do Produto Interno Bruto no segundo trimestre de 2015, num ritmo de 6,9%, depois de 6,0% no primeiro trimestre de 2015, apoiada nomeadamente pela vitalidade do setor secundário e o bom comportamento das atividades nos setores primário e dos serviços. Para o resto do ano 2015, prevê-se o reforço dessa tendência. Nestas condições, espera-se uma taxa de crescimento do PIB da União de 6,7% em 2015 depois de 6,5% em 2014.

Relativamente aos preços ao consumidor, o Comité constatou uma ligeira alta no ritmo da sua evolução. Em variação anual, a taxa de inflação da União passou de 0,5% em finais de março para 1,5% em finais de junho de 2015, devido nomeadamente ao encarecimento dos produtos alimentares, consecutivo ao recuo da produção cerealífera da campanha 2014/2015 em alguns países da União. No horizonte de 24 meses, prevê-se uma taxa de inflação, em variação anual, de 2,1%, nível compatível com o objetivo de estabilidade dos preços a médio prazo prosseguido pelo Banco Central.

O Comité ressaltou que as condições no mercado monetário continuaram quase inalteradas de um trimestre para outro, com uma taxa média ponderada das operações semanais de injeção de liquidez fixado em 2,56% em finais de junho de 2015. De outro modo, a taxa interbancária de uma semana inscreveu-se em alta para estabelecer-se em 4,08% no segundo trimestre de 2015 contra 3,53% no trimestre anterior.

Analisando a situação das finanças públicas, o Comité sublinhou a deterioração do saldo orçamental base compromissos, incluindo donativos, dos Estados membros da União em relação ao nível registado no mesmo período do ano 2014. Esta agravação do défice orçamental é atribuída tanto ao aumento das despesas correntes como ao aumento dos investimentos públicos nas infraestruturas. Os membros do Comité de Política monetária recomendaram, neste aspecto, aos Estados que prossigam com os esforços visando a melhoria das receitas públicas e da racionalização das despesas.

No termo destas análises, o Comité de Política Monetária decidiu manter inalterada a taxa de juro mínima de submissão nas operações de concursos públicos de injeção de liquidez e a taxa de juro do balcão da cedência de liquidez respectivamente em 2,50% e 3,50%, níveis vigentes desde a 16 de setembro de 2013. O coeficiente das reservas obrigatórias aplicável aos bancos da União continua no mesmo nível de 5% em vigor desde 16 de março de 2012.

Durante a sua sessão de 2 de dezembro de 2015, o Comité apreciou os fatores de risco que podem influir sobre as perspetivas da União a médio prazo em matéria de estabilidade dos preços e de crescimento económico.

No plano internacional, o Comité salientou a persistência da fragilidade da recuperação económica na maioria dos países industrializados e o abrandamento contínuo do crescimento nos principais países emergentes. O Comité sublinhou que esta perspetiva continuará a influenciar os preços mundiais da maioria das matérias-primas, incluindo as exportadas pelos países da União. Os preços mundiais do crude, do algodão, da borracha, do óleo de palma, do óleo de palmista, do café e do ouro, prosseguiram, durante o terceiro trimestre 2015, a sua tendência baixista. De outro modo, os preços de outras matérias primas exportadas pela União registaram uma alta. Trata-se nomeadamente do cacau e da castanha de caju, em virtude da estabilidade da procura mundial destes produtos.

Analisando a situação interna da União, o Comité observou que no terceiro trimestre de 2015, manteve-se uma constante atividade económica, em ligação com a vitalidade do setor secundário e o bom comportamento dos setores primários e terciário. A taxa de crescimento situou-se em 7,0% depois de 7,1% registado no segundo trimestre de 2015. Durante o ano 2015, a progressão do Produto Interno Bruto da União fixar-se-á em 6,6% em 2015, idêntica à observada em 2014.

Analisando a situação das finanças públicas dos Estados membros da União, o Comité sublinhou a deterioração do saldo orçamental, base compromissos, incluindo donativos, em relação ao nível registado no mesmo período do ano 2014. Esta agravação do défice orçamental é atribuída ao aumento das despesas públicas, devido nomeadamente à prossecução dos investimentos nas infraestruturas. Os membros do Comité de Política monetária recomendaram, neste aspecto, aos Estados que prossigam com os esforços visando a melhoria das receitas públicas e da racionalização das despesas, para restaurar o défice orçamental a um nível abaixo de 3,0% no horizonte 2019, em conformidade com as novas normas do pacto de convergência, de estabilidade, de crescimento e de solidariedade.

Relativamente aos preços ao consumidor, a União registou uma taxa de inflação de 1,5% em variação anual em finais de setembro de 2015. Esta evolução é principalmente explicada pelo aumento dos preços dos produtos alimentares. No horizonte de 24 meses, prevê-se uma taxa de inflação, em variação anual de 2,0%, de acordo com o objetivo de estabilidade dos preços prosseguido pelo Banco Central.

No que diz respeito às condições monetárias, o Comité ressaltou uma descontração das taxas no compartimento à uma semana do mercado interbancário em que a taxa média ponderada se estabeleceu em 4,35% no terceiro trimestre de 2015, depois de ter atingido 4,63% no trimestre precedente. A taxa média ponderada das operações semanais de injeção de liquidez também se situou em 2,55% no terceiro trimestre de 2015, um recuo de 0,9 ponto base em relação ao trimestre anterior.

No termo destas análises, o Comité de Política Monetária decidiu manter inalterada a taxa de juro mínima de submissão nas operações de injeção de liquidez e a taxa de juro do balcão da cedência de liquidez respectivamente em 2,50% e 3,50%, níveis vigentes desde a 16 de setembro de 2013. O coeficiente das reservas obrigatórias aplicável aos bancos da União continua no seu nível de 5% em vigor desde 16 de março de 2012.

5.1.4 - Conselho de Administração do BCEAO

Em 2015, o Conselho de Administração do BCEAO realizou duas (02) sessões ordinárias, respetivamente a 23 de março de 2015 na Sede do BCEAO em Dakar e a 15 de dezembro de 2015 na Agência Principal do BCEAO em Niamey sob a presidência do Senhor Tiémoko Meyliet KONE, Governador do Banque Central, o seu Presidente estatutário.

Realizou igualmente uma sessão extraordinária a 18 de junho de 2015, na Sede do BCEAO em Dakar. Durante o exercício em análise, a composição do Conselho registou as seguintes modificações:

- **para a República do Benin**, o Senhor Job OLOU, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública, foi nomeado Administrador do BCEAO, a partir de 23 de janeiro de 2015, em substituição da Senhora Fatima SEKOU MADOUGOU;
- **para o Burkina Faso**, o Senhor Naby Abraham OUATTARA, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública, foi nomeado Administrador do BCEAO, a contar de 21 de janeiro de 2015, em substituição do Senhor Moumounou GNANKAMBARY;
- **para a República do Senegal**, o Senhor Adama Racine SOW, Tesoureiro Geral, Agente Contabilístico Central da Direção Geral da Contabilidade Pública e do Tesouro, foi nomeado Administrador do BCEAO, a partir de 20 de maio de 2015, em substituição do Senhor Daouda SEMBENE;

- **para a República da França**, o Senhor Cyril ROUSSEAU, Diretor adjunto dos Assuntos Financeiros Multilaterais e do Desenvolvimento na Direção-Geral do Tesouro, foi nomeado Administrador do BCEAO, a partir de 24 de novembro de 2015, em substituição do Senhor Yves CHARPENTIER.

Durante a sua sessão ordinária de 23 de março de 2015, o Conselho analisou nomeadamente as contas do BCEAO a 31 de dezembro de 2014. Foi informado dos relatórios dos Auditores Gerais do BCEAO, relativos ao ano económico 2014.

Por outro lado, o Conselho foi informado dos trabalhos do Comité de Auditoria do BCEAO, que se reuniu a 20 de março de 2015, nas instalações da Sede, com o objetivo, nomeadamente de analisar as contas e os estados financeiros da Instituição.

Nesta base e no termo das suas discussões, o Conselho de Administração encerrou as contas do BCEAO a 31 de dezembro de 2014. Neste aspecto, saudou o Banco Central pelos resultados obtidos num contexto económico e financeiro difícil. Por conseguinte, decidiu submetê-los à próxima sessão ordinária do Conselho de Ministros da União.

Durante a sua sessão ordinária de 15 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração analisou e adotou o orçamento do Instituto de emissão para o ano fiscal 2016. Autorizou a participação do BCEAO no capital da “empresa AFRICA50” em torno de 5 milhões de dólares americanos.

O Conselho de Administração procedeu, por outro lado, a aplicação do Artigo 89 dos Estatutos do BCEAO, relativo à nomeação dos membros do Comité de Auditoria do BCEAO para os anos 2016 e 2017.

Por outro lado, o Conselho foi informado da evolução do processo de saída do Banco Central no capital social dos bancos estabelecidos na União Monetária Oeste Africana.

Por fim, o Conselho de Administração tomou nota da planificação das missões de auditoria interna para o ano 2016 bem como do programa de trabalho do Comité de Auditoria do BCEAO para o mesmo ano, em conformidade com as conclusões dos trabalhos do referido Comité que se reuniu a 14 de dezembro de 2015 em Niamey.

Durante a sua sessão extraordinária de 18 de junho de 2015, o Conselho procedeu à análise do dossiê de designação do Auditor Geral e dos Auditores Nacionais do BCEAO para os anos fiscais 2015, 2016 e 2017.

5.1.5 - Comité de Auditoria do BCEAO

Durante o exercício em análise, a composição do Comité de Auditoria registou as seguintes modificações:

- **para a República do Senegal**, o Senhor Adama Racine SOW, Tesoureiro Geral, Agente Contabilístico Central da Direção Geral da Contabilidade Pública e do Tesouro, foi nomeado membro do Comité de Auditoria do BCEAO, a partir de 20 de maio de 2015, em substituição do Senhor Daouda SEMBENE, Diretor-Geral da Contabilidade Pública e do Tesouro.

O Comité de Auditoria do BCEAO realizou duas (2) reuniões ordinárias, respectivamente a 20 de março de 2015, nas instalações da Sede do BCEAO em Dakar e a 14 de dezembro de 2015, nos locais da Agência Principal do BCEAO em Niamey, sob a presidência da Senhor Taher HASSANE, o seu Presidente Estatutário.

Realizou igualmente uma sessão extraordinária a 18 de junho de 2015, nas instalações da Sede do BCEAO em Dakar.

Durante a sua sessão de 20 de março de 2015, o Comité procedeu à análise das contas e dos mapas financeiros da Instituição.

Durante a sua sessão extraordinária de 18 de junho de 2015, o Conselho procedeu à análise do dossiê de designação do Auditor Geral e dos Auditores Nacionais do BCEAO para os anos fiscais 2015, 2016 e 2017.

Durante a sua sessão de 14 de dezembro de 2015, o Comité procedeu à validação da planificação de missões de auditoria interna para o ano 2016 bem como do programa de trabalhos do referido Comité para o mesmo ano.

5.2 - ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

5.2.1 - Gestão dos recursos humanos

5.2.1.1 - Efetivo

A 31 de dezembro de 2015, o efetivo global do pessoal do Banco Central, incluindo todos as categorias de agentes, estabeleceu-se em 3.545 agentes contra 3.571 agentes em finais de dezembro de 2014. Este efetivo é composto de 3.497 agentes em atividade nos sítios do BCEAO e 48 agentes em comissão de serviço junto da Administração Central, local ou outras entidades da administração pública.

O efetivo em atividade, repartido entre a Sede, as oito (8) Agências Principais, as doze (12) Agências Auxiliares, as Representações e o Secretariado Geral da Comissão Bancária da UMOA e da Representação do Governador junto à Comissão da UEMOA, baixou de 26 pessoas, uma redução de 0,73% em relação ao seu nível a 31 de dezembro de 2014.

Com um efetivo de 1.140 agentes, dos quais 93 membros da Direção e Diretores, o pessoal quadro representa 32,6% dos efectivos em atividade. Este número registou uma baixa de 3 agentes desde a 31 de dezembro de 2014.

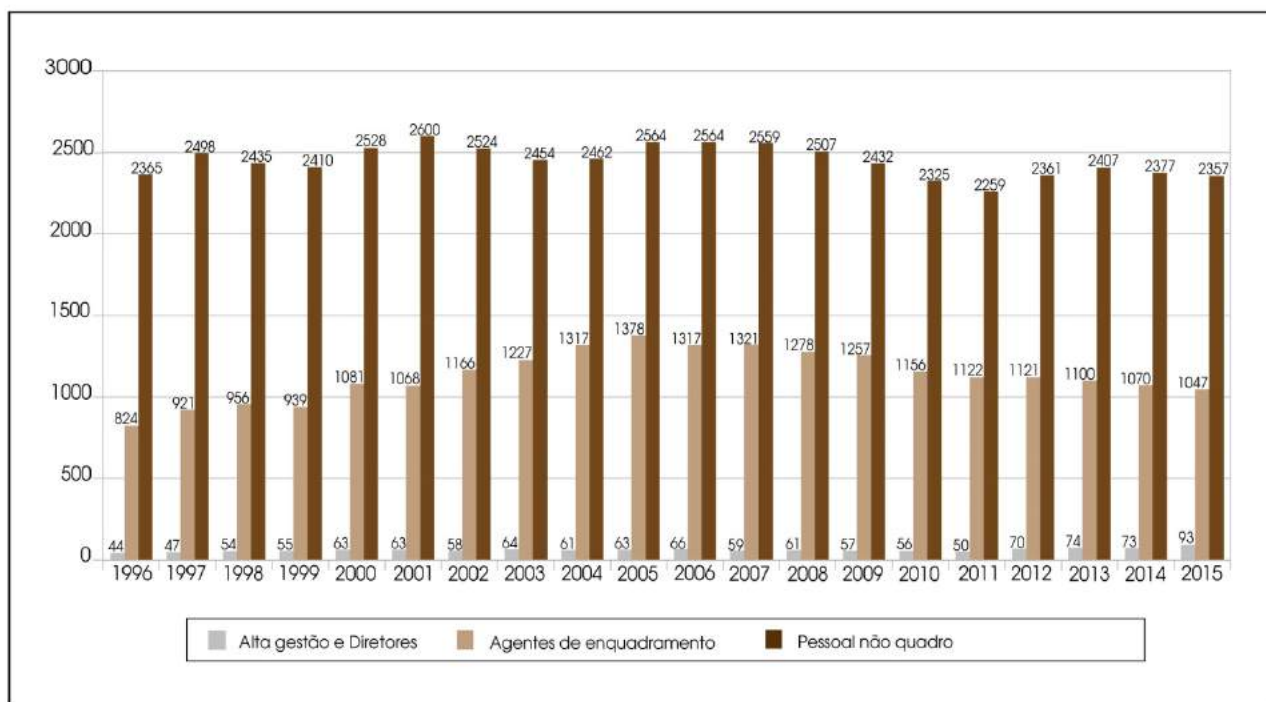
O Pessoal Administrativo e Técnico representa 67,4% do efetivo em atividade a 31 de dezembro de 2015. O efetivo deste corpo registou uma redução de 20 pessoas em relação ao de 31 de dezembro do ano precedente.

Por sítio, o efetivo do pessoal em atividade a 31 de dezembro de 2015 reparte-se do modo seguinte:

- Sede: 700 agentes;
- Direções Nacionais (Agências Principais e Auxiliares): 2.664 agentes;
- Representação do Banco Central junto das Instituições Europeias de Cooperação: 4 agentes;
- Representação do Governador junto da Comissão da UEMOA: 9 agentes;
- Secretariado Geral da Comissão Bancária da UMOA: 120 agentes;

Relativamente à repartição por género do efetivo total do BCEAO a 31 de dezembro de 2015, convém salientar que o numero do pessoal masculino cifra-se em 2.179 agentes e representa 61,47%, enquanto o pessoal feminino conta 1.366 agentes, representando 38,53% do total dos efectivos.

Gráfico 7: evolução dos efetivos do BCEAO de 1996 a 2015



Fonte: BCEAO.

5.2.1.2 - Formação

Durante o exercício 2015, a implementação do programa de atividade do COFEB traduziu-se pela realização de ações de formação a favor, por um lado, do pessoal do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) e, por outro lado, dos agentes das Administrações económicas e financeiras, das Instituições de crédito da UEMOA bem como dos bancos centrais parceiros.

Para as atividades específicas, convém sublinhar o lançamento do projeto de formação em língua inglesa destinada aos agentes, de todos os sítios, com a organização de testes de nível que decorreu nos periodos de 23 a 26 de novembro e aos 8 e 9 dezembro de 2015. No total, de um efetivo de oitocentos e trinta e quatro (834) inscritos, participaram seiscentos e quarenta e cinco (645), ou seja uma taxa de participação de 77,3%.

Por outro lado, formações de alto nível, foram realizadas, em colaboração com a Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris (HEC-Paris) e a Agência de Transferência de Tecnologia Financeira (ATTF) de Luxemburgo, à favor da Alta Direcção do BCEAO e da faixa dirigente das instituições de crédito da União.

No âmbito da formação permanente à favor dos agentes do BCEAO, varias ações de formação foram realizadas pelo COFEB em sistema de videoconferência e em presencial, nomeadamente, sobre temáticas relativas principalmente às profissões do Banco Central. Do mesmo modo, a nível das Direções Nacionais, foram realizados seminários descentralizados relativos nomeadamente à segurança contra incêndios, ao socorrismo, gestão da reforma, secretariado e informatica a nível de utilizador .

Por outro lado, três (3) seminários relativos ao controlo dos sistemas de informação dos bancos, à gestão dos riscos no seio das instituições de crédito, bem como à supervisão das operações da monetária foram levadas à cabo pelo Secretariado Geral da Comissão Bancária da UMOA. Por outro lado, uma parte da formação do pessoal realizou-se sob a forma de estágios e missões de informações organizados por outras instituições ou organismos de formação.

No total, o Centro registou três mil setecentas e vinte e nove (3.729) participações em acções de formação, das quais mil trinta e duas (1.032) representadas pelo género feminino, ou seja 28% do total. A repartição global por tipo de formação apresenta-se como segue:

- Quatrocentos oitenta e duas (482) participações em trinta e duas (32) sessões de formação realizadas em presencial na Sede;
- dois mil duzentos e sessenta e oito (2.268) participações em trinta e uma (31) sessões de formação organizadas por videoconferência;
- oitocentos e quarenta e cinco (845) participações em vinte e oito (28) acções de formação descentralizadas nos diversos sitios do Banco;
- cento e vinte e três (123) participações em sessenta e dois (62) estágios e estadias de informação organizados junto dos parceiros e organismos de formação estrangeiros;
- onze (11) participações em seminários organizados conjuntamente com HEC-Paris, AFRITAC do Oeste e o Instituto do FMI.

As ações a favor dos agentes das Administrações económicas e financeiras e das instituições de crédito reportam-se às formações diplomantes do COFEB, as formações de reforço de capacidades e de aptidões de curta duração destinadas aos agentes das Instituições de crédito e o programa de reforço das capacidades realizadas conjuntamente entre o BCEAO/BEAC/BCC⁴. As sessões de formação organizadas pelo Centro, neste quadro, contaram com a participação de trezentos e sessenta e dois (362) agentes das instituições de crédito, das administrações públicas da União e dos bancos centrais parceiros, dos quais, oitenta e uma (81) do género feminino, ou seja uma taxa de representatividade de 22%.

Para a formação diplomante do COFEB, a sua 37^a promoção, composta de trinta e um (31) auditores, oriundos dos Estados membros da UEMOA, beneficiou duma formação teórica no periodo de 5 de novembro de 2014 a 29 de julho de 2015 seguida de estágios práticos entre 17 de agosto e 20 de novembro de 2015. Para a 38^a promoção, os ensinios teóricos iniciaram-se a 3 de novembro de 2015 agrupou quarenta e cinco (45) auditores dos quais trinta e sete (37) são cidadãos dos Estados membros da UEMOA, cinco (5) provenientes do Banco Central da República da Guiné (BCRG), dois (2) do Banco Central do Congo (BCG) e um (1) do Banco da República do Burundi (BRB).

4. Banco Central dos Comores

Para as formações de capacitação e reforço de aptidões de curta duração, as atividades decorreram num contexto de maior abertura, em que o Centro se organiza de forma a dar satisfação às necessidades em formação manifestadas pelas instituições de crédito. Os beneficiários deste tipo de ações de formação repartem-se como segue:

- cento e vinte e quatro (124) participantes para as cinco (5) sessões de formação realizadas em parceria com a Agência de Transferência de Tecnologia Financeira (ATTF) do Luxemburgo. Estas formações, animadas por peritos desta estrutura incidiam sobre as temáticas seguintes:

- *“Governança e conformidade de uma instituição de crédito”*, em duas (2) sessões realizadas em Dakar e Cotonou, respetivamente de 23 a 27 de fevereiro e de 2 a 6 de março de 2015;

- *“Financiamento das PME, do plano de negócios para o crédito bancário”*, em duas (2) sessões realizadas em Dakar e Lomé, respetivamente de 26 a 30 de outubro e de 16 a 20 de novembro de 2015;

- *“Princípios fundamentais da gestão dos riscos bancários”*, em sessão única, de 2 a 6 de novembro de 2015 em Dakar;

- cinquenta e um (51) responsáveis de instituições de crédito, dos quais vinte e dois (22) para a sessão de encerramento do Percurso de Gestão Geral Plus (PMG + 2014), realizada em Dakar de 23 a 26 de junho de 2015, receberam os seus atestados do Ciclo de Estudos Superiores dos Negócios (CESA). Por outro lado, vinte e nove (29) participantes assistiram nas duas (2) sessões da terceira edição do PMG, que reuniu os módulos 1 a 5, realizadas respetivamente, de 21 a 24 de julho e de 15 a 22 de setembro de 2015 em Dakar;

- sessenta e dois (62) participantes para a formação sobre os sistemas e meios de pagamento, realizada pelo BCEAO, de 23 a 26 de novembro de 2015 em Dakar, e animada por cinco (5) agentes da Direção dos Sistemas e Meios de Pagamento;

- cinquenta e dois participantes para duas (2) ações de formação relativas à “Vigilância macroprudencial, riscos sistémicos e estabilidade financeira” e aos “Aspectos económicos da integração regional”, realizadas conjuntamente pelo COFEB, AFRITAC do Oeste e o Instituto do FMI, respetivamente de 1 a 5 de junho e de 7 a 18 de dezembro de 2015;

- vinte e oito (28) participantes para o Seminário inaugural do Programa regional BCEAO/BEAC/BCC de reforço das capacidades, relativo ao “Financiamento das economias dos países da Zona Franco”, que decorreu de 8 a 10 de junho de 2015 em Douala (Camarões).

No âmbito do reforço da cooperação e da parceria estrangeiras, as atividades do COFEB abrangeram o lançamento do Programa Regional BCEAO/BEAC/BCC de reforço das capacidades e a prossecução de parcerias a fim de alargar a rede de parceria com os centros de formação e universidades de excelência.

Relativamente ao Programa Regional BCEAO/BEAC/BCC de reforço das capacidades, uma reunião do Comité de Gestão, realizada a 27 de fevereiro de 2015 em Dakar, permitiu analisar o plano de gestão e adotar um projeto de programa de atividades para o ano 2015. No termo do seminário inaugural, um ateliê de formação foi organizado a favor dos pontos focais do Programa, de 11 a 13 de junho de 2015 em Douala. Por outro lado, no âmbito da criação duma célula encarregue da formação no seio do Banco Central dos Comores, uma missão de assistência jurídica BCEAO/BEAC deslocou-se a Moroni de 20 a 24 de julho de 2015.

O COFEB prosseguiu o intercâmbio, com vista a alargar e reforçar a cooperação com os institutos de formação e universidades. Neste sentido, foi estabelecida uma lista de profissões especializadas do BCEAO não cobertos pelas parcerias atuais do COFEB bem como um relatório de universidades e centros de formação especializados de renome suscetíveis de satisfazer as necessidades de formação nestas áreas. Foi elaborado um projeto de termos de referência para a conclusão das convenções de parceria. Por outro lado, a Direção do COFEB organizou uma sessão de trabalho com o Diretor África de HEC-Paris, a 27 de março de 2015, com vista a concluírem conjuntamente o programa de formação para o ano 2015.

Além disso, O Diretor da formação de Quadros internacional de HEC-Montréal efetuou uma visita de trabalho junto do COFEB, a 3 de abril de 2015, no âmbito de um projeto de parceria que foi oficializado através da assinatura de um Protocolo de cooperação, a 30 de novembro de 2015.

As atividades no quadro do reforço da cooperação e da parceria internacional abrangeram também as relações com o Centro Africano de Estudos Superiores em Gestão (CESAG). Neste sentido, o COFEB participou na preparação e inscrição dos dossiês relativos a 30ª e 31ª reuniões ordinárias do Conselho de Administração do CESAG, realizadas respetivamente a 23 de julho de 2015 e a 11 de dezembro de 2015 em Dakar. O Centro participou igualmente nas reuniões do Comité de orientação e do Comité Executivo do Programa Master em Banca e Finanças realizadas a 8 de dezembro de 2015.

5.2.2 - Património imobiliário

Prosseguiram-se os trabalhos de reconstrução dos imóveis das Agências Auxiliares de Bouaké, Korhogo e Man.

Por outro lado, foram iniciados estudos com vista a reabilitar e ampliar os imóveis das Agências Auxiliares de Bobo Dioulasso no Burkina, de Maradi e Zinder no Níger e de Kaolack no Senegal.

5.2.3 - Sistema de informação e de comunicação

Durante o exercício 2015, o Banco Central prosseguiu as ações visando reforçar a segurança e a disponibilidade do seu sistema de informação. É assim que as capacidades do sistema de videoconferência do Banco foram reforçadas e o serviço alargado às ligações estrangeiras. Prosseguiram os projetos de melhoria dos dispositivos de segurança das redes do Banco e as conexões de socorro das Agências Principais e estão a ser concluídos. Por outro lado, arrancaram os trabalhos que visam a formalização e operacionalização do Plano de Socorros Informático.

Relativamente à governação do sistema de informação, o BCEAO prosseguiu as iniciativas para se conformar às normas PCI DSS (Payment Card Industry Data Security) de segurança da indústria de cartões de pagamento e ao referencial ITIL (Information Technology Infrastructure Library) ajustadas às melhores práticas de gestão dos serviços informáticos. Por outro lado, iniciaram-se os trabalhos com vista a alinhar a governação e a gestão do sistema de informação do Banco com o referencial Control Objectives for Information and related Technology) referência das melhores práticas na matéria.

5.2.4 - Dispositivo de gestão dos riscos e atividades de controlo

As ações levadas a cabo durante o ano 2015 à luz do dispositivo de gestão dos riscos e das atividades de controlo inscreveram-se no prolongamento do seu alinhamento com os padrões internacionais. Estas ações envolveram nomeadamente a atualização da cartografia dos riscos e dos instrumentos de gestão da continuidade de atividade bem como a elaboração de referenciais de segurança dos sistemas de informação. As diferentes atividades de controlo (controlo das operações, missões de auditoria interna e trabalhos de controlo externo) foram regularmente efetuadas a nível das estruturas do Banco.

Os trabalhos relativos à atualização anual da **cartografia dos riscos** foram realizados em 2015 em todos os sítios do Banco. Sessões de acompanhamento das estruturas da Sede e dos sítios foram igualmente realizadas para o efeito. Estes trabalhos permitiram melhorar e completar os resultados da precedente campanha.

A luz da **gestão de continuidade de atividade**, as diligências implementadas no âmbito da conservação do Plano de Continuidade de Atividade (PCA) permitiram atualizar os instrumentos de gestão de crise e de continuidade de atividades de cada estrutura do Banco. Uma missão de esteve na Direção Nacional do BCEAO para o Níger, em outubro de 2015, com vista ao desdobramento do PCA. Por outro lado, os cenários de choques extremos adicionais visados foram definidos e dois testes operacionais do Plano de Continuidade Informático (PCI) foram realizados em novembro de 2015 num sítio de alta disponibilidade e num sítio de socorros.

A nível da **segurança dos sistemas de informação**, foi criado um quadro de seguimento da segurança dos sistemas de informação e procedeu-se à integração sistemática da segurança nos projetos informáticos. Do mesmo modo, foram elaborados procedimentos relativos à administração dos sistemas de informação, as diretivas de classificação dos ativos de informação, ao quadro de gestão dos incidentes de segurança dos sistemas de informação bem como os referenciais relativos à segurança dos equipamentos móveis e à gestão dos acessos aos sistemas de informação.

As diligências relativas às **atividades de controlo das operações** abrangeram a verificação da conformidade das operações e o seguimento da implementação das recomendações dos diferentes corpos de controlo.

O reforço das competências dos atores do controlo traduziu-se pela organização de dois seminários animados por consultores do Instituto Francês de Auditoria e Controlo Internos (IFACI). O primeiro seminário, que incidiu sobre a tomada em consideração do controlo interno nos processos informatizados, reuniu agentes da Direção dos Sistemas de Informação e da Direção da Prevenção dos Riscos. O segundo relativo ao controlo interno e à deteção de fraudes e destinado aos Controladores das Operações, decorreu em três sessões: em setembro, outubro e dezembro de 2015.

Por outro lado, procedeu-se à revisão do quadro de *reporting* dos resultados do controlo das operações de apoio de um novo esboço de redação do relatório mensal, disponibilizado às estruturas operacionais e cuja vigência foi prevista a 1 de janeiro de 2016.

Finalmente, as revistas trimestrais de cumprimento das regras promulgadas em matéria de investimento das reservas de câmbio do BCEAO foram regularmente elaboradas e dirigidas ao Comité de Orientação e de Controlo da Gestão das Reservas de Câmbio (COSGRC).

Relativamente à auditoria interna, as atividades levadas a cabo em 2015 envolveram a execução do programa anual dos controlos e a consolidação da eficiência da auditoria interna do Banco.

Os controlos realizados visaram dar uma garantia sobre a salvaguarda do património do Banco, a eficiência e eficácia das operações, a credibilidade das informações e a conformidade com as disposições vigentes. De uma forma global, a execução do programa anual 2015 traduziu-se pela realização de trinta e três (33) missões de auditoria das quais sete (7) auditorias de estruturas, dezoito (18) auditorias de processos, seis (6) auditorias temáticas e duas (2) auditorias dos sistemas de informação.

As auditorias de estruturas envolveram duas (2) Agências de uma Direção Nacional do BCEAO, três (3) Direções dos Serviços Centrais, uma (1) Representação do BCEAO e uma (1) estrutura administrativa que gere a monética regional. Estas auditorias incidiram sobre os aspectos ligados à concorrência, designadamente a gestão da ética, a pilotagem das atividades, a supervisão das operações e o controlo dos riscos, a comunicação e a gestão da qualidade.

As auditorias de processos efetuadas incidiram sobre as atividades fiduciárias e os sistemas de pagamento. Relativamente à atividades fiduciárias, dezassete (17) auditorias foram realizadas nas Agências das Direções Nacionais e tiveram como objetivo avaliar o desenvolvimento das atividades e das condições de tratamento das transações em numerário. Estas missões procederam igualmente à verificação de dinheiro em caixa e à destruição de notas retiradas da circulação. A auditoria do processo R8- Sistemas de pagamento permitiu avaliar, de modo transversal, a eficiência dos dispositivos de controlo interno e garantir o controlo dos riscos inerentes à exploração dos sistemas de pagamento no seio da UEMOA.

As investigações tiveram como quadro, as Direções dos Serviços Centrais do BCEAO, bancos e instituições de moeda eletrónica.

Noque diz respeito às auditorias temáticas, quatro (4) missões trimestrais de auditoria de conformidade das transferências foram efetuadas pela Direção das Operações de Mercado (DOM). Outras duas (2) auditorias foram realizadas sobre temas relativos à gestão dos recursos humanos e à segurança dos bens e das pessoas.

As auditorias dos sistemas de informação incidiram sobre as bases de dados geridas pela Direção das Estatísticas e sobre a gestão dos projetos informáticos da Direção dos Sistemas de Informação (DSI).

Relativamente ao reforço da eficiência da auditoria interna, diversas ações de formação dos auditores internos foram levadas a cabo durante o período em análise. Assim, em colaboração com o Centro Oeste Africano de Formação e de Estudos Bancários (COFEB), a Direção da Inspeção e das Auditorias (DIA) organizou, à favor de todos os auditores, um (1) seminário sobre o lema “Auditoria informática e utilização do instrumento informático na auditoria interna” e dois (2) seminários de preparação dos auditores às partes 1 e 2 do exame do CIA (Certified Internal Auditors). Os Auditores beneficiaram também de uma estadia de informação no seio das Direções de auditoria interna dos bancos centrais parceiros bem como de estágios de formação junto do Instituto Francês de Auditoria e do Controlo Internos (IFACI) e da Associação Francesa de Auditoria e do Conselho Informáticos (AFAI).

Por outro lado, a conformidade da auditoria interna com as normas internacionais prosseguiram em 2015 através da formalização e implementação de um programa de seguro e melhoria da qualidade (PAAQ, sigla em francês). Este programa visa garantir a conformidade da execução das atividades de auditoria internas com a definição da auditoria interna, as normas e o código de deontologia dos auditores internos. Ele inclui uma vigilância contínua bem como avaliações periódicas internas e externas das atividades. Em conformidade com o programa, a DIA procedeu durante o ano 2015 à auto-avaliação das atividades da auditoria interna.

Por outro lado, foi formalizado um sistema de notação para expressar a opinião de avaliação da auditoria com vista a melhorar a comunicação dos resultados das missões.

O seguimento dos trabalhos do **controlo externo** incidiu sobre a auditoria das contas do BCEAO para o ano fiscal 2014 pelos Auditores Gerais e Auditores Nacionais bem como sobre a revista anual da gestão das reservas de câmbio pelo Auditor da Conta de operações. Incidiu também sobre a implementação das recomendações da missão do FMI de avaliação da conservação do BCEAO.

Procedeu-se, durante o período em análise, à seleção de gabinetes de auditoria para o controlo externo das contas 2015, 2016 e 2017 do Banco.

Por fim, no âmbito do reforço de seguimento efetuado pelo Comité de Auditoria, nomeadamente dos trabalhos de auditoria interna e externa, os seus membros beneficiaram de uma sessão de formação animada por um Gabinete especializado, em novembro de 2015.

5.2.5 - Dispositivo do controlo de gestão

Durante o exercício 2015, as principais ações realizadas incidiram sobre os trabalhos de elaboração do Plano Estratégico 2016-2018 do BCEAO, a prossecução da implementação da pilotagem de estruturas e da contabilidade analítica de alguns processos do Sistema de Gestão da Qualidade (SMQ).

Para enfrentar melhor as incertezas e as rápidas mutações do seu ambiente de trabalho, o Banco Central baseia-se de há alguns anos a esta parte em planos estratégicos, sendo o último que cobriu o período 2011-2015, chegou a termo em finais de dezembro de 2015. O progresso das ações estratégicas definidas pelas Direções Gerais, para o exercício 2015, foram objetos de revisões periódicas pelo Governo do Banco.

Durante o exercício em análise, o Banco iniciou a elaboração do seu novo Plano Estratégico 2016-2018. Neste sentido, adotou, em 2015, uma nova metodologia de planificação estratégica caracterizada por uma grande implicação dos agentes, dos responsáveis de estruturas e da Direção. No termo dos trabalhos que decorreram de março a novembro de 2015, identificou-se os principais desafios que o Banco Central deverá enfrentar nos próximos dez anos. Estes desafios agrupam-se em torno de quatro linhas estratégicas.

• **Linha 1** abrange as seguintes implicações relativas à “Governança dos processo e dos riscos”:

- reforçar o posicionamento do BCEAO nos planos africano e internacional;
- preservar o equilíbrio financeiro do Banco;
- otimizar a organização e os modos de gestão para melhor responder aos futuros desafios;
- reforçar a resiliência do Banco face às situações de crise;
- manter as atividades de controlo dos riscos e de controlo a nível dos melhores padrões.

• **Linha 2** diz respeito aos seguintes desafios relativos à “estabilidade monetária, a inclusão financeira e o financiamento das economias”:

- consolidar a eficiência da política monetária;
- reforçar o conhecimento da dinâmica das economias da União;
- diversificar e aceder aos serviços financeiros visando um financiamento adequado das economias.

- **Linha 3** incide sobre a “estabilidade financeira”, com uma única implicação “a resiliência e solidez do sistema bancário e financeiro”.
- **Linha 4** focaliza-se sobre a problemática da “eficiência dos recursos”, através de aspectos relativos à “otimização e alinhamento do sistema de informação do BCEAO às normas, padrões e melhores práticas e “tratamento das missões e projetos do Banco pelos recursos humanos competentes”.

Para a satisfação de todos estes aspectos à luz do Plano Estratégico 2016-2018, foram identificados vinte e um (21) objetivos estratégicos e (50) objetivos operacionais. Definiu-se também os indicadores de realização destes objetivos, através dos projetos visados. Para cada projeto, a estrutura competente elaborou um plano de ação detalhado e identificou claramente a repartição da sua implementação no tempo e para cada ano do Plano Estratégico.

Estimou-se para cada estrutura, os meios adicionais requeridos para a realização dos objetivos do próximo Plano Estratégico. Considerou-se a sustentabilidade financeira do Plano com base num quadro orçamental plurianual que cobre o período 2016-2018.

Tratando-se do novo dispositivo de pilotagem, o ano 2015 foi marcado pela prossecução das ações iniciadas em 2012, 2013 e 2014 relativas à melhoria do sistema de pilotagem dos desempenhos das estruturas do Banco. Neste sentido, a realização regular de reuniões mensais de pilotagem de estruturas das Direções dos Serviços Centrais da Sede e da Agência Principal de Dakar, estendida em 2014 a todas as estruturas do Banco, instauradas em 2013 foi objeto de um seguimento regular.

Com efeito, foi realizada uma avaliação da implementação da metodologia de pilotagem com base na verificação da regularidade da realização de reuniões de pilotagem, bem como na conformidade dos documentos de pilotagem em relação às exigências da metodologia.

Na vertente da contabilidade analítica, os trabalhos iniciados em 2012, 2013 e 2014 em três processos pilotos prosseguiram-se e os resultados produzidos foram objeto de uma análise e elaboração do devido relatório. Uma melhoria das análises dos resultados preliminares, a partir da implementação da contabilidade analítica dos processos, levou a formular recomendações a seguir no seio dos Grupos de Melhoramento de Processos (GAP) implicados, através da elaboração de planos de ação.

5.2.6 - Sistema de gestão da qualidade do BCEAO

Em aplicação das disposições do processo de certificação ISO que prevê um ciclo trienal das auditorias por um organismo externo autorizado, depois de uma certificação em 2013 e da primeira auditoria de seguimento em 2014, o Banco Central submeteu o seu Sistema de Gestão Qualidade (SMQ), de 8 a 12 de junho de 2015, para uma segunda auditoria de avaliação.

Esta auditoria visava, por um lado, avaliar a capacidade do SMQ do BCEAO a satisfazer as exigências normativas e, por outro lado, a identificar as partes do SMQ suscetíveis de ser melhoradas. Determinou manter a certificação do SMQ do Banco, materializando a vontade do Instituto da emissão em evoluir através de uma abordagem progressiva e melhoria contínua.

Na perspetiva da renovação da sua certificação em 2016, o Banco Central elaborou, durante o ano 2015, uma nova política qualidade ao organizar a adaptação do seu SMQ com a versão 2015 da norma ISO 9001.

5.3 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

5.3.1 - Cooperação monetária e financeira

5.3.1.1 - Relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI)

Durante o ano 2015, seis (6) Estados membros da UEMOA, designadamente o Burkina, a Côte d'Ivoire, a Guiné-Bissau, o Mali, o Níger e o Senegal implementaram programas apoiados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Por sua vez, o Benin e o Togo prosseguiram as negociações com o Fundo para concluir um novo programa.

As operações efetuadas pelo Banco Central com o FMI, para a conta dos Estados membros da UMOA, saldaram-se, durante o ano 2015, pelas entradas líquidas de recursos de 62,3 milhões de DSE, contra 126,4 milhões de DSE um ano antes. O recuo resulta nomeadamente do efeito conjugado do crescimento acentuado dos reembolsos e da redução de desembolsos efectuados. Com efeito, os reembolsos cifraram-se em 108,1 milhões de DSE em 2015 contra 59,7 milhões de DSE no ano precedente, isto é, um aumento de 48,4 milhões de DSE. No que diz respeito aos desembolsos, esses tiveram uma queda de 4,5 milhões de DSE passando de 174,9 milhões de DSE em 2014 para 170,4 milhões de DSE em 2015. Por outro lado, nenhuma redução de dívida foi concedida aos Estados membros da União.

Para o ano 2015, ao contrário do ano 2014, ele foi marcado pelas reduções das dívidas a favor da Côte d'Ivoire num montante de 11,3 milhões de DSE (8,3 mil milhões FCFA).

Os encargos suportados pelo BCEAO em 2015, no quadro das operações com o FMI, cifraram-se em 0,4 milhão de DSE (350,7 milhões de FCFA), contra 0,8 milhão de DSE (578,4 milhões de FCFA) no ano precedente. Estes valores dizem respeito, exclusivamente, às comissões pagas pela utilização dos recursos gerais. Nenhum encargo de juro foi pago nesse período, devido à aplicação das medidas tomadas em julho de 2009 pelo FMI em reação à crise financeira mundial, relativa à anulação excepcional dos juros sobre os empréstimos consentidos pelo Fundo aos países de baixo rendimento.

A título da remuneração das suas posições credoras em 2015, o FMI pagou 0,4 milhão de DSE (332,6 mil milhões de FCFA) aos Estados membros da UMOA, contra 0,9 milhão de DSE (684,2 milhões de FCFA) no ano precedente.

A 31 de dezembro de 2015, o stock das aquisições de DSE cifrou-se em 700,0 milhões de DSE (584,4 mil milhões de FCFA), posição relativamente estável em relação ao nível alcançado em finais de dezembro de 2014.

5.3.1.2 - Relações com as outras instituições

Durante o ano 2015, o BCEAO participou na reunião dos Ministros das Finanças dos países da Zona franco, realizada a 2 de outubro em Paris. Os trabalhos da reunião decorreram em torno de dois temas, além da análise da situação de convergência na Zona. O primeiro tema incidiu sobre a integração dos mercados de capitais na Zona franco, e o segundo sobre a luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo. No quadro da elaboração do relatório sobre o primeiro tema, o BCEAO foi designado chefe do Grupo de trabalho encarregue de fazer o balanço da integração dos mercados de capitais na Zona Franco e propor pistas realistas de consolidação na matéria. O Grupo de trabalho foi constituído por bancos centrais, praças bolsistas e órgãos de regulação dos mercados de capitais dos países africanos da Zona franco. O relatório submetido pelo referido Grupo foi apresentado na reunião acima mencionada.

O BCEAO participou igualmente no 15º Fórum Económico Internacional sobre a África, promovido pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre o tema: “A África depois de 2015”, realizado a 9 de setembro de 2015 em Berlim, na Alemanha. Durante este fórum que se inscreveu no programa de uma série de reuniões sobre as mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável, foram abordados os seguintes sub-temas: (i) « Depois de 2015 : o programa de desenvolvimento da África », (ii) « Mudança climática e transformação da agricultura em África » et (iii) « O desenvolvimento territorial poderá ajudar a África a beneficiar do dividendo demográfico ? ».

Por outro lado, o Banco Central participou na 8ª reunião anual conjunta da Conferência de Ministros da Economia e Finanças da União Africana (CAMEF) e na Conferência de Ministros Africanos das Finanças, da Planificação e do Desenvolvimento Económico da Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CM-CEA) para o ano 2015, realizadas entre 30 e 31 de março de 2015 na Sede da CEA em Adis-Abeba, na Etiópia. O tema central desta sessão incidiu sobre : « Implementação da Agenda 2063 : planificação, mobilização e financiamento ao serviço do desenvolvimento da África ». No final da reunião, foi demonstrado que os progressos realizados pelos países africanos para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) foram apreciáveis, no entanto continuam insuficientes para conseguir um desenvolvimento equitativo e inclusivo em África. Por outro lado, os países africanos foram instados a explorar a cooperação Sul-Sul, para tirar proveito das oportunidades oferecidas pelas potências económicas emergentes.

5.3.2 - Integração económica e monetária

Em relação às obras relativas à consolidação do processo de integração económica na União, as Autoridades da União, no ano 2015 adotaram o novo Pacto de Convergência, de estabilidade, de crescimento e de solidariedade. Este texto, vigente desde a 19 de janeiro de 2015, caracteriza-se nomeadamente pela (i) redução do número de critérios de convergência, que passa de 8 a 5, dos quais 3 importantes, (ii) introdução do saldo orçamental global, donativos incluindo, em percentagem do PIB, como novo critério fundamental, em substituição do saldo orçamental de base, (iii) prorrogação no horizonte de convergência a 31 dezembro de 2019 e (iv) introdução da noção de "ponto crítico", que se traduz pela passagem da União em fase de estabilidade quando os três critérios de primeira ordem são cumpridos por pelo menos quatro países que representam no mínimo 65% do PIB nominal da União.

Por outro lado, convém assinalar a entrada em vigor, a 1 de janeiro de 2015, da Tarifa Externa Comum (TEC) da CEDEAO. A sua arquitetura abrange nomeadamente (i) direitos de carácter permanente que são o Direito aduaneiro, a taxa estatística, os levantamentos comunitários, (ii) medidas de defesa comercial e (iii) medidas complementares de proteção através da taxa de um ajustamento fiscal de importação (TAI, sigla em francês) e uma Taxa complementar de proteção (TCP). Por sua vez, a sua estrutura integra cinco (5) intervalos tarifários com taxas de direitos aduaneiros de 0%, 5%, 10%, 20% e 35%. O TEC-CEDEAO, que institui uma união aduaneira entre os Estados membros da Comunidade, substitui-se ao TEC da UEMOA, em vigor desde janeiro de 2000. No entanto, durante o ano 2015, apenas os Estados membros da UEMOA e a Nigéria começaram efetivamente a aplicar o TEC-CEDEAO. Os outros Estados membros são incentivados a tomar rapidamente as disposições necessárias para uma total aplicação da política comunitária.

Em relação às políticas sectoriais comuns da União, o BCEAO participou ativamente na implementação da Iniciativa Regional para a Energia Sustentável (IREN), nomeadamente no quadro dos trabalhos do Comité de Pilotagem e do Comité Técnico de Seguimento do IREN bem como os do Conselho dos Doadores do Fundo de Desenvolvimento Energia (FDE). As principais diligências cumpridas concernem principalmente no seguimento da execução dos projetos financiados a partir dos recursos do FDE e na análise de novos dossiês de empréstimos introduzidos pelos Estados membros da União com vista ao financiamento dos projetos prioritários de eletricidade. Elas cobrem igualmente o seguimento da criação do Fundo inicial para a instituição do Fundo de financiamento privado das infraestruturas energéticas da União. O Instituto de emissão participou igualmente nos trabalhos do Comité de Alto Nível relativos à implementação do projeto “Paz e Segurança na UEMOA”, nomeadamente na análise e validação do Programa Estratégico para a Paz e Segurança (2PS) na UEMOA.

No plano da integração monetária no seio da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o BCEAO participou, de 4 a 9 de fevereiro de 2015 em Niamey, na terceira reunião da Equipa de Intervenção Presidencial sobre o Programa de Cooperação Monetária da CEDEAO (PCMC). A reunião incidiu nomeadamente, sobre a revisão dos critérios de convergência e a criação do Instituto Monetário da CEDEAO (IMC). Os documentos validados nesta reunião relativos a dois dossiês foram submetidos na 8ª sessão ordinária do Conselho de Convergência da CEDEAO, realizada a 4 de setembro de 2015 em Dakar. Durante a sessão, o Conselho de Convergência aprovou o projeto do Ato adicional relativo à modificação do Pacto de Convergência e estabilidade macroeconómica entre os Estados membros da CEDEAO. O projeto de texto deverá, em seguida, ser submetido à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo durante o ano 2016.

Durante o ano 2015, as reuniões estatutárias da Agência Monetária da África Ocidental (AMAO) não foram realizadas, devido à persistência do surto do vírus Ebola. No entanto, à luz dos riscos de paralisia que impactam negativamente no funcionamento da Agência, o BCEAO enquanto Presidente das instâncias, consultou os outros bancos centrais membros, com vista ao pagamento das contribuições financeiras ao orçamento 2015 da AMAO com base no do ano 2014. Todos os bancos centrais dos Estados membros da CEDEAO reagiram positivamente à iniciativa, o que permitiu à AMAO dispor de recursos necessários para a prossecução das suas atividades.

ANEXOS

PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLÍTICA MONETÁRIA ADOTADAS PELO BCEAO EM 2015

Durante o ano 2015, o Comité de Política Monetária do BCEAO realizou quatro (04) reuniões ordinárias, sob a presidência do Senhor Tiémoko Meyliet KONE, Governador do Banco Central, o seu Presidente estatutário, respetivamente aos 4 de março, 03 de junho, 09 de setembro e 02 de dezembro na Sede do BCEAO em Dakar.

Março de 2015

O Comité de Política Monetária do BCEAO realizou a sua primeira reunião ordinária anual, a 4 de março de 2015, para o ano 2015 nas instalações da Sede da Instituição em Dakar.

O Comité procedeu à análise da conjuntura económica, monetária e financeira recente, tanto no plano internacional como no âmbito da UMOA e apreciou os factores de riscos que podem influir sobre as perspectivas da União a médio prazo em matéria de estabilidade dos preços e de crescimento económico.

No plano internacional, o Comité pôs em evidência a persistência da fragilidade da recuperação económica na maioria dos países industrializados e o abrandamento do crescimento nos principais países emergentes. O Comité sublinhou igualmente a tendência baixista dos preços mundiais da maioria das matérias-primas, incluindo as exportadas pelos países da União.

Analisando a situação interna da União, o Comité observou igualmente, que a actividade económica se manteve constante no quarto trimestre de 2014. Durante o ano 2014, o Produto Interno Bruto da União aumentou 6,6% contra 5,9% em 2013. Este desempenho económico é atribuído à consolidação da produção agrícola, ao bom comportamento do setor industrial e dos serviços, graças nomeadamente ao dinamismo do setor “Construção Civil e Obras Públicas”.

A União registou uma taxa de inflação de 0,1% em variação anual em finais de dezembro de 2014. Esta evolução, é ligada ao encarecimento dos serviços de distribuição de água e eletricidade em alguns países da União, atenuado pela baixa dos preços dos produtos alimentares. No horizonte de 24 meses, prevê-se uma taxa de inflação, em variação anual, de 1,7%, de acordo com o objetivo de estabilidade dos preços prosseguido pelo Banco Central.

No que diz respeito às condições monetárias, o Comité ressaltou uma acalmia das taxas no compartimento de uma semana do mercado interbancário em que a taxa média ponderada estabeleceu-se em 3,35% no quarto trimestre depois de ter atingido 3,43% no terceiro trimestre de 2014.

No termo destas análises, o Comité de Política Monetária decidiu manter inalterada a taxa de juro mínima de submissão nas operações de *open market*, de injeção de liquidez e a taxa de juro do balcão da cedência de liquidez respectivamente em 2,50% e 3,50%, níveis vigentes desde a 16 de setembro de 2013. O coeficiente das reservas obrigatórias aplicável aos bancos da União continua no seu nível de 5,0% em vigor desde 16 de março de 2012.

Junho de 2015

O Comité de Política Monetária do BCEAO realizou, a 3 de junho de 2015, a sua segunda reunião ordinária para o ano 2015 nas instalações da Sede da Instituição, em Dakar.

Analisando a recente conjuntura económica, monetária e financeira, o Comité ressaltou, no plano internacional, que se prosseguiu a consolidação da recuperação económica no primeiro trimestre de 2015 num ritmo moderado, sob o efeito contrastado do bom comportamento da atividade em alguns países avançados e o abrandamento do crescimento nos principais países emergentes. De acordo com as recentes previsões do Fundo Monetário Internacional, as perspetivas de crescimento da economia mundial em 2015 fixou-se em 3,5% contra 3,4% em 2014. O Comité sublinhou igualmente que a tendência baixista dos preços mundiais de algumas matérias primas não mais se sentiu a partir de janeiro de 2015. No entanto os preços mundiais do petróleo, afetados pela abundância da oferta, baixaram no primeiro trimestre de 2015.

Analisando a situação económica da União, os membros do Comité salientaram a progressão do Produto Interno Bruto no primeiro trimestre de 2015, num ritmo de 6,2%, apoiado nomeadamente pela vitalidade do setor de serviços. Prevê-se um reforço da tendência. Assim, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto da União é previsto para 6,7% para o ano 2015, contra 6,5% em 2014, sob o efeito do bom comportamento da atividade no setor industrial e nos serviços .

Relativamente aos preços, o Comité constatou uma ligeira alta no ritmo da sua evolução. O Comité sublinhou que as condições monetárias atenuaram-se ligeiramente na União durante o primeiro trimestre de 2015, depois da desvalorização da taxa de câmbio efetivo real reduzida pela valorização da taxa de juro no compartimento de uma semana do mercado interbancário.

O Comité sublinhou a persistência do défices públicos a níveis elevados, em estreita ligação com a importância dos investimentos nas infraestruturas em curso na maioria dos Estados. Os membros do Comité de Política Monetária recomendaram, neste aspecto, um reequilíbrio das finanças públicas a médio prazo, em conformidade com as disposições do pacto de convergência, de estabilidade, de crescimento e de solidariedade adotado na União em janeiro de 2015.

No termo destas análises, o Comité de Política Monetária decidiu manter inalterada a taxa de juro mínima de submissão nas operações de concursos públicos de injeção de liquidez e a taxa de juro do balcão da cedência de liquidez respectivamente em 2,50% e 3,50%, níveis vigentes desde 16 de setembro de 2013. O coeficiente das reservas obrigatórias aplicável aos bancos da União continua no seu nível de 5% em vigor desde 16 de março de 2012.

Setembro de 2015

O Comité de Política Monetária do BCEAO realizou a sua terceira reunião ordinária para o ano 2015, a 9 de setembro de 2015, Nas instalações da Sede da Instituição, em Dakar.

Ao analisar a conjuntura económica, monetária e financeira no segundo trimestre de 2015, o Comité destacou de que, no plano internacional, a economia mundial continuou marcada pela fraqueza da retoma da atividade nos países avançados e pela continuidade do abrandamento do crescimento nos principais países emergentes.

Analisando a situação económica da União, os membros do Comité deram destaque a progressão do Produto Interno Bruto no segundo trimestre de 2015, num ritmo de 6,9%, depois de 6,0% no primeiro trimestre de 2015, apoiada nomeadamente pela vitalidade do setor secundário e o bom comportamento das atividades nos setores primário e dos serviços. Para o resto do ano 2015, prevê-se o reforço dessa tendência. Nestas condições, espera-se uma taxa de crescimento do PIB da União de 6,7% em 2015 depois de 6,5% em 2014.

Relativamente aos preços ao consumidor, o Comité constatou um ligeiro crescimento no ritmo da sua evolução. Em variação anual, a taxa de inflação da União passou de 0,5% em finais de março para 1,5% em finais de junho de 2015, em virtude do aumento de preços dos produtos alimentares, em consequência da diminuição da produção cerealífera da campanha 2014/2015 em alguns países da União. No horizonte de 24 meses, a taxa de inflação fixou-se em 2,1%, em base anual.

O Comité ressaltou que as condições no mercado monetário continuaram quase inalteradas de um trimestre para outro, com uma taxa média ponderada das operações semanais de injeção de liquidez fixado em 2,56% em finais de junho de 2015. Deste modo a taxa interbancária à uma semana teve tendência crescente fixando-se em 4,08% no segundo trimestre de 2015 contra 3,53% no trimestre anterior.

Analisando a situação das finanças públicas, o Comité sublinhou a deterioração do saldo orçamental, com base em compromissos, incluindo donativos, dos Estados membros da União em relação ao nível registado no mesmo período do ano 2014. Os membros do Comité de Política monetária recomendaram, neste sentido, aos Estados a prosseguirem os esforços no sentido de melhorar das receitas públicas e de racionalização das despesas.

No termo destas análises, o Comité de Política Monetária decidiu manter inalterada a taxa de juro mínima de submissão nas operações de *open market* de injeção de liquidez e a taxa de juro do balcão da cedência de liquidez respectivamente em 2,50% e 3,50%, níveis vigentes desde a 16 de setembro de 2013. O coeficiente das reservas obrigatórias aplicável aos bancos da União continua no seu nível de 5% em vigor desde 16 de março de 2012.

Dezembro de 2015

O Comité de Política Monetária do BCEAO realizou a sua quarta reunião ordinária para o ano 2015, a 2 de dezembro de 2015 nos locais da Sede do BCEAO em Dakar.

Ao analisar a recente conjuntura económica, monetária e financeira, o Comité pôs em evidência, no plano internacional, a persistência da debilidade da retoma económica na maioria dos países industrializados e a prossecução do abrandamento do crescimento nos principais países emergentes. O Comité sublinhou que esta perspetiva continuará a influenciar os preços mundiais da maioria das matérias-primas exportadas pelos países da União e, de que os preços mundiais prosseguiriam, a sua tendência baixista durante o terceiro trimestre 2015, salvo para os preços do cacau e da castanha de caju.

Analisando a situação interna da União, o Comité observou que no terceiro trimestre de 2015, a atividade económica manteve-se constante, em virtude da vitalidade do setor secundário e o bom comportamento dos setores primários e terciário. A taxa de crescimento situou-se em 7,0% depois de 7,1% registado no segundo trimestre de 2015. Durante o ano 2015, a progressão do Produto Interno Bruto da União foi estimado em 6,6% em 2015, idêntica à observada em 2014.

No que diz respeito à situação das finanças públicas dos Estados membros da União, o Comité salientou a deterioração do saldo orçamental em base compromissos, incluindo donativos, em relação ao nível registado no mesmo período do ano 2014. O Comité recomendou, neste sentido, aos Estados prosseguirem com os esforços de melhoria das receitas públicas e de racionalização das despesas com vista a restaurar o défice orçamentalnum nível abaixo de 3,0% até 2019, em conformidade com as novas normas do pacto de convergência, de estabilidade, do crescimento e de solidariedade.

Relativamente aos preços ao consumidor, a União registou uma taxa de inflação de 1,5% em variação anual em finais de setembro de 2015. Esta evolução é principalmente ligada ao aumento dos preços dos produtos alimentares. No horizonte de 24 meses, prevê-se uma taxa de inflação, em variação anual, de 2,0%, de acordo com o objetivo de estabilidade dos preços prosseguido pelo Banco Central.

No que diz respeito às condições monetárias, o Comité realçou uma descontração das taxas no compartimento de uma semana do mercado interbancário em que a taxa média ponderada estabeleceu-se em 4,35% no terceiro trimestre de 2015, depois de ter atingido 4,63% no trimestre precedente. A taxa média ponderada das operações semanais de injeção de liquidez também teve um recuo de 2,55% no terceiro trimestre de 2015, em baixa de 0,9 ponto base de um trimestre para outro.

No termo destas análises, o Comité de Política Monetária decidiu manter inalterada a taxa de juro mínima de submissão nas operações de concursos públicos de injeção de liquidez e a taxa de juro do balcão da cedência de liquidez respectivamente em 2,50% e 3,50%, níveis vigentes desde a 16 de setembro de 2013. O coeficiente das reservas obrigatórias aplicável aos bancos da União continua no seu nível de 5% em vigor desde 16 de março de 2012.

LISTA DOS PRINCIPAIS DOCUMENTOS DIVULGADOS PELO BCEAO

PERIÓDICOS

Publicações anuais

- 1 – Anuário dos bancos e estabelecimentos financeiros – (a partir de 1967).
- 2 – Anuário estatístico – (a partir de 2004).
- 3 – Balança de pagamentos e posição externa global dos Estados membros da UMOA (a partir de 2005).
- 4 – Balanços e contas de resultados dos bancos e instituições financeiras (a partir de 1967).
 - Balanços dos bancos e instituições financeiras (1967 a 2003).
 - Balanços e contas de resultados dos bancos e instituições financeiras (a partir de 2004).
- 5 – Condições de banco (a partir de 2015).
- 6 – Monografias dos Sistemas Financeiros Descentralizados (à partir de 1994).
 - Banco de dados sobre os Sistemas Financeiros Descentralizados (1994 à 2000).
 - Monografias dos Sistemas Financeiros Descentralizados (2001 a 2011).
- 7 – Organização do sistema bancário e financeiro (a partir de 2012).
- 8 – Perspetivas económicas dos Estados da UEMOA (a partir de 2006).
- 9 – Relatório anual do BCEAO (a partir de 1962).
- 10 – Relatório anual sobre a evolução dos preços no consumidor na UEMOA e perspetivas (a partir de 2008).
- 11 – Relatório anual relativos aos serviços financeiros via a telefonia móvel na UEMOA (a partir de 2014).
- 12 – Relatório anual sobre os sistemas de pagamento do BCEAO (a partir de 2012).
- 13 – Relatório sobre o comércio exterior da UEMOA (a partir de 2006).
- 14 – Relatório sobre a competitividade das economias da UEMOA (2011, 2012).
- 15 – Relatório sobre as condições de banco na UEMOA (a partir de 2006).
- 16 – Revista da estabilidade financeira na UEMOA (2006, 2008)
- 17 – Situação do setor bancário (a partir de 2015).
- 18 – Situação do setor do microcrédito (a partir de 2014).

Publicação semestral

- 19 – Revista Económica e Monetária (a partir de junho de 2007).

Publicações trimestrais

- 20 – Boletim trimestral de estatísticas (a partir de setembro de 2014).
- 21 – Indicadores dos SFD da UMOA (a partir de 2010).
- 22 – Notas de Informação e Estatísticas (1962 a 2004).

- 23 – Nota de informação (a partir de março de 2005).
24 – Nota trimestral de conjuntura (junho de 2010 a dezembro de 2013).
25 – Relatório sobre a Política Monetária (a partir de dezembro de 2010).

Publicações mensais

- 26 – Boletim mensal de conjuntura (2005 a 2013).
27 – Boletim mensal de estatísticas económicas da UEMOA (a partir de janeiro de 2014).
28 – Boletim mensal de estatísticas monetárias e financeiras (a partir de janeiro de 2005).

OBRAS

- 29 – Notas e moedas da moeda na Zona UMOA (de início a 2012). BCEAO, Dakar, 2012.
30 – História da UMOA (3 volumes em francês e em inglês). Georges Israël Editeur, Paris, 2000.
31 – Integração monetária e mutações do sistema financeiro internacional: desafios e perspectivas. BCEAO, L'Harmattan, Dakar, 2014.
32 – Metodologia de Análise Financeira. BCEAO, Dakar, 2004.
33 – Plano Contabilístico Bancário da UMOA (4 volumes). BCEAO, Dakar, 1994.
34 – Qual setor bancário para o financiamento das economias da 'UEMOA. Edições BCEAO, L'Harmattan, Dakar, 2011.
35 – Coletânea de textos legais e regulamentares regindo a atividade bancária e financeira na UMOA. BCEAO, 1ª edição 2003, 2ª edição 2016.
36 – Coletânea de textos legais e regulamentares aplicáveis aos sistemas financeiros descentralizados na UMOA. BCEAO, 2013.
37 – Referencial contabilístico específico dos sistemas financeiros descentralizados da UMOA, BCEAO, 2009.
38 – Sistema Contabilístico Oeste Africano (SYSCOA) (4 volumes).
 - Plano contabilístico geral das empresas. Edição Foucher, Paris, 1996.
 - Guia de aplicação. Edição Foucher, Paris, 1997.
 - Sistema mínimo de tesouraria. Edição Foucher, Paris, 1997.
 - Quadros de passagem. Edição Foucher, Paris, 1997.

39 – Sistema Contabilístico Oeste Africano (SYSCOA). Lista integral das contas e mapas financeiros, BCEAO, Dakar, 2005.
40 – Livro de ouro do 40º aniversário do BCEAO. Georges Israël Editeur, Paris, 2004.
41 – Coleção das obras de arte contemporânea do BCEAO. Georges Israël Editeur, Paris, 2005.



BCEAO

BANQUE CENTRALE DES ETATS
DE L'AFRIQUE DE L'OUEST

Avenue Abdoulaye Fadiga
BP 3108 - Dakar - Sénégal
www.bceao.int